

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E APRENDIZAGEM –
CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSCIÊNCIA FINANCEIRA
DOS JOVENS

GLÁUCIA FILOMENA MARTINS DOS SANTOS SILVA

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E APRENDIZAGEM – CONTRIBUIÇÕES
PARA A CONSCIÊNCIA FINANCEIRA DOS JOVENS**

GLÁUCIA FILOMENA MARTINS DOS SANTOS SILVA

Sob a orientação da professora

Dra. Sandra Regina Gregório

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Are de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
2023**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586e SILVA, GLAUCIA FILOMENA MARTINS DOS SANTOS , 1983-
EDUCAÇÃO FINANCEIRA E APRENDIZAGEM - CONTRIBUIÇÕES
PARA A CONSCIÊNCIA FINANCEIRA DOS JOVENS / GLAUCIA
FILOMENA MARTINS DOS SANTOS SILVA . - Seropédica,
2023.
86 f.: il.

Orientadora: SANDRA REGINA GREGORIO.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2023.

1. Consciência financeira. 2. Currículo. 3. Educação
Financeira. 4. Literacia Financeira. 5. Financeira.
I. GREGORIO, SANDRA REGINA , 1960-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 1 / 2024 - PPGEA (11.39.49)

Nº do Protocolo: 23083.001001/2024-80

Seropédica-RJ, 08 de janeiro de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 01/11/2023

Dra. SANDRA REGINA GREGORIO, UFRRJ

Presidente

Dra. NÁDIA MARIA PEREIRA DE SOUZA, UFRRJ

Examinadora Interna

Dra. TÂNIA CRISTINA DA CONCEIÇÃO GREGORIO, SEEC

Examinadora Externa à Instituição

Dr. WILLERSON CUSTÓDIO DA SILVA, IFMG

Examinador Externo à Instituição

(Assinado digitalmente em 08/01/2024 19:14)
NADIA MARIA PEREIRA DE SOUZA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 1067747

(Assinado digitalmente em 08/01/2024 20:21)
SANDRA REGINA GREGORIO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DTA (12.28.01.00.00.00.46)
Matrícula: 1350628

(Assinado digitalmente em 08/01/2024 20:06)
TANIA CRISTINA DA CONCEIÇÃO GREGORIO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 680.989.017-34

(Assinado digitalmente em 09/01/2024 12:27)
WILLERSON CUSTÓDIO DA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 944.778.926-91

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1**, ano: **2024**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **08/01/2024** e o código de verificação: **d4dc8e2d0b**

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Sr. José e Dona Gê, que, mesmo com pouca educação formal, sempre souberam gerenciar suas finanças com sabedoria e prudência. Vocês sempre serão o meu melhor exemplo.

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão a Deus. Obrigada, Senhor, por ter me concedido a vida, a saúde e por me mostrar que, Teus planos e pensamentos a meu respeito são sempre maiores e melhores, do que eu poderia imaginar. Por ser o Deus dos improváveis e por me sustentar até aqui.

*À minha família, em especial aos meus pais, José Martins e Geralda Borges, por compreenderem os momentos de ausência e distância que foram necessários para a realização desta pesquisa. Sei que não foi fácil para vocês, mas seu apoio foi essencial para que eu pudesse concluir este trabalho. Lembro-me das ligações diárias que fazíamos e que sempre terminavam com palavras de compreensão e incentivo, “está bom, minha filha, você precisa voltar para os seus estudos, não queremos te atrapalhar”, obrigada por me cobrirem com suas orações constantes. Por todo o amor, cuidado e incentivo ao longo da minha vida, minha gratidão. **Amo vocês.***

Aos meus irmãos por terem sempre acreditado em mim e por terem me apoiado nos meus sonhos. Vocês são a minha base e eu não seria quem sou sem vocês.

Agradeço ao meu esposo, Jurley Silva, por todo apoio e compreensão nas ausências e quando eu não conseguia ajudar nas tarefas domésticas. Querido, obrigada pelo constante cuidado e por ter me ajudado de forma irrestrita quando eu mais precisava, por ter entendido que este trabalho era importante para mim e que precisava de dedicação total. Seu apoio foi essencial para que este momento chegasse.

Agradeço aos meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado, mesmo nos momentos mais difíceis e aos colegas de mestrado, pela partilha de aprendizado e de emoções durante a caminhada.

Aos professores e colegas que contribuíram para a minha formação acadêmica.

Agradeço a minha orientadora, Sandra Regina Gregório, por ter sido um instrumento neste processo, pela orientação e confiança.

Às dificuldades que enfrentei durante este período. Elas foram oportunidades de Deus para me fortalecer e forjar o meu caráter me ensinando a ser mais resiliente e a valorizar as conquistas.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

*Por que gastais o dinheiro naquilo que não é pão? E
o produto do vosso trabalho naquilo que não pode
satisfazer?*

Isaías 55:2

RESUMO

Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva. **Educação financeira e aprendizagem – contribuições para a consciência financeira dos jovens**. 2023. 86f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia. Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2023.

A partir dos anos 2000, o governo deu início a medidas para implementar a Educação Financeira nas escolas, seguindo as recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), culminando na inclusão obrigatória da Educação Financeira no currículo nacional. Este estudo teve como objetivo avaliar de que forma a inserção da Educação Financeira no contexto escolar contribui para a consciência financeira dos jovens estudantes dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), câmpus Governador Valadares. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando questionários, entrevistas, análise de documentos e registros existentes como instrumentos de investigação empírica. Dentre os resultados obtidos, verificou-se que há uma consciência crescente da importância de abordar a Educação Financeira no contexto escolar, destacando a necessidade de um currículo mais abrangente que aborde não apenas o conhecimento acadêmico, mas também habilidades práticas e socioemocionais. Verificou-se também que alguns alunos aplicam estratégias para gerenciar suas finanças, mas também enfrentaram desafios com gastos impulsivos. Conclui-se que a abordagem da Educação Financeira nas escolas precisa ser mais abrangente e crítica para promover a consciência financeira dos jovens, além de proporcionar mais do que a formação de um mercado consumidor, mas, preparar os jovens para as decisões financeiras em seu dia a dia.

Palavras Chave: Consciência financeira, Currículo, Educação Financeira, Literacia Financeira, Financeira, Instituto Federal.

ABSTRACT

Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva. **Financial education and learning – contributions to young people's financial awareness**. 2023. 86p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy. Post-graduation Program in Agronomy Education (PPGEA). Rural Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2023.

In the 2000s, the Brazilian government began implementing financial education in schools, following the recommendations of the OECD. This culminated in the mandatory inclusion of financial education in the national curriculum. This study aimed to evaluate how the inclusion of financial education in the school context contributes to the financial awareness of young students from integrated technical courses at the Federal Institute of Minas Gerais (IFMG), campus Governador Valadares. The research was conducted using a qualitative approach, using questionnaires, interviews, document analysis, and existing records as instruments of empirical research. Among the results obtained, it was found that there is a growing awareness of the importance of addressing financial education in the school context, highlighting the need for a more comprehensive curriculum that addresses not only academic knowledge, but also practical and socio-emotional skills. It was also found that some students apply strategies to manage their finances, but they also face challenges with impulsive spending. The study concluded that the approach to financial education in schools needs to be more comprehensive and critical to promote the financial awareness of young people and prepare them for financial decisions in their daily lives.

Keywords: Curriculum, Financial Education, Financial Literacy, Financial Awareness, Federal Institute,

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEF-BRASIL	Associação Brasileira de Educação Financeira
AMBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
ATD	Análise Textual Discursiva
BCB	Banco Central do Brasil
BM&F	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEP	Comitês de Ética em Pesquisa
CF	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CHD	Classificação hierárquica descendente
CMEPT	Declaração Mundial sobre Educação para Todos
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNSEG	Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização
CONECTA	Sistema de gestão de dados acadêmicos do IFMG
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
COREMEC	Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
COVID-19	Doença causada após infecção pelo vírus SARS-COV-2
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FBEF	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FHC	Fernando Henrique Cardoso

FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GAP	Grupo de Apoio Pedagógico
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRAMUTEQ	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PDF	Portable Document Format
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PLANDEC	Plano Nacional de Consumo e Cidadania
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Projeto Político de Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROCON	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
ST	Seguimento de texto

TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Eixos tecnológicos dos cursos técnicos integrados.....	30
--	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Controle de orçamento ou planejamento familiar e participação dos estudantes.... 36

Tabela 2- Temas que desejam obter mais conhecimento para gerir as finanças pessoais..... 43

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 – Escolaridade de pais/responsáveis.....	34
Gráfico 2 – Expressão da Renda familiar	35
Gráfico 3 – Hábitos de consumo dos alunos do IFMG/GV	38
Gráfico 4 - Hábitos de consumo	39
Gráfico 5 – Uso de produtos/serviços financeiros.....	40
Gráfico 6 - Contato com a Educação Financeira e temas relacionados.....	41
Gráfico 7 - Grau de segurança na gestão financeira	42

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1-** Dendograma de Classificação Hierárquica Descendente das repartições em classes, grau de significância (χ^2) das palavras analisáveis e percentagem (%) de segmentos que expressam ideias da consciência financeira dos jovens, estudantes do IFMG-GV. Governador Valadares49
- Figura 2** - Árvore de similitude com as co-ocorrências das formas lexicais e conexão entre elas. Extraído do software IRAMUTEQ – base entrevistas56
- Figura 3** - Representação das comunidades de palavras – Extraído do Software IRAMUTEQ.57

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	Objetivo Geral	2
1.2	Objetivos Específicos	2
2	CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA	3
2.1	Principais conceitos	3
2.2	Políticas Públicas de Educação x Influência dos Organismos Internacionais	4
2.3	Os caminhos para a obrigatoriedade da Educação Financeira nas escolas de educação básica no Brasil	7
2.4	Marco Legal da Educação Financeira no Brasil	10
2.4.1	Reflexões sobre a Educação Financeira no mesmo percurso do marco legal de 14 anos (2006 a 2020)	13
2.5	Educação Financeira: cenários e desafios para implementação nas escolas públicas ..	17
2.6	Contribuições da Educação Financeira para a mudança de cenário nacional	21
3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
3.1	Lócus da Pesquisa.....	23
3.1.1	O campus Governador Valadares	23
3.2	Participantes da pesquisa	24
3.3	Aspectos éticos na pesquisa.....	25
3.4	Fases da pesquisa	25
3.4.1	Identificação da Educação Financeira na matriz curricular dos cursos de formação técnica do Instituto Federal de Minas Gerais, campus Governador Valadares	26
3.4.2	Identificação da Educação Financeira no ensino fundamental e/ou médio dos estudantes	27
3.4.3	Percepção dos estudantes sobre as contribuições do ensino da Educação Financeira para a sua consciência financeira.....	28
3.5	Sistematização e análise dos dados.....	28
4	análise descritiva dos resultados.....	30
4.1	A proposta dos cursos técnicos integrados e identificação da educação financeira na matriz curricular	30
4.2	Identificação da educação financeira nos currículos dos cursos técnicos integrados....	31

4.2.1	Paralelo entre a abordagem da educação financeira encontrada nos currículos dos cursos técnicos integrados e a análise bibliográfica	32
4.3	Educação financeira como conhecimento prévio de estudantes a partir do ensino médio e/ou fundamental.	33
4.3.1	Categoria: Influências familiares e planejamento financeiro	33
4.3.2	Categoria: Uso de produtos/serviços financeiros e hábitos de consumo	37
4.3.3	Categoria: Conhecimentos financeiros e Educação Financeira	41
4.3.4	Categoria - Percepções e opiniões sobre Educação Financeira	43
4.4	Contribuições do ensino da Educação Financeira na consciência financeira de estudantes do IFMG, câmpus Governador Valadares	46
4.4.1	Categoria 1 - Relação com o dinheiro e valores pessoais.....	50
4.4.2	Categoria 2 - Autoconsciência Financeira	51
4.4.2.1	Subcategoria – Conhecimentos e barreiras na aprendizagem.....	51
4.4.2.2	Subcategoria - Atitudes e comportamentos financeiros	52
4.4.3	Conexidade entre as palavras e articulação de significados por meio da Análise de similitude	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
7	APÊNDICES	70
Apêndice A	– Carta de anuência da instituição	71
Apêndice B	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – (Modelo Virtual).....	72
Apêndice C	- Convite a participante menor idade/incapaz para indicação de contato dos responsáveis legais (Modelo Virtual).....	75
Apêndice D	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Responsável participante menor de idade – (Modelo Virtual)	76
Apêndice E	– Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Modelo Virtual).....	78
Apêndice F	– Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE) - Responsável participante menor de idade – (Modelo físico – se for necessário)	80
Apêndice G	– Questionário Diagnóstico	82
Apêndice H	– Roteiro de Entrevistas.....	86
Apêndice H	– Roteiro de Entrevistas.....	86

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a década de 1990 foi marcada por mudanças políticas e econômicas, com a recente superação da ditadura e nova democracia, hiperinflação, altos índices de desemprego, plano real, e o fenômeno da globalização. O cenário de hiperinflação contribuía para que jovens e adultos não poupassem, ao contrário, estimulava-os a gastarem todo o seu dinheiro o mais rápido possível antes que este se desvalorizasse, além da constante incerteza gerada após o confisco das poupanças pelo governo Collor¹.

Neste contexto, as reformas neoliberais e a crescente globalização influenciaram mudanças de governo concernentes ao papel do Estado na prestação de serviços e proteção individual dos cidadãos, estimulando medidas de desestatização e de transferência de responsabilidade de poupança e previdência para o indivíduo.

A partir de 1994, a implantação do Plano Real² contribuiu para uma mudança no quadro econômico nacional e trouxe nova perspectiva para os brasileiros. No Brasil o cenário de estabilidade econômica possibilitou aos brasileiros a adoção de medidas de planejamento financeiro, não adotadas até então, uma vez que havia o controle da inflação (Cerbasi, 2009). Esse novo contexto trouxe aos investidores a segurança desejada para investimentos monetários, mas como os brasileiros vinham de um processo de insegurança financeira, poupar, economizar e investir não eram competências comuns a muitos cidadãos.

Cabe-nos refletir se a estabilidade alcançada proporcionava a todos os brasileiros condições necessárias para uma vida de bem-estar financeiro desejável, ou apenas às camadas mais abastadas da sociedade.

Esse novo cenário econômico contribuiu para que o Brasil se comprometesse a atender às recomendações e orientações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³ para a implementação da temática Educação Financeira nos currículos escolares.

Esse comprometimento culminou com a obrigatoriedade do ensino da Educação Financeira nas escolas de educação básica de todo o país, presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁴, homologada em dezembro de 2018.

¹ Fernando Collor de Mello - O governo de Collor, que assumiu a Presidência da República em março de 1990, enfrentou uma grave crise econômica no país, com uma alta inflação de mais de 80% ao mês. Com o propósito de impulsionar a modernização nacional, Collor introduziu um Plano, que incluía medidas como o bloqueio das contas correntes e cadernetas de poupança com saldos acima de 50 mil cruzeiros por um ano e meio, o congelamento de preços e salários, a liberalização do câmbio, a privatização de estatais e a demissão de servidores públicos sem estabilidade. Apesar das intenções de modernizar a economia, as medidas adotadas pelo governo Collor tiveram impactos significativos na sociedade brasileira, especialmente para os mais pobres, que foram afetados pelo congelamento de preços e salários.

² Plano Real - Programa brasileiro com o objetivo de estabilização e reformas econômicas, iniciado em 27 de fevereiro de 1994 com a publicação da medida provisória número 434, implantado no governo Itamar Franco.

³ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com sede em Paris, é uma organização econômica intergovernamental fundada em 1961. Hoje, com 68 países membros, se dedica a estimular o progresso econômico e o comércio mundial. Fonte: < <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2022/01/25/entenda-o-que-a-ocde-e-o-que-significa-fazer-parte-do-clubed-dos-ricos.ghml>>. Acesso em 23 de jun. 2022.

⁴ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

Diante do exposto, foi eleito como tema dessa pesquisa o estudo do processo de implementação da Educação Financeira nos currículos da educação básica no Brasil e como essa inserção tem contribuído para a consciência de jovens estudantes do ensino médio de uma escola da rede federal de ensino.

1.1 Objetivo Geral

Analisar de que forma a inserção da Educação Financeira no contexto escolar contribui para a consciência financeira dos jovens estudantes dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), câmpus Governador Valadares.

1.2 Objetivos Específicos

- Identificar como a Educação Financeira está inserida na matriz curricular dos cursos;
- Investigar se os alunos vivenciaram situações de ensino aprendizagem envolvendo a Educação Financeira em sua formação no ensino fundamental e/ou médio;
- Analisar, através da percepção dos estudantes do IFMG, câmpus Governador Valadares, como o ensino da Educação Financeira contribuiu para a sua consciência financeira.

2 CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA

2.1 Principais conceitos

A educação financeira tem se mostrado um tema cada vez mais relevante na sociedade atual. Isso ocorre porque cada vez mais as pessoas estão expostas a uma enorme oferta de produtos e serviços financeiros que, se mal geridos, pode levar a problemas como endividamento, inadimplência e outros.

A Educação Financeira é um processo de aprendizado, com vistas a capacitar as pessoas com o conhecimento e compreensão necessários, tem por finalidade fornecer as ferramentas e conceitos básicos para o desenvolvimento das habilidades financeiras e concentra-se no ensino de forma mais teórica e conceitual. A Educação Financeira é definida nas Recomendações da OCDE como,

"[...] o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar " (OCDE, 2005, p.4).

Trazemos ainda outras duas definições que corroboram com este trabalho. Silva e Powel que definem a educação financeira como:

Um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e **estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia**, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (Silva; Powell, 2013, p. 12-13, grifos nossos).

E o conceito empregado por Negri,

Educação Financeira é um processo educativo que, por meio de aplicação de métodos próprios, desenvolve atividades para auxiliar os consumidores a orçar e gerir a sua renda, a poupar e a investir; são **informações e formações significativas** para que um cidadão exerça uma atividade, trabalho, profissão e lazer, **evitando tornarem-se vulneráveis as armadilhas impostas pelo capitalismo** (Negri, 2010, p. 7, grifos nossos).

Já o letramento financeiro, envolve, além do conhecimento, a habilidade, o comportamento e a atitude financeira dos indivíduos, é a capacidade de aplicar, de forma eficaz, o conhecimento adquirido em situações do cotidiano. Tem por objetivo promover atitudes financeiras de forma responsável e a aplicação prática dos conhecimentos. Possui como foco a capacidade de utilizar as habilidades financeiras adquiridas. Por sua vez, o letramento financeiro também conhecido por alfabetização financeira refere-se a “uma combinação de consciência, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos financeiros necessários para **tomar decisões** financeiras sólidas e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual” (OCDE, 2020, p. 7, grifos nossos)

Desta forma podemos dizer que educação financeira pode ser compreendida neste contexto como um meio para alcançar o letramento financeiro que vai além do conhecimento, abrangendo o comportamento. Na literatura estes conceitos podem variar de acordo com o público e área a serem aplicados. Neste trabalho utilizaremos os conceitos apresentados pela OCDE e adotados pelo Brasil.

Entender e ter hábitos de Educação Financeira pode contribuir para o aumento da renda, independência financeira e, mais importante que isso, para o desenvolvimento de competências pessoais que auxiliarão os jovens em sua vida adulta, como a competência democrática que para Skovsmose (2001, p. 56) é

uma característica socialmente desenvolvida da competência que as pessoas a serem governadas devem possuir, de modo que possam ser capazes de julgar os atos das pessoas encarregadas de governar (p.56).

O processo de ensino-aprendizagem da Educação Financeira, assim como de outras temáticas, precisa ocorrer de forma dialógica. Para que alcance os objetivos a que está proposto, é necessário que haja uma constante troca de papéis e que o professor oportunize a consciência dos educandos. Paulo Freire defendia uma educação problematizadora, libertadora, para ele:

[...] a educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdo; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo (Freire 1987, p.67).

O pensamento de Freire vai ao encontro do pensamento de Skovsmose, pois, ambos são contrários a uma educação bancária⁵, defendem uma educação para a vida, que prepare pessoas para a tomada de decisão autônoma, e consciente, levando em consideração seus saberes e experiências como seres sociais.

2.2 Políticas Públicas de Educação x Influência dos Organismos Internacionais

As políticas públicas são “decisões tomadas pelos governos em relação a metas a serem alcançadas, meios para alcançá-las, e o impacto dessas decisões em indivíduos e grupos” (Laswell, 1936), e, em geral, as definições de políticas públicas, assumem, em sua dimensão social, a garantia da justiça.

No Brasil, as políticas públicas no âmbito social são chamadas de políticas sociais (Vieira, 2015), as políticas públicas educacionais são uma dimensão das políticas sociais e consistem em ações ou programas elaborados pelo governo que buscam atuar sobre as demandas ou excessos e com o objetivo de efetivar os direitos previstos na Constituição Federal bem como orientar o funcionamento e organização das instituições educativas. Tais políticas públicas podem ter demandas específicas, como cotas, bolsas universitárias, entre

⁵ Educação bancária - é um conceito desenvolvido pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire em sua obra "Pedagogia do Oprimido", publicada em 1968. Nesse contexto, a educação bancária representa um modelo tradicional e opressor de ensino, que tem por base o depósito de ideias e conteúdos nos alunos. Freire critica e propõe superá-lo.

outras. É importante ressaltar que as políticas públicas não necessariamente são voltadas para grupos vulneráveis, podendo atender até mesmo as classes mais privilegiadas. Em geral, traduzem ideias, ajustes e concessões e sofrem pressões dos grupos envolvidos.

A política social brasileira compõe-se e recompõe-se, conservando em sua execução o caráter fragmentário, setorial e emergencial, sempre sustentada pela imperiosa necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam bases sociais para manter-se e aceitam seletivamente as reivindicações e até as pressões da sociedade (Vieira, 1997, p.68).

O ordenamento legal brasileiro em seu Art. 205 da CF garante o direito à educação bem como estabelece quem é responsável pela garantia desse direito e sua abrangência,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

No Brasil, as políticas públicas educacionais começam a ser executadas no governo de Getúlio Vargas, ainda na década de 1930, com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e impulsionadas pela Reforma Francisco Campos, ocorrida em 1931 (Saviani, 2005), que dava caráter nacional à educação. Ainda neste ano, a abertura da IV Conferência Nacional de Educação abriu espaço para a participação e colaboração dos presentes no projeto de política educacional Saviani (2004), resultando em 1932, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Na década de 1990, as crises na economia e o avanço do neoliberalismo provocam desgastes nessas políticas. Como resultado, o Estado passa a se distanciar de seu papel de provedor, diminuindo as políticas voltadas aos menos favorecidos e adotando políticas repressoras com a justificativa de desinflar o Estado,

as estratégias concretas idealizadas pelos governos neoliberais para reduzir a ação estatal no terreno do bem-estar social são: a privatização do financiamento e da produção de serviços; cortes dos gastos sociais, eliminando-se programas e reduzindo-se benefícios; canalização [focalização] dos gastos para os grupos carentes; e a descentralização em nível local (Laurell, 1995, p. 163).

Com isso, as políticas públicas em educação só ganharam força no contexto pós - Conferência Mundial de Educação para Todos⁶ (CMEPT) em 1990, realizada em Jomtien, Tailândia, que resultou na Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

No ano de 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF)⁷ com o objetivo de regulamentar o gasto obrigatório em educação para o ensino fundamental e a distribuição dos recursos para os municípios. O FUNDEF vigorou de 1997 a

⁶ A Conferência Mundial de Educação para Todos (CMEPT) foi uma reunião realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, onde representantes de 155 países, incluindo o Brasil, se comprometeram a promover a educação para todos.

⁷ Com o Fundef, todos os estados foram obrigados a separar 15% das receitas do seu principal imposto, o ICMS, e colocá-los num fundo contábil junto com recursos provenientes de outras fontes de receitas estaduais e municipais. A soma desses recursos passou a ser distribuída dentro de cada estado de modo proporcional ao número de matrículas nas redes públicas de ensino. <https://fundacaoofhc.org.br/linhasdotempo/educacao/>

2006, quando foi substituído pelo FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, em vigor desde 2007, uma evolução do anterior, que passou a redistribuir os impostos considerando uma maior cobertura, abrangendo todas as matrículas da Educação Básica, e não somente as do ensino fundamental.

Embora tenha havido o incentivo da transferência de responsabilidade do público para o privado, na educação básica a presença do Estado continuou forte em função dos compromissos assumidos pelo Governo brasileiro, como signatário, na CMEPT em 1990. Mas, a concepção de educação não como um direito, mas como serviço que pode ser privatizado (ideia intimamente ligada às ideias neoliberais), abre espaço para que outras instituições não governamentais entrem em cena⁸ e passem estabelecer parcerias para o custeio de cursos da educação profissional.

As políticas públicas em educação têm passado por um processo denominado de internacionalização, no qual o sistema de ensino brasileiro vem sendo remodelado a interesses globais, influenciado por organismos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) entre outros. Estudos de Frigotto e Ciavatta (2003), Evangelista e Shiroma (2006), entre outros já foram realizados buscando abordar os efeitos da internacionalização das políticas educacionais brasileiras.

Estes organismos passaram a relacionar a educação ao desenvolvimento socioeconômico de um país, a partir da qual a educação é vista como canal para implementação de políticas públicas que visem solucionar problemas na qualidade do ensino e da aprendizagem e sustentando a ideia da participação social na busca por uma educação pública de qualidade para que o país se desenvolva. Essa ideia de educação para o desenvolvimento econômico já havia se consolidado na década de 1930⁹, segundo Bernussi (2014, p.22) com a Resolução 1515 da Assembleia Geral da ONU (“Concerted action for economic development of economically less developed countries”)¹⁰, momento em que a educação passou a ser vista mundialmente como uma ferramenta e não mais como um direito a ser perseguido com fins humanistas,

" [...] a assistência à formação, educação e investimento técnico, quer pelas organizações internacionais ou governos nacionais, deve ser considerado como um fator importante no desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos" (ONU, 1960, p.).

A partir de 2003, boa parte das políticas voltadas para a educação básica e superior foram alteradas pelo governo federal visando a inclusão e democratização do acesso. Dessas ações destacam-se a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos, as políticas de ação afirmativa e, de modo estrutural, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

⁸ Segundo Petras, enquanto os regimes neoliberais centrais foram devastando comunidades, estimulando a dívida externa, promovendo a pauperização cada vez maior, “as ONGs foram sendo financiadas para oferecer projetos de ‘auto-ajuda’, ‘educação popular’, treinamento profissional, etc.” (1999, p. 45).

⁹ a relação entre educação e o desenvolvimento econômico nacional data dos anos de 1930, mas foi fortemente posta em prática no período da ditadura militar com a proposição da educação tecnicista, pela Lei nº 5.692/71, complementada pela Lei nº 7.044/82.

¹⁰ Concerted action for economic development of economically less developed countries - Acordo de Ação para o Desenvolvimento Econômico das Nações Menos Desenvolvidas Economicamente em tradução livre.

Ao mesmo tempo, percebe-se o aumento de políticas educacionais caracterizadas como parte do modelo de “governança da educação”¹¹ e fortemente influenciadas por atores externos como as Organizações não Governamentais (ONGs)¹², consultores privados, organismos internacionais como OCDE e Banco Mundial, entre outros que teoricamente ajudariam o Brasil a superar a crise educacional por meio da transferência de responsabilidades do público para o privado.

No Brasil, a criação da Estratégia Nacional de Educação (ENEF) foi uma política pública lançada no ano de 2010, com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária em todo o país e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (Brasil, 2010, art. 1).

2.3 Os caminhos para a obrigatoriedade da Educação Financeira nas escolas de educação básica no Brasil

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual o Brasil é parceiro desde 1990, criou em 2003 o Financial Education Project (Projeto de Educação Financeira) em resposta à mudança no cenário demográfico, financeiro e socioeconômico mundial. O objetivo do projeto era o de analisar dados relacionados à educação financeira dos cidadãos e orientar os gestores em suas ações para promover a educação financeira nos países membros e em países aderentes¹³ como o Brasil. Referência internacional na produção de conteúdo e pesquisas em diversas áreas, buscando o aprimoramento de práticas, a OCDE, por meio do projeto buscou nos anos que se seguiram aprofundar e difundir os estudos sobre Educação Financeira, incorporando conteúdos de letramento financeiro no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) (Hofmann e Moro, 2012), e por meio da elaboração de propostas e recomendações a respeito do tema. Tal iniciativa se justificaria pela preocupação dos países membros da OCDE com três processos em curso:

[...] o aumento de trabalhadores a se aposentar em cenário de diminuição da cobertura previdenciária promovida por Estados e empregadores; o aumento do endividamento em condições de acesso facilitado a crédito e a mercados financeiros desregulados e o aumento de transações financeiras eletrônicas, em contexto onde há grupos sociais fora do sistema bancário (OCDE, 2005a, p. 11).

O Projeto de Educação Financeira resultou, em 2005, no documento “Recomendações de Educação Financeira”, que foi atualizado em 2020 pela Comissão de Alfabetização Financeira da OCDE.

¹¹ O termo governança da educação diz respeito a forma de governar e gerir a educação baseada no equilíbrio entre Estado, sociedade e mercado. - “Governança pode traduzir-se pelo modo de coordenação dos diferentes tipos de arranjos institucionais presentes num dado sistema social de produção, Mercados, Hierarquias, Estado, Redes, Associações e Comunidades, cujas ordens relacionais, diversas e parciais, configuram uma dada forma institucional dominante ou prevalecente.” (Reis, 2013).

¹² "Organização não governamental (ONG) é uma entidade privada da sociedade civil, que não pertence a um governo, sem fins lucrativos, com o propósito de defender ou promover uma causa. Fazem parte do chamado terceiro setor". PORFIRIO, Francisco. "Organização não governamental (ONG)"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilestela.uol.com.br/geografia/organizacao-nao-governamental-ong.htm>. Acesso em 15 de maio de 2023.

¹³ Países aderentes da OCDE (como o Brasil) são países não-membros do bloco, mas que seguem suas recomendações e aderem aos instrumentos legais da organização.

O documento traz recomendações ao estabelecimento e à implementação de estratégias nacionais que adotem uma abordagem de forma coordenada e sustentada para a Educação Financeira. O item 7, página 10 desta recomendação, orienta que a implementação das estratégias deve levar em conta as diferenças nacionais, regionais e as circunstâncias locais, considerando a importância de habilidades de alfabetização financeira e as gerações atuais e futuras de jovens, ajudando-os a enfrentar os desafios contemporâneos e que os governos:

- a) Tomem medidas para desenvolver a alfabetização financeira desde a menor idade possível;
- b) Desenvolvam conteúdo de alfabetização financeira para jovens com base nas evidências existentes;
- c) Forneçam orientação sobre o desenvolvimento de treinamento apropriado sobre tópicos relevantes e resultados de aprendizagem pretendidos, com base na idade do aluno;
- d) Baseiem-se em medidas para desenvolver a alfabetização financeira para jovens em competências essenciais bem definidas. Essas competências devem:
 - i. Ser regularmente reavaliadas e reformuladas conforme necessário;
 - ii. Ter sua estrutura e conteúdo adaptados às circunstâncias nacionais, regionais e possivelmente locais, aos canais de distribuição usados e às considerações culturais ou religiosas relevantes;
 - iii. Englobar conhecimento e compreensão, habilidades e comportamentos, atitudes e valores e, potencialmente, também habilidades empreendedoras; e
 - iv. Ser complementada com ferramentas adequadas para apoiar a aprendizagem (incluindo ferramentas digitais).
- e) Fornecer abordagens contínuas para desenvolver a alfabetização financeira dos jovens (em oposição a intervenções pontuais);
- f) Proporcionar aos adultos em contato com os jovens informação sobre como discutir com eles questões financeiras, a fim de moldar comportamentos e atitudes positivas; e
- g) Considerar maneiras de fornecer alfabetização financeira por meio de atividades e eventos especiais.

Neste contexto, no ano de 2005, o Governo começa a trabalhar em medidas para educar e conscientizar a população aos hábitos de poupar e planejar a longo prazo. Uma dessas iniciativas resultou na criação, em 2006, do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – COREMEC, que deliberou sobre a constituição de um Grupo de Trabalho com o propósito de propor Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Fica aprovada a criação de um Grupo de Trabalho - GT a fim de desenvolver e propor, no prazo de 6 (seis) meses a contar de sua instalação e sob a coordenação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, uma "Estratégia Brasileira de Educação Financeira" (Brasil, 2007, art. 1).

Este mesmo documento orienta a respeito das atribuições do Grupo de Trabalho e os aspectos mínimos a serem tratados na proposta, a saber, o público-alvo a ser atingido, estabelecendo a devida segmentação, conforme a prioridade sugerida: por faixa etária (crianças, jovens, adultos e terceira idade), escolaridade (fundamental, médio, superior e pós-graduação), de renda (classe econômica), entre outras segmentações; contempla também os objetivos a serem priorizados: crescimento do mercado, inclusão financeira, proteção do investidor, desenvolvimento social, etc. (Brasil, 2007, art.5, §1).

Paulatinamente, o Brasil passou a usar este conceito de Educação Financeira proposto pela OCDE e a construir propostas de implementação do ensino de Educação Financeira nas

escolas. Entre 2008 e 2010 a Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação iniciou um projeto piloto para fortalecer a cidadania por meio de noções de previdência e sistema financeiro, que levou a Educação Financeira à rede pública de ensino médio dos estados do Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e do Distrito Federal, que chegou a 891 escolas e grupos de tratamento de controle. Seu relatório destaca que:

O programa levou a maior proficiência financeira, autonomia financeira e intenção de poupar; levou a poupança e comportamento de gastos aprimorados, assim como a maior participação dos alunos nas finanças domiciliares (BMF; Bovespa, 2012, p. 3).

Em 2009, aconteceu no Rio de Janeiro a *OECD-Brazilian International Conference on Financial Education*¹⁴, evento no qual se oficializou a parceria Brasil e OCDE para disseminar a Educação Financeira no país. Nesses esforços, em 2010, por meio do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro, o Governo brasileiro instituiu a Estratégia Nacional para a Educação Financeira (ENEF), que já vinha sendo elaborada desde 2007 e já mobilizava esforços pela promoção de ações de Educação Financeira, securitária, previdenciária e fiscal e trouxe a seguinte finalidade:

Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF com a finalidade de promover a Educação Financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (Brasil, 2010, art.1).

Buscando o fortalecimento da ENEF, ainda em 2010, foram criados o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) do Comitê. O projeto piloto realizado entre os anos 2008 e 2010 pela SEB, que presidia o GAP, resultou em mudanças significativas na vida dos jovens e de suas famílias e fez do Brasil referência no relatório *The impact of high school financial education – experimental evidence from Brazil*¹⁵, do Banco Mundial.

Em 2013, ainda de forma experimental, a coordenação da Estratégia Nacional de Educação Financeira firma parceria com o Ministério da Educação para levar o tema às escolas de ensino médio.

Após o baixo desempenho dos estudantes brasileiros, no ano de 2015, no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, que avalia as habilidades de estudantes para a participação na vida econômica e social e que serve como referência, no Brasil, para o estabelecimento de metas a serem alcançadas por meio Plano Nacional de Educação (PNE), novas medidas são adotadas pelo governo visando aprimorar as ações da Estratégia Nacional de Educação Financeira. Logo depois, em 20 de dezembro de 2017, foi homologada pelo então Presidente Michel Temer, a Base Nacional Comum Curricular, da Educação Infantil e Ensino Fundamental para o ensino nas escolas públicas e privadas de todo o país, com sete menções ao termo “Educação Financeira”.

Na introdução da BNCC é visível que “cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência,

¹⁴ OECD-Brazilian International Conference on Financial Education – OCDE -. Conferência Internacional Brasileira sobre Educação Financeira, em tradução livre.

¹⁵ Tradução livre - O impacto da Educação Financeira no ensino médio – a experiência do Brasil. Documento está disponível no site www.vidaedinheiro.com.br.

incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] saúde, vida familiar e social, **educação para o consumo**, **Educação Financeira** e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010, Decreto nº 10.393/2020, ênfases adicionadas)¹⁶.

Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada” (*MEC, BNCC, 2018, p. 7*).

A partir de então a Educação Financeira passa a fazer parte do currículo escolar como um dos temas transversais¹⁷ contemporâneos (BNCC, p.19-20), dialogando com outras áreas do conhecimento com obrigatoriedade de ensino a partir de 2020 em todas as idades e escolas.

Posteriormente, o Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020, viria renovar o decreto que deu origem à ENEF instituindo a Educação Financeira como uma Política Pública de Estado, permanente, e coordenada nacionalmente para promover a Educação Financeira no Brasil e fortalecer a cidadania instruindo crianças, jovens e adultos sobre finanças, previdência e consumo. De acordo com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF):

Por sua abrangência e importância, a Educação Financeira nas escolas se apresenta como uma estratégia fundamental para ajudar as pessoas a realizar seus sonhos individuais e coletivos. Discentes e docentes financeiramente educados podem constituir-se em indivíduos crescentemente autônomos em relação a suas finanças e menos suscetíveis a dívidas descontroladas, fraudes e situações comprometedoras que prejudiquem não só sua própria qualidade de vida como a de outras pessoas (Brasil, ENEF, 2018, p.8).

2.4 Marco Legal da Educação Financeira no Brasil

Para compreender o percurso que levou o ensino da Educação Financeira a se tornar obrigatório no Brasil, realizamos uma pesquisa de revisão bibliográfica fazendo um marco legal compreendendo o período de 14 anos (2006 a 2020) e reflexões de alguns autores neste mesmo período, buscando compreender como que a Educação Financeira foi instituída como um componente de aprendizagem na educação.

Assim, nossas reflexões sobre Educação financeira no Brasil foram embasadas em livros, artigos de publicações em periódicos especializados, bem como nas legislações

¹⁶ BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 7 de outubro de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, seção 1, p. 28. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192>. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Acessos em: 20 agosto. 2022.

¹⁷ Temas transversais – Propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997, os 6 temas iniciais foram propostos a partir do Plano Nacional de Educação que vigorou a partir de 2001 a 2010.

existentes que regem sobre a implementação da Educação Financeira no ensino público e privado em todo o país.

A educação Financeira no Brasil, segue uma linha de tempo conforme descrito abaixo, do ano de 2006 a 2020, e esta trará contribuições para o nosso trabalho.

- **Ano 2006** - Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006. Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), o qual teve como objetivo “Promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular (Brasil, 2006)”, porém, foi revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019, que se encontra em vigência (Brasil, 2019).

- **Ano 2007** - Deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007 – do COREMEC, Aprovada a criação de um Grupo de Trabalho – GT, para propor a estratégia nacional de Educação Financeira.

- **Ano 2008** - Lançado em agosto o site Vida e Dinheiro (<https://www.vidaedinheiro.gov.br/>), o qual visava possibilitar a qualquer pessoa jurídica no Brasil registrar iniciativas educacionais em um Cadastro de Ações, com objetivo de reunir, de forma ordenada, as ações de Educação Financeira, de caráter gratuito, que já estivessem em execução no país por instituições públicas ou privadas (ENEF, 2008, p.32)

- **Ano de 2010** - Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 - Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira, objetivando promover a Educação Financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores, bem como definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF. É instituído, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF. Neste mesmo ano, e dando continuidade no ano de 2011, foi implantado o Projeto Piloto da ENEF em parceria do Governo com o Banco Mundial, visando implantar a Educação Financeira em 891 escolas voluntárias de ensino médio para alunos do ensino médio dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins, Ceará, Distrito Federal e Minas Gerais. Tendo público alvo alunos entre 14 e 17 anos. O conteúdo de três livros produzidos conjuntamente pelo CONEF/GAP (continha os temas “Vida Familiar Cotidiana”, “Empreendedorismo” e “Bens Públicos”. O decreto foi revogado pelo Decreto 10.393, de 09/06/2020 (Brasil, 2010).

- **Ano de 2011/2012** - Celebração de Convênio de Cooperação entre CONEF e a Associação Brasileira de Educação Financeira (AEF-Brasil)¹⁸. E em 2012 ocorreu a aprovação do Plano de Ação da AEF-Brasil para fins de criar e coordenar os projetos de Educação Financeira e captar recursos e parcerias para desenvolvê-los. Em abril, a Deliberação nº 7, de 18 de abril de 2012, que dispõe sobre o uso do material didático referente ao Programa Educação Financeira nas Escolas", atribui à AEF-Brasil a coordenação dos procedimentos operacionais e condições para o uso do material didático, pelas escolas privadas e públicas e pelas secretarias de educação, priorizando o estabelecimento de parcerias (apoios e patrocínios), objetivando a universalização do material. E ainda, na Deliberação nº 8, de 18 de abril de 2012, do CONEF, é aprovada a criação de Grupo de Trabalho (GT), para prover o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de apoio técnico para proposição de ações de Educação Financeira e previdenciária

¹⁸ AEF-Brasil - Associação de Educação Financeira do Brasil, é uma instituição sem fins lucrativos, qualificada como OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público), criada em 2011, que tem como missão promover o desenvolvimento social e econômico por meio do fomento da Educação Financeira no Brasil. https://www.vidaedinheiro.gov.br/es/oprograma/?doing_wp_cron=1693765883.5043060779571533203125

para a população em situação de pobreza e extrema pobreza, em especial do Programa Bolsa Família (PBF) (ENEF, 2012).

- **Ano de 2013** - A Deliberação nº 13, de 21 de novembro de 2013, Institui a Semana Nacional de Educação Financeira e o Decreto nº 7.963, que se refere ao Plano Nacional de Consumo e Cidadania (PLANDEC) e tem como objetivos: garantir o atendimento das necessidades dos consumidores; assegurar o respeito à dignidade, saúde e segurança do consumidor; estimular a melhoria da qualidade de produtos e serviços colocados no mercado de consumo; assegurar a prevenção e a repressão de condutas que violem direitos do consumidor; promover o acesso a padrões de produção e consumo sustentáveis; e promover a transparência e harmonia das relações de consumo tendo como público, consumidores e PROCON e como eixos de atuação para a realização do Plandec, a prevenção e redução de conflitos; regulação e fiscalização; e fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Brasil, 2013, parte 2).

- **Ano de 2014**- Deliberação nº 15, de 27 de agosto de 2014 do CONEF que divulga as entidades escolhidas para representar a Sociedade Civil no Comitê Nacional de Educação Financeira, no triênio 2015 a 2017, sendo no art. 1º divulgadas as entidades escolhidas para representar a sociedade civil no CONEF: Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F Bovespa); Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg); e Federação Brasileira de Bancos (Febraban). E ainda é publicado de Aviso de Audiência Pública nº 1/2014, em 05 de novembro de 2014, visando selecionar iniciativas de Educação Financeira com potencial de receberem o Selo ENEF (Brasil, 2014).

- **Ano de 2016**- Ocorreu o convênio CONEF (representado pelo Banco Central do Brasil (BCB) e a Associação Brasileira de Educação Financeira em 23/11/2016, visando o planejamento, desenvolvimento e avaliação de iniciativas de Educação Financeira e previdenciária no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) - desenvolvimento, aplicação de testes e pilotos, avaliação e validação de tecnologias sociais e materiais educacionais para o tema, de forma que estas metodologias estejam aptas para disseminação e adesão por outras instituições para o público infantil, juvenil e adulto (aposentados com renda até 2 salários mínimos e mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família do MDS) (Brasil, 2016).

- **Ano de 2017**- A Deliberação nº 19, de 16 de maio de 2017, estabelece diretrizes para o Programa Educação Financeira nas Escolas durante a vigência do programa e ações de Educação Financeira no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). No seu Art. 2º trata das diretrizes para a execução do Programa Educação Financeira nas Escolas no incisos I ao V: I - universalização do tema Educação Financeira nas escolas, por meio de sua progressiva inserção nas ações curriculares da escola e integração à cultura escolar brasileira; II - privilegiar ações com foco no professor, protagonista do processo de disseminação do tema na escola, com ações para formação; III - participação de instituições de ensino superior; IV - estímulo à produção descentralizada de conteúdos educacionais; e V - articulação com os sistemas públicos de ensino. E ainda, no art. 3º estabelece como objetivo para a execução do Programa, a integração, até 2024, do tema "Educação Financeira" na cultura escolar brasileira, de modo que professores, alunos e gestores desenvolvam e vivenciem projetos e atividades sobre a temática, no cotidiano nas escolas, juntamente com participação dos Instituições de ensino superior (IES); da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); e o

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)¹⁹; Escolas públicas; e Instituições de pesquisa no redirecionamento estratégico do Programa (Brasil, 2017).

Neste mesmo ano, a Deliberação nº 18, de 28 de dezembro de 2017, do CONEF, divulga as entidades escolhidas para representar a Sociedade Civil no Comitê Nacional de Educação Financeira, no triênio 2018 a 2020, conjuntamente com as instituições tratadas na Deliberação CONEF nº 15, de 27 de agosto de 2014, sendo elas o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (Brasil, 2017).

Finalizando o marco legal neste período, temos no ano de 2020 o Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020, institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) (Brasil, 2020).

2.4.1 Reflexões sobre a Educação Financeira no mesmo percurso do marco legal de 14 anos (2006 a 2020)

Considerando os decretos, as deliberações e os propósitos apontados para a Educação Financeira, buscamos a colaboração de alguns autores neste mesmo período, que irão elucidar melhor a compreensão de como a Educação Financeira foi instituída pelo governo como um componente de aprendizagem na educação.

Savoia, Saito e Santana (2007) discutem sobre os paradigmas da Educação Financeira no Brasil. Para os autores, uma série de fatores como a incapacidade governamental em preparar a população para a tomada de decisões financeiras, a falta de investimentos que promovam o crescimento econômico do país, a ampliação do crédito (como forma de estímulo a investimentos), aliada ao despreparo da população em lidar com tal situação, estimulou o endividamento dentre outras consequências negativas no cenário econômico. Consideram a Educação Financeira como fundamental, por influenciar nas decisões econômicas pessoais e familiares e por fim os autores pontuam a não obrigatoriedade da Educação Financeira no ensino e a falta de políticas de ensino por parte do MEC sobre o assunto.

Matta (2007) aponta que com o desenvolvimento da economia capitalista as pessoas ficam mais sujeitas à complexidade do mundo financeiro, exigindo que elas desenvolvessem habilidades para lidar com os diversos produtos financeiros disponíveis. Faz considerações acerca desses produtos que podem ser usados de forma favorável ou não pelo consumidor. E que o acesso às informações adequadas irá determinar se o desenvolvimento e as transformações do mercado serão utilizados a favor da sociedade. O autor traz a importância da difusão da informação sobre finanças pessoais para que cada indivíduo possa ter instrumentos para melhor administrar os seus recursos e passar de vítima a beneficiário do sistema financeiro. E, por fim, sugere diante das distorções existentes no Brasil, que sejam desenvolvidas ações e pesquisas para a difusão da Educação Financeira a toda a população.

No ano de 2011 temos as contribuições de Santos e Buaes. Ao estudar a Análise do Conhecimento Financeiro dos alunos de ensino médio, Santos (2011) aponta que, por não haver a obrigatoriedade da Educação Financeira nas escolas, o MEC preconizava a contextualização do ensino de matemática de forma a estimular a capacidade de leitura e interpretação de textos com conteúdo econômico, habilidade de análise e julgamento de cálculos de juros nas vendas a prazo, compreensão do relacionamento da matemática com os demais campos do conhecimento e a utilização da matemática para promover ações de defesa

¹⁹ INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, uma autarquia federal brasileira responsável pela avaliação e monitoramento da educação no país.

dos direitos do consumidor. Buaes (2011) relata sobre a construção de conhecimentos em uma experiência de Educação Financeira com mulheres idosas em um contexto popular, fazendo apontamentos das iniciativas de Educação Financeira além da Estratégia Nacional, entre instituições financeiras em parceria com as instituições de ensino que visam orientar para uso consciente do dinheiro, controle de finanças e apresenta alternativas de investimentos para realização de projetos de vida. A autora destaca a pluralidade de agentes envolvidos nas ações de Educação Financeira no país, pontua a ausência de ações voltadas a idosos e que considerem aspectos de classe social e escolarização dos sujeitos para os quais se destinam algumas intervenções educativas e ainda questiona o discurso enviesado do "analfabetismo financeiro" como um problema de impacto no equilíbrio das economias nacionais, e a responsabilização do sujeito por suas escolhas e segurança financeira.

Ainda em 2011, Wisniewski traz em “A importância da Educação Financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro” a importância da educação financeira para a gestão das finanças pessoais e o crescimento do mercado de capitais. A autora menciona que a falta de controle financeiro e o alto consumo são desafios significativos na gestão financeira pessoal, levando à endividamento e desperdício de recursos. Conclui em sua pesquisa que educação financeira é vista como uma solução, fornecendo informações e ferramentas para o planejamento financeiro, permitindo às pessoas controlar gastos, economizar e investir de maneira consciente. Além disso, destaca como a educação financeira pode impulsionar o desenvolvimento do mercado de capitais, proporcionando financiamento para empresas e envolvendo pequenos investidores. A inserção da Educação Financeira nas escolas é vista como uma forma de contribuir para esses objetivos.

No ano de 2013, o documento do Banco Central do Brasil "Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira/ “Advancing National Strategies for Financial Education” (BCB,2013) traz como fatores para a implementação da Educação Financeira: mudança nos aspectos sociais, econômicos ocorridos entre 2003 e 2007 como o aumento da classe média, a diminuição da população em pobreza extrema (entre 1992 e 2007) em quase 60%, o aumento da distribuição de renda neste mesmo período, além de mudanças demográficas como o aumento da expectativa de vida de 51 para 73 anos. São mudanças que impactam padrões de consumo, poupança e investimentos como o aumento por produtos financeiros exigindo escolhas conscientes por parte dos consumidores. Por fim, pesquisas realizadas pelo grupo de estudos demonstraram que a população possui baixa Educação Financeira, considerando que todos estes aspectos culminaram na Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Augustinis, Costa e Barros (2013) fizeram uma análise do discurso de Educação Financeira por uma educação para além do capital, assim, na análise dos discursos, princípios, recomendações e práticas da Educação Financeira adotados por governo, mercado e organismo internacional (OCDE), identificaram a existência de significativo alinhamento de temas, princípios e práticas. A partir deles identificaram objetos discursivos como “a existência de um movimento global, ideal e exemplar de Educação Financeira; princípios e recomendações referentes aos programas de Educação Financeira; e as práticas atuais e ideais dos programas de Educação Financeira” (p.81). Verificam-se convergências que privilegiam algumas ideias em detrimento de outras. Neste sentido, defendem que, o aumento no investimento em educação e em supervisão do mercado financeiro, sejam mais eficazes que o desenvolvimento de programas de Educação Financeira e a transferência da responsabilidade aos indivíduos.

Sant Ana (2014) destaca a importância de se introduzir a Educação Financeira nos parâmetros curriculares nacionais e currículos das escolas para minimizar os problemas relacionados ao descontrole financeiro e ao endividamento dos jovens, afirmando que pessoas

educadas financeiramente têm mais condições de promoverem seu próprio desenvolvimento. Aponta a facilidade de crédito como um dos principais fatores para o endividamento, destacando a importância de ações políticas em Educação Financeira.

Santos e Pessoa (2016) trazem a reflexão teórica da Educação Financeira na perspectiva da educação matemática crítica, destacando a necessidade de formação de professores aptos para discutir o tema, bem como da percepção de interesses para além dos educacionais e da participação de instituições financeiras, organizações do setor privado e educadores com pontos de vista e interesses diversos sobre o tema. Destaca que " (...) é preciso ter cautela com uma proposta catequizadora, que diga que só há um caminho a ser tomado, o único correto e adequado" (p.29). Quanto os professores, foi verificado que "(...) a semelhança entre a Matemática Financeira e a Educação Financeira dificulta a abordagem da Educação Financeira de forma crítica e realística" (p.30). Assim trazem o questionamento, para quem e para que é essa Educação Financeira proposta, que estas questões sejam elementos de discussão sobre Educação Financeira em consonância com a Educação Matemática Crítica.

No ano de 2017 temos a contribuição de Fabricio Pereira Soares e de Laercio Villa, trazendo a Educação Financeira sob a ótica da financeirização²⁰ e a aprendizagem significativa.

Soares (2017) traz os debates sobre a Educação Financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira. Após investigação do processo de financeirização da vida doméstica, o autor busca compreender o sentido da Educação Financeira em uma sociedade financeirização e constata que este fenômeno se encontra presente na economia brasileira. Apresenta três figuras existentes: os ativos, defensivos e os excluídos pela financeirização. Aponta possíveis conflitos de interesses na participação de instituições financeiras nos debates e implementação da Educação Financeira nas escolas brasileiras. E por fim apoia debates que não se restrinjam apenas a informar financeiramente a população, mas em criar ambientes menos dependentes do consumo e do dinheiro, bem como, sobre o significado do dinheiro na sociedade e a necessidade de regulação efetiva do Sistema Financeiro, com maior equilíbrio, transparência e justiça.

Enquanto Laercio Villa (2017), que estudou a Educação Financeira no ensino médio fazendo uma análise a partir da aprendizagem significativa de David Ausubel, buscando alinhar os conteúdos teóricos de matemática aos conteúdos aplicados na Educação Financeira. Considera importante o ensino da Educação Financeira no ensino médio, pois entende que ela permite o desenvolvimento de competências necessárias para poupar, investir de forma responsável e consciente na realização de sonhos. E ainda destaca que o nível de Educação Financeira da população não é proporcional às facilidades de crédito e complexidade do mundo financeiro, o que reforçaria a importância da Educação Financeira no ensino médio.

Azeredo, Cabral e Urias (2018) discutem o programa de Educação Financeira nas escolas à luz da governamentalidade²¹, relatando sobre consumo consciente, Educação

²⁰ Financeirização – Soares (2017) apresenta a financeirização como abordado por Lapavistas (2013) como o resultado de processos históricos que ocorrem principalmente a partir dos anos 1970, onde o modelo de produção capitalista passa a se alterar não só nas economias desenvolvidas, mas também nos países em desenvolvimento e as finanças se tornam dominantes na acumulação doméstica. Entre as diversas formas de apresentação, temos sua representação nos motivos, atores e instituições que operam a economia. Sua definição pela cultura e comportamento das pessoas, e voltando a atividades financeiras ou mesmo pela gestão financeira doméstica passando a se assemelhar à gestão corporativa (Martin, 2002; Langley, 2008; Davis, 2009).

²¹ Governamentalidade - O termo governamentalidade, cunhado pelo filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), refere-se "ao esforço de criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de controle, normalização e moldagem das condutas das pessoas" (Fimyar, 2009, p. 04)

Financeira, governamentalidade e consciência financeira para fundamentar a análise das situações didáticas do livro. Como resultado das análises e dos conceitos apresentados, os autores consideram que o material apresenta-se como uma técnica bem elaborada para influenciar a “consciência” e “autonomia” do jovem aluno, sobre o que, como e onde ele pode poupar e investir para aumentar sua satisfação pessoal, em especial, via consumo, e com isso identificam contradições que podem colocar em dúvida a real intenção do Programa. A análise aponta também a presença de técnicas de governamentalidade neoliberais que incitam os sujeitos a consumir de forma “consciente”.

Pessoa, Muniz e Kalinke (2018), ao reportarem sobre a Educação Financeira escolar, relacionado ao currículo e sala de aula de matemática, defendem que a promoção da Educação Financeira não deve se restringir a uma forma padronizada que promova apenas o equilíbrio do sistema financeiro, como aprender a consumir produtos financeiros e lidar com o dinheiro, mas que as ações devem ser definidas por educadores, que são as pessoas capacitadas para o ambiente escolar. Com ações marcadas pela mediação dos conteúdos e das informações que sejam relevantes para a Literacia Financeira, embasados na cidadania ética. Consideram também que a Educação Financeira é um dos pilares para a inclusão e justiça social dos cidadãos. Apontam para a necessidade da discussão dos temas da Educação Financeira Escolar e para a relevância da formação do professor para o êxito dessas ações.

Finalizando este recorte temporal, Kistemann (2020) discute as ações e preocupações dos pesquisadores em relação à Educação Financeira nas escolas brasileiras, especialmente à luz da implementação da Base Nacional Comum Curricular. O artigo apresenta três cenários de promoção da alfabetização financeira, incluindo o uso de livros didáticos e materiais complementares para contextualizar cenários do mundo real e ações interdisciplinares em diferentes níveis de ensino. Também enfatiza que a Educação Financeira deve ir além dos cálculos matemáticos e concentrar-se na promoção da Literacia Financeira e das competências de tomada de decisão em contextos do mundo real. Os cenários apresentados destacam a relevância da Educação Financeira no contexto escolar, a responsabilidade do professor em promover uma abordagem contextualizada, interdisciplinar e voltada para a formação de cidadãos conscientes e críticos em relação às questões financeiras. Também chama a atenção para a necessidade de formação docente adequada para lidar com esses desafios.

Apresenta a importância dos livros didáticos como ferramentas para a Educação Financeira, mas ressalta a necessidade de mediação docente para tornar os conteúdos mais interessantes e contextualizados para os alunos e a relevância de pesquisas sobre abordagens presentes nos livros didáticos e a necessidade de formação contínua dos professores. E, por fim, apresenta um exemplo concreto de como mediações e discussões contextualizadas, guiadas por professores, podem promover a Literacia Financeira dos estudantes. Além de destacar a importância de cursos de extensão e práticas interdisciplinares que abordem temas financeiros de maneira crítica e reflexiva, estimulando o desenvolvimento de competências para a tomada de decisões financeiras informadas.

De forma geral menciona a importância das diretrizes curriculares, a necessidade de transcender o ensino tradicional de Matemática Financeira e a promoção da Literacia Financeira por meio de práticas de Educação Financeira, discute a formação de cidadãos conscientes, destacando a relevância da abordagem interdisciplinar, a importância dos livros didáticos, a mediação docente e a formação contínua dos professores e dá um exemplo prático de cursos e discussões que promovem a Literacia Financeira por meio de cenários de investigação e abordagens reflexivas.

A análise das ideias apresentadas pelos autores, ao longo do período de 2006 a 2020, sobre a Educação Financeira no Brasil, revela uma evolução no entendimento e na abordagem desse tema. Os autores discutem diversos aspectos relacionados à importância da Educação Financeira, suas implicações socioeconômicas e as políticas governamentais para sua

implementação, a necessidade de que a Educação Financeira seja obrigatória nas escolas e a importância da divulgação de informações sobre finanças pessoais. Os autores também levantam preocupações sobre a responsabilidade colocada sobre os indivíduos pela sua segurança financeira e a necessidade de cautela ao abordar a Educação Financeira como uma solução única para todos.

2.5 Educação Financeira: cenários e desafios para implementação nas escolas públicas

Muitas são as discussões quando o tema em debate é a obrigatoriedade da “Educação Financeira nas escolas”. Podemos encontrar na literatura tanto posições a favor quanto posições contrárias a essa obrigatoriedade. O tema tem ganhado grande relevância, em especial no cenário atual da economia nacional.

Quando falamos de Educação Financeira, é importante diferenciá-la da Matemática Financeira, pois apesar de serem conceitos complementares, não possuem o mesmo significado. A Matemática Financeira é uma ferramenta necessária para se alcançar uma Educação Financeira de qualidade, já a Educação Financeira diz respeito ao comportamento consciente, pensamento crítico sobre as questões cotidianas e tomada de decisão. Conforme definição de Branco (2005, p. 1) “a Matemática Financeira tem por objetivo principal, estudar o valor do dinheiro em função do tempo”. Para Veras (2001, p. 53), “para que as operações financeiras sejam executadas, faz-se necessário a aplicação de cálculos adequados, sendo que o estudo desses cálculos é o objeto de estudo da matemática financeira”.

Amarildo Silva e Arthur Powell defendem que, a Educação Financeira nas escolas vá além da mera transmissão do conhecimento da matemática financeira, mas que seja:

[...] um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (Silva; Powell, 2013, p. 12-13).

Contar com o auxílio da Matemática Financeira, pelo viés da Educação Matemática crítica, pode contribuir ainda mais para uma formação realmente transformadora.

Um dos precursores da Educação Matemática crítica, Skovsmose defende que ela atue não somente com o domínio de conteúdo, mas também sobre os modelos sociais vigentes na sociedade “para ser crítica precisa reagir a contradições sociais” (Skovsmose, 2001, p. 101).

Claudino, Nunes e Silva (2009, p. 2) declaram que “a Educação Financeira compreende a inteligência de transformar os números em informações relevantes para elaboração de um planejamento financeiro que proporcione um equilíbrio entre o consumo e as finanças pessoais”.

Como tema contemporâneo, a educação financeira e fiscal está inserida na macro área de economia e perpassa todos os componentes curriculares podendo ser incorporada pelas escolas nas suas diversas esferas de autonomia de forma integradora com os outros temas, como também é proposto pela BNCC acerca dos 15 temas transversais. O Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) orienta que a Educação Financeira nas escolas se baseie em sete objetivos (Enef, 2017, p.10):

Formar para a cidadania; Ensinar a construir e a poupar de modo ético, consciente e responsável; Oferecer conceitos e ferramentas para tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude; Formar disseminadores; Ensinar a planejar em

curto, médio e longo prazo; Desenvolver a cultura de prevenção; Proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual.

Faz-se necessário destacar que a Educação Financeira nas escolas alcançará também pessoas de baixa renda e o acesso a esse conhecimento pode ajudá-las a administrar melhor suas finanças de forma consciente e a minimizar um pouco das desigualdades sociais. Atkinson e Messy (2012) observaram que baixos níveis de renda estão associados com menores níveis de alfabetização financeira e Calamato (2010) observa que indivíduos com baixa renda são mais propensos a abandonarem a escola, o que, em longo prazo, contribui para o seu analfabetismo financeiro.

Mas, para além deste ponto, precisamos entender sob quais condições a obrigatoriedade da Educação Financeira nas escolas foi aplicada/imposta e quais os possíveis desafios serão enfrentados para o sucesso dessa empreitada. A preparação adequada dos docentes para o processo de ensino aprendizagem é fundamental para o sucesso da Estratégia Nacional de Educação Financeira. Porém, muitos professores não possuem letramento financeiro suficiente para ministrar aulas sobre o tema, o que dificulta a sua inserção nos conteúdos curriculares. Uma das alternativas pode passar por políticas públicas para formação continuada de professores, visando a capacitação de docentes das diversas áreas do saber.

Outra dificuldade se relaciona ao modelo tradicional de ensino proposto, com disciplinas de forma segmentada, que dificultam uma abordagem interdisciplinar, problematizada e que produza sentido para os alunos.

É necessário também, uma abordagem holística²² e que valorize os conhecimentos prévios, necessidades e interesses desses alunos, pois desta maneira se alcançará uma aprendizagem significativa em direção ao letramento financeiro. Tomaz e David (2008, p. 20) relatam que “a adoção de temas para organizar a abordagem dos conteúdos disciplinares é uma forma de promover a interdisciplinaridade e pode contribuir para o engajamento do aluno nas discussões dos conteúdos e desenvolver competência crítica”. Ainda neste sentido, para Skovsmose (2001, p. 87),

[...], uma preocupação importante da educação tem sido a de preparar os alunos para sua futura participação nos processos de trabalhos na sociedade. Mas tendências alternativas têm enfatizado que ela deve também preparar os indivíduos para lidar com aspectos da vida social fora da esfera do trabalho, incluindo aspectos culturais e políticos. Em resumo, um dos objetivos da educação deve ser preparar para uma cidadania crítica (p.87).

Neste ponto, lançamos a seguinte indagação, a quem interessa a inserção da educação financeira e fiscal na Base Nacional Comum Curricular e para atender a quais valores?

A BNCC foi muito criticada por especialistas, professores, entidades e movimentos da sociedade ligados à educação²³, por entenderem que para além do viés tecnicista com ênfase na eficiência e execução da proposta de uma educação voltada para o mercado de trabalho que ela já apresentava,

²²Abordagem holística - Essa abordagem reconhece o aluno como um ser completo, indo além da mera acumulação de conhecimentos e habilidades. Seu objetivo principal é fomentar o crescimento do aluno em todas as suas dimensões, englobando não apenas o intelecto, mas também o aspecto emocional, físico e social.

²³<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/535651-FORUM--NACIONAL-DE-EDUCACAO-CONSIDERA--BASE-NACIONAL-CURRICULAR-COMUM->

[...] a proposta atenta contra o direito constitucional dos estudantes e da sociedade à educação e à formação cidadã, além de apresentar problemas intrínsecos ao texto, sua intencionalidade e suas possibilidades de execução. [...] A proposta impacta, ainda, de modo negativo, o trabalho dos professores, os currículos e as avaliações e até a formação de professores, configurando-se, portanto, como imprópria[...] (Anped, 2018, pag.2).

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), também se manifestou contrária à BNCC,

[...] A BNCC proposta reforça as tendências internacionais de centralização curricular verificadas nos países centrais do capitalismo com o objetivo de controle político-ideológico do conhecimento, viabilizando a avaliação em larga escala, externa às unidades escolares, e, em consequência, responsabilizando os professores e os gestores pelos resultados da aprendizagem, desconsiderando as condições efetivas da realização das atividades educacionais, como a infraestrutura disponível nas escolas e as condições de trabalho docente.

Já nas primeiras versões apresentadas, a proposta articulava interesses de diversos grupos: organismos internacionais, empresariais e organizações não governamentais, aprovada em duas etapas, primeiro para a educação infantil e ensino fundamental, e posteriormente em 2017 para o ensino médio, a BNCC, veio regulamentar a Lei da Reforma do Ensino Médio²⁴, que entre outras mudanças reduziu a carga horária do ensino médio, limitando os direitos de aprendizagem contidos em uma base nacional de 1800h e colocando apenas os componentes curriculares Português e Matemática como obrigatórios, demonstrando uma visão reducionista do governo em relação a educação.

A BNCC para o ensino fundamental menciona o termo “Educação Financeira” de forma específica em quatro habilidades, (EF05MA06 - Cálculo de porcentagens e representação Fracionária; EF06MA13- Cálculo de porcentagens por meio de estratégias diversas, sem fazer uso da “regra de três; EF07MA02- Cálculo de porcentagens e de acréscimos e decréscimos simples e EF09MA05 - Porcentagens: problemas que envolvem cálculo de percentuais sucessivos), em todas as habilidades a menção “em contexto da educação financeira”. Já para o ensino médio não há especificação, mas há uma liberdade para abordar o tema nas diversas habilidades das cinco competências, deixando ao professor a tarefa do planejamento das aulas (BNCC, 2018, p.295-317). No entanto, a oferta de material didático adequado e condizente com a realidade dos professores e alunos facilitaria o processo de adaptação à nova exigência.

É importante acrescentar que os currículos da Educação Básica, tendo como referência a BNCC, devem também incluir temas transversais, que tratem de questões contemporâneas relevantes para o desenvolvimento da cidadania que afetam a vida humana em escala local, regional e global. A inclusão de temas transversais, propicia efetiva integração interdisciplinar e contextualizada de saberes de diferentes disciplinas e áreas de conhecimento.

É oportuno registrar que alguns temas transversais são exigidos por legislação e normas específicas, tais como educação para o consumo, educação financeira e fiscal (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010).

²⁴ Lei da Reforma do Ensino Médio – Foi a lei aprovada a partir da Medida Provisória do Novo Ensino Médio, MPV 746/2016, do Presidente Michel Temer que em seu texto trazia a segmentação de disciplinas de acordo com áreas do conhecimento e a implementação gradual do ensino integral.

O mesmo documento traz as condições necessárias para que uma escola possa desempenhar seu papel na garantia do direito à educação de seus estudantes, sendo de três naturezas: infraestrutura, pessoal e pedagógica.

Um aspecto de ordem estrutural, a considerar neste processo de ensino e aprendizagem da Educação Financeira, são as estruturas das escolas públicas, que muitas vezes não dispõem de meios tecnológicos suficientes para uso de alunos e professores, nem tampouco conectividade de qualidade para facilitar os acessos às plataformas interativas e outros conteúdos relacionados.

Estes problemas foram agravados principalmente no contexto de pandemia, visto que a internet se tornou fundamental para o acesso às aulas e continuidade do aprendizado. De acordo com dados da pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre outubro de 2019 e março de 2020, cerca de 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos não teve acesso à internet em casa, aumentando a desigualdade social e contribuindo para o analfabetismo financeiro (TIC, 2020, p.7).

A BNCC trata apenas da estrutura pedagógica e, desta forma esperava-se que estratégias para implementação deveriam considerar as dificuldades geradas pela ausência das outras duas dimensões.

Essas considerações nos remetem ao seguinte questionamento: educação financeira para quem e para quem?

Falar em uma proposta de educação financeira nas escolas, no molde e formato em que foi apresentada, pressupõe que estamos nos referindo a um público que se encontra minimamente nas mesmas condições de acesso a renda e direitos. Ocorre que a realidade social dos países membros se distancia da realidade social dos demais países não pertencentes ao bloco, como é o caso do Brasil.

A relevância política empregada ao tema visa atender a estes atores. Neste ponto cabe-nos o seguinte apontamento: Educação financeira para quem e para quem? Haveriam outros temas relevantes a serem trabalhados por estes organismos, com vistas à colaboração com os países menos desenvolvidos? Responder a estas perguntas requer pensarmos quais demandas esses países realmente têm, não podemos restringir às necessidades do país apenas ao seu desenvolvimento econômico, é necessário levar em conta também outros índices como qualidade de vida, meio ambiente, bem-estar social, saúde, segurança, educação, entre outros temas essenciais e urgentes em nosso contexto histórico e social.

Podemos afirmar que outros temas poderiam ser eleitos para estudo e implementação de estratégias nos países aderentes como o Brasil, mas o que se tem desde o princípio (a começar pela avaliação do PISA), é um tratamento genérico a todos os países ainda que estes não estejam em situação igualitária.

Em 2019, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), emitia relatórios de pesquisas em que o Brasil atingia o percentual de 65,1% famílias endividadas com dívidas em cheque especial, cheque pré-datado, cartão de crédito, crédito consignado, prestação de carro e casa entre outros, e na atual crise econômica este percentual vem aumentando chegando a marca recorde de 69,7% no primeiro semestre de 2021, agravado pela pandemia do Corona vírus.

Embora a literatura defenda que a popularização dos serviços financeiros e a inclusão do cidadão nos mercados financeiros apresentem aspectos positivos como o crescimento do consumo e o bem-estar social (Kumar, 2004; BCB, 2019), a falta de conhecimento relacionado a finanças faz com que as pessoas fiquem mais vulneráveis aos abusos do mercado e a situações de endividamento.

Mas não somente isso, em um cenário de instabilidade econômica e desigualdade social, alta do desemprego, a falta de reajuste adequado das subvenções sociais como Bolsa Família, a destinação da renda da população mais vulnerável pode estar concentrada, em sua maior parte, quando não em sua totalidade, na manutenção das necessidades básicas da família. Só em 2019 mais de 170 mil brasileiros entraram para a pobreza extrema, segundo o IBGE. Estes fatores associados a expansão do crédito e facilidade de financiamentos também podem ter contribuído para o aumento do número de brasileiros em situação de endividamento.

Percebe-se um enorme desafio das escolas públicas, qual seja, como falar em educação financeira e nos diversos temas relacionados a ela, para pessoas que podem ter como a maior das preocupações manter a comida na mesa?

Como ambiente de aprendizagem, há diversos desafios a serem superados, como capacitação profissional, superação de barreiras institucionais, estruturais e pedagógicas, além de atenção às relações que estão sendo formadas também em seus espaços, pois muitas vezes ela se torna um ambiente de competitividade e incentivo ao consumismo.

Para se adequarem, as escolas precisarão reestruturar seus currículos escolares, levando em consideração a diversidade e individualidade dos alunos. Ademais, será necessário considerar ainda o perfil dos estudantes e dos professores da atualidade e o contexto de pandemia como agravante para a implementação e reestruturação dos currículos bem como as restrições de acesso a diferentes meios e tecnologias da aprendizagem.

Nesse sentido, é importante que sejam desenvolvidas estratégias para a inserção do tema junto à comunidade escolar considerando a diversidade e desigualdade social em que os alunos e professores estão inseridos.

2.6 Contribuições da Educação Financeira para a mudança de cenário nacional

Considerando que a família é a primeira instituição social na qual somos inseridos, ela também contribui com os conceitos de finanças e Educação Financeira que aplicamos em nossa vida, como aponta o estudo realizado por Pinto, Parente e Mansfield (2005). Todavia, muitos pais não passaram pelo processo de aprendizagem para o planejamento financeiro e gastos conscientes, o que torna ainda mais relevante a discussão deste.

A busca por satisfação pessoal em bens de consumo se tornou cada vez maior, e isso não é diferente com o público jovem, mesmo para os que ainda não foram inseridos no mercado de trabalho, mas que influenciam direta ou indiretamente nos gastos familiares.

Em 2019, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), emitiu relatórios de pesquisas que indicavam que no Brasil 65,1% das famílias estavam endividadas por gastos feitos no cheque especial, cheque pré-datado, cartão de crédito, crédito consignado, e pelas prestações de carro e casa entre outros. Na atual crise econômica, este percentual vem aumentando a ponto de atingir a marca recorde de 69,7% no primeiro semestre de 2021, agravado pela pandemia de Covid-19²⁵.

De acordo com alguns especialistas em finanças, uma das explicações dadas para o descontrole financeiro das famílias brasileiras pode estar na carência de Educação Financeira associada à falta do hábito de poupar. De acordo com Dutra (2018, p. 3), “[...] a falta de Educação Financeira para a grande maioria da população, venha a ser um dos fatores impulsionadores do alto índice de endividamento no decorrer dos últimos anos”.

²⁵ Covid-19 – Doença causada em humanos por infecção pelo vírus SARS-CoV-2: vírus da família dos Corona vírus, identificado no ano de 2019 e que afetou a população a nível mundial.

Não podemos nos esquecer, entretanto, de outros fatores que podem ter levado os brasileiros à situação de endividamento, como a expansão do crédito e facilidade de financiamentos em um cenário de instabilidade econômica e desigualdade social, alta do desemprego, a falta de reajuste adequado das subvenções sociais como Bolsa Família.

Em 2019, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), emitia relatórios de pesquisas em que o Brasil atingia o percentual de 65,1% famílias endividadas com dívidas em cheque especial, cheque pré-datado, cartão de crédito, crédito consignado, prestação de carro e casa entre outros, e na atual crise econômica este percentual vem aumentando chegando a marca recorde de 69,7% no primeiro semestre de 2021, agravado pela pandemia do Corona vírus.

Embora a literatura defenda que a popularização dos serviços financeiros e a inclusão do cidadão nos mercados financeiros apresentem aspectos positivos como o crescimento do consumo e o bem-estar social (Kumar, 2004; BCB, 2019), a falta de conhecimento relacionado a finanças e a desigualdade de acesso a itens básicos de consumo, faz com que as pessoas fiquem mais vulneráveis aos abusos do mercado e a situações de endividamento.

Em um cenário de instabilidade econômica e desigualdade social, alta do desemprego, a falta de reajuste adequado das subvenções sociais como Bolsa Família e de investimento em políticas públicas para minimizar os impactos da pandemia, a destinação da renda da população mais vulnerável pode estar concentrada, em sua maior parte, quando não em sua totalidade, na manutenção das necessidades básicas da família. Só em 2019 mais de 13,5 milhões de brasileiros entraram para a pobreza extrema, quadro agravado em 2021 quando passa a atingir 17,9 milhões, segundo o IBGE. Isso quer dizer que esta parcela da população vive com renda mensal per capita inferior a R\$145,00 (cento e quarenta e cinco reais), critério adotado pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza (IBGE, 2022).

Em 2021 houve um aumento de 22,7% de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza chegando a um total de 62,5 milhões de pessoas nesta situação. Estes fatores associados a expansão do crédito e facilidade de financiamentos também podem ter contribuído para o aumento do número de brasileiros em situação de endividamento.

Percebe-se um enorme desafio das escolas públicas, qual seja, como falar em educação financeira e nos diversos temas relacionados a ela, para pessoas que podem ter como a maior das preocupações manter a comida na mesa?

Neste contexto, é imprescindível entender que além da Educação Financeira, outros fatores são determinantes para a boa gestão e bem-estar na vida pessoal, afetando também os índices de endividamento e inadimplência além dos hábitos de consumo consciente e que podem gerar impactos individuais e também sociais.

Acreditamos também que mesmo diante da importância do tema a transferência de responsabilidade na gestão dos recursos financeiros para os indivíduos desconsidera a responsabilidade do governo na regulação dos mercados financeiros e a necessidade de uma maior participação de representantes das instituições de ensino e dos profissionais educadores nesse processo.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Desenvolvemos a pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), *campus* Governador Valadares, nas turmas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, a partir de uma abordagem qualitativa que, segundo Richardson (1999, p.39) é “adequada para entender a natureza de um fenômeno social”, contribuindo para a compreensão do fenômeno dentro do contexto do qual faz parte. Esse tipo de pesquisa nos possibilita, como pesquisadores, interpretar e dar sentido aos fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes trazem (DENZIN; LINCOLN, 1994, p.2).

Para a sua construção, utilizamos como base os documentos públicos disponíveis nos sítios eletrônicos governamentais, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE²⁶ e do IFMG. As fontes oriundas de documentos governamentais nortearam o percurso legal para a implementação da Educação Financeira nas escolas, bem como as bases que constituíram os objetivos do Projeto ENEF.

No que diz respeito aos documentos públicos da OCDE, que compreende um fórum de países que se descrevem comprometidos com a democracia e a economia de mercado, comparando experiências políticas e buscando respostas para problemas comuns, buscamos na plataforma desta organização as produções e os dados sobre Educação Financeira no cenário brasileiro. E, em relação às fontes documentais do IFMG, foram coletadas informações referentes aos cursos técnicos integrados em Edificações, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho, no Projeto Político Pedagógico e Matriz Curricular de cada curso, bem como na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), de criação dos institutos.

Adotamos como procedimentos e instrumentos de investigação a pesquisa de campo por meio da utilização de questionários, entrevistas e gravações de áudio, que segundo Vergara (2009, p.43) “a pesquisa de campo é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”.

3.1 *Lócus da Pesquisa*

3.1.1 *O campus Governador Valadares*

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tinha como desafio democratizar o acesso aos cursos da Rede Federal, com vistas a inserção de mão de obra qualificada no mercado de trabalho, alinhada à consolidação da estabilidade econômica no país. Neste contexto foram criados prioritariamente institutos em periferias dos grandes centros urbanos e nas cidades do interior do país, como foi o caso do IFMG – câmpus Governador Valadares.

Cidade de médio porte, Governador Valadares está situada no Vale do Rio Doce, no leste mineiro, ocupando o posto de maior município da região com área territorial de 2.343,376 km² e com população no último censo de 2022 de 257.172 mil pessoas (IBGE, 2022)²⁷.

Em 2007, a Prefeitura Municipal de Governador Valadares enviou ao MEC/SETEC proposta para ampliação de unidades de ensino, com respaldo da fase II do Plano de Expansão

²⁶ OECD - <https://oecd.org/education/>; <https://www.oecd.org/brazil/>

²⁷ No Censo demográfico 2022, Governador Valadares registrou crescimento populacional negativo de -2,47%. Um dos fatores que contribuíram para este resultado foi o saldo migratório negativo, onde mais pessoas saíram da cidade do que entraram. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>

da Rede Federal de Educação Tecnológica, e em atendimento às demandas de formação e capacitação das atividades produtivas locais. Dentre as demandas da proposta, anteriormente submetida à votação popular, houve a aprovação do primeiro Curso Técnico em Segurança do Trabalho, subsequente, no município.

Em 2009, o *campus* Governador Valadares (IFMG/GV) teve sua pedra fundamental lançada, sendo a primeira instituição de ensino pública federal instalada na cidade, e tendo concepção filosófica e pedagógica “educar e qualificar indivíduos para serem cidadãos críticos, criativos, responsáveis e capazes de contribuir para a transformação da sociedade. Seu objetivo é consolidar-se como uma instituição de excelência no ensino, pesquisa e extensão, comprometida com ética, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável” (IFMG, 2016, p. 8).

O primeiro vestibular para o *campus* foi realizado em dezembro de 2009 e foram oferecidos dois cursos superiores: Engenharia de Produção e Tecnologia em Gestão Ambiental, e o curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho. As aulas tiveram início em 26 de abril de 2010 com aula magna inaugural ministrada pelo reitor do IFMG, Prof. Dr. Caio Mário Bueno Silva. O evento marcou oficialmente o nascimento acadêmico do *campus* de Governador Valadares.

Atualmente, o *campus* oferece os seguintes cursos: Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente; Curso Técnico Integrado em Segurança do Trabalho; Curso Técnico Integrado em Edificações; Cursos Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho; Bacharelado em Engenharia de Produção; Tecnologia em Gestão Ambiental; Engenharia Ambiental e Sanitária; Engenharia Civil; Especialização *lato sensu* em Engenharia de Segurança do Trabalho.

3.2 Participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram os alunos matriculados nos cursos técnicos em Meio Ambiente, em Segurança do Trabalho e em Edificações, que são integrados ao ensino médio.

Realizamos um levantamento do perfil dos estudantes matriculados nos cursos técnicos de Edificações, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho, integrados ao ensino médio. Dos 338 alunos matriculados nesses cursos, 179 alunos (as) responderam ao questionário na primeira fase, representando 53%, após preencherem os critérios necessários (consentimento dos pais/responsáveis e desejo em participar da pesquisa). Destes, 75 cursavam o primeiro ano, 46, o segundo e 58, o terceiro ano. A faixa etária dos estudantes ficou entre 15 e 18 anos de idade. Em relação ao gênero, 98 informaram ser do sexo feminino e 79, do masculino; 1 agênero e 1 não respondeu. Ademais, dos 179 participantes, 54 eram provenientes de escolas privadas e 125 de escolas públicas.

A participação desses estudantes ocorreu em duas etapas, a primeira que se deu por meio da aplicação de um questionário e a segunda, por meio de uma entrevista no formato presencial com o objetivo de obter informações mais concisas em relação ao quarto objetivo específico da pesquisa que é identificar através da percepção dos estudantes, como o ensino da Educação Financeira contribuiu para a sua consciência financeira.

Antes da realização dessas etapas, foram enviados convites de participação voluntária, via correio eletrônico, com esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, sua metodologia bem como o direito e liberdade do participante em pedir informações a qualquer momento ou mesmo de deixar de participar das atividades sem aviso prévio, sem qualquer prejuízo. Também foram enviados por meio de correio eletrônico o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice B) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE

(Apêndice E) com a concordância prévia (via e-mail ou fisicamente) do responsável através do TCLE (Apêndice D, F).

3.3 Aspectos éticos na pesquisa

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em pesquisa – Sistema CEF/CONEP por meio da Plataforma Brasil e aprovado em 21 de novembro de 2022 pelo parecer substancial nº 5.767.188.

3.4 Fases da pesquisa

A pesquisa seguiu as seguintes etapas metodológicas - inicialmente realizamos uma pesquisa de revisão bibliográfica sobre o assunto em livros, artigos e publicações em periódicos especializados, bem como nas legislações existentes que regem sobre a implementação da Educação Financeira no ensino público e privado em todo o país. Para Lakatos e Marconi (2001, p. 183), a pesquisa bibliográfica,

“[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”.

Posteriormente, fizemos um levantamento em documentos públicos do IFMG, Projeto Político de Curso (PPC) e Matriz Curricular dos cursos, buscando identificar a organização curricular no que tange à abordagem do tema Educação Financeira nos mesmos, servindo também de base para a construção dos questionários. Contamos ainda com informações obtidas junto ao sistema utilizado pela secretaria de registro acadêmico do IFMG – CONECTA, buscando analisar informações fornecidas pelos alunos no ato da matrícula.

Essas informações preliminares nos deram condições para prepararmos a coleta de assinaturas nos termos de consentimento e assentimento para a participação dos alunos na pesquisa.

A aplicação dos questionários ocorreu no mês de março de 2023, sendo dada aos estudantes a opção pela participação de forma física ou online. A disponibilização dessas opções teve como objetivo alcançar maior adesão dos alunos e, em consequência, maior número de respondentes.

Esta etapa de aplicação do questionário tinha a pretensão de responder ao terceiro objetivo da pesquisa, a saber, se os alunos já haviam vivenciado situações de ensino aprendizagem envolvendo a temática Educação Financeira em sua formação no ensino fundamental e/ou médio.

Após a aplicação do questionário (1ª fase), dos 179 respondentes obtivemos um total de 64 que atendiam aos critérios para participar da próxima etapa da pesquisa (2ª fase), a saber: a) contato anterior com temas da Educação Financeira; b) ter interesse em continuar participando da pesquisa. Deste modo, foram selecionados, por meio da manifestação de interesse, oito (8) estudantes para a fase de entrevistas.

Por se tratar de um tema novo e sua obrigatoriedade nas escolas ser recente, além do contexto de pandemia que prejudicou as atividades escolares de diversas formas, a princípio, acreditamos que seriam poucos os alunos que já tivessem contato com a temática Educação

Financeira com a abordagem indicada pelo Decreto Federal nº 10393/2020, no item resultados e discussões trataremos mais sobre o assunto.

Buscando obter dados mais aprofundados, a etapa de entrevistas tinha por finalidade responder ao quarto objetivo específico da pesquisa possibilitando identificar através da percepção dos estudantes, como o ensino da Educação Financeira contribuiu para a sua consciência financeira.

A fase de entrevistas foi realizada presencialmente (usando o roteiro apresentado no Apêndice H), em ambiente tranquilo, em uma sala no auditório do *campus* IFMG/GV e foram conduzidas de forma individualizada com horários agendados, gravadas com o consentimento do participante, exclusivamente para fins de posterior descrição e análise. As entrevistas foram organizadas com roteiro semiestruturado e as questões disparadoras foram adaptadas de acordo com as respostas dadas pelos participantes e posteriormente utilizadas outras questões que surgiram de acordo com os relatos dos participantes.

Optamos pela entrevista com questões semiestruturadas, pois considerando ser uma pesquisa de cunho qualitativo, esta técnica nos ajudaria na coleta de dados subjetivos, corroborando este pensamento, Fiorentini afirma que

[...] o pesquisador, pretendendo aprofundar-se sobre um fenômeno ou questão específica, organiza um roteiro de pontos a serem contemplados durante a entrevista, podendo, de acordo com o desenvolvimento da entrevista, alterar a ordem deles e, até mesmo, formular questões não previstas inicialmente (Fiorentini et al, 2010, p. 121).

Reunidos os dados documentais e bibliográficos, questionários e entrevistas, estes materiais passaram por um processo de sistematização e análise, buscando inferir as informações e percepções que emergiram do corpus coletado. O processo de análise também foi apoiado pelo software Iramuteq²⁸ e as análises dos discursos seguiram como referencial à Análise Textual Discursiva (ATD).

3.4.1 Identificação da Educação Financeira na matriz curricular dos cursos de formação técnica do Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* Governador Valadares

Fizemos um levantamento em documentos públicos do IFMG, Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e Matriz Curricular dos cursos, buscando identificar a organização curricular no que tange à abordagem do tema Educação Financeira nos mesmos, servindo também de base para a construção dos questionários. Contamos ainda com informações obtidas junto ao sistema utilizado pela Secretaria de Registro Acadêmico do IFMG - Conecta²⁹ buscando analisar informações fornecidas pelos alunos no ato da matrícula.

Esse processo nos dera condições de conhecer o universo de participantes que teríamos para a etapa que envolve os/as estudantes, possibilitando assim o planejamento para que respondessem ao questionário que foi o instrumento usado para coleta de dados.

²⁸ IRAMUTEQ - *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*, software desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009), trata-se de um programa de informática gratuito, que se ancora no *software* R e permite diferentes formas de análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas de indivíduos por palavras. Fonte: Camargo, Brígido Vizeu; Justo, Ana Maria. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>.

²⁹ O sistema "Conecta" do IFMG é uma plataforma online que permite a integração de dados e processos do IFMG em um único sistema padrão de gestão acadêmica e administrativa.

3.4.2 Identificação da Educação Financeira no ensino fundamental e/ou médio dos estudantes

Para esta investigação, recorremos ao instrumento questionário organizado com o propósito de que os participantes pudessem contribuir com nossa pesquisa nos fornecendo informações mais pontuais sobre o tema pesquisado.

Para facilitar a aplicação do questionário, foi realizado o agendamento dos laboratórios de informática, visando facilitar a participação dos estudantes, dando-lhes condições de responderem durante o horário em que estivessem nas dependências da escola, contamos também com a colaboração e apoio de professores (as) para que disponibilizassem tempo no horário das suas aulas. No laboratório explicamos para os objetivos da pesquisa e prestamos esclarecimentos a respeito das autorizações prévias.

Nesta etapa, o uso do instrumento questionário semiestruturado (Apêndice G) tinha como intencionalidade de conhecer os estudantes que haviam estudado o tema no ensino médio, bem como o quanto eles traziam de conhecimento relacionado à aprendizagem sobre Educação Financeira, buscando, dessa forma, validar a problemática da pesquisa. De acordo com Gil (2008, p.121) define questionário como:

(...) a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc.

Esta etapa ocorreu a partir do mês de março de 2023, em dias aleatórios com o apoio e colaboração de professores de diversas disciplinas. Previamente enviamos aos alunos, via e-mail, os convites contendo informações acerca de pesquisa, seus objetivos, formas de participação nas etapas de questionário e entrevista, bem como cópia dos termos TCLE e TALE, disponibilizados por meio de link para opção de download.

O questionário (Apêndice G) foi elaborado por meio da plataforma Google Formulários³⁰, com aplicação em formato digital, sendo disponibilizado para leitura e respostas, somente após aceite e registro de assinatura digital dos termos de aceite na participação das etapas da pesquisa. Este formato de questionário buscou alcançar maior adesão dos alunos e por consequência maior número de respondentes, considerando que,

A diferença desse instrumento de pesquisa em relação às entrevistas é que o questionário pode ser aplicado a um grande número de sujeitos sem que haja necessidade de contato direto do pesquisador com o sujeito pesquisado. Os questionários podem ser enviados e devolvidos via correios convencionais ou eletrônicos (e-mail) (Fiorentini et al, 2010, p. 117).

Assim, dos 338 estudantes matriculados nos cursos técnicos, integrados ao ensino médio, de Edificações, Meio ambiente e Segurança do trabalho, 179 responderam ao questionário, representando 53%, após preencherem os critérios necessários (consentimento dos pais/responsáveis e desejo em participar da pesquisa). Destes, 75 cursando a 1ª série, 46 cursando a 2ª série e 58 cursando a 3ª série, com faixa etária entre 15 e 18 anos de idade. Quanto as características das escolas que precederam ao seu ingresso no IFMG, ocorreu uma prevalência das escolas públicas (70%) e em menor proporção de escolas privadas (30%),

³⁰ Google Formulários é um dos serviços do Google Workspace®. Google Forms é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google, no qual os usuários podem usar para pesquisar e coletar informações de pessoas bem como para questionários e formulários de registro (workspace.google.com).

quanto a declaração de gênero foram 98 femininos e 79 masculinos, 1 agênero e 1 não respondeu.

3.4.3 Percepção dos estudantes sobre as contribuições do ensino da Educação Financeira para a sua consciência financeira

A partir dos resultados obtidos no questionário diagnóstico, foi identificado um total de 64 estudantes que atendiam aos critérios para participar da próxima etapa da pesquisa, a saber: a) contato anterior com temas da Educação Financeira; b) ter interesse em continuar participando da pesquisa. Deste modo, foram convidados por meio manifestação de interesse oito (8) estudantes para a fase de entrevistas.

Por se tratar de um tema novo e sua obrigatoriedade nas escolas ser recente, além do contexto de pandemia que prejudicou as atividades escolares de diversas formas, a princípio, acreditamos que seriam poucos os alunos que já tivessem contato com a temática Educação Financeira com a abordagem indicada pelo Decreto Federal nº 10393/2020, no entanto 36% deles já traziam algum conhecimento, assim os oitos (08) que compuseram a etapa de entrevista, nos trouxe uma boa representação do universo de estudantes para uma melhor elucidação do tema da pesquisa na percepção do estudante.

Assim, a etapa de entrevistas tinha por finalidade responder ao quarto objetivo específico da pesquisa possibilitando identificar através da percepção dos estudantes, como o ensino da Educação Financeira, no IFMG-campus Governador Valadares, contribuiu para a sua consciência financeira.

A fase de entrevistas foi realizada presencialmente (usando o roteiro apresentado no Apêndice H), em ambiente tranquilo, em uma sala no auditório do câmpus IFMG/GV e foram conduzidas de forma individualizada com horários agendados, gravadas com o consentimento do participante, exclusivamente para fins de posterior descrição e análise.

A entrevista foi organizada com roteiro central estruturado em relação aos tópicos de interesse, contudo com flexibilidade na condução da mesma conforme as falas e relatos dos participantes.

Optamos pela entrevista considerando as contribuições para esta pesquisa de cunho qualitativo, esta técnica nos possibilitou uma discussão usando a subjetividade qualitativa da percepção dos estudantes acerca do tema.

Esta análise aprofundada nos permitiu examinar melhor as respostas e detalhar os dados coletados.

3.5 Sistematização e análise dos dados

A sistematização e a análise dos resultados foram realizadas a partir dos projetos pedagógicos dos cursos Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Edificações, além das legislações, arquivos escolares, planos de curso e a abordagem de alguns autores sobre a temática a fim de conhecer a proposta dos cursos e a identificação do tema educação financeira nos seus currículos, bem como a análise dos questionários e entrevistas realizadas.

Para os dados do instrumento questionário, que foi organizado no Google Forms, utilizamos a própria sistematização da plataforma que expressa os dados em gráficos e tabelas, porém os mesmos foram categorizados, conforme os temas propostos na investigação, para fins da análise e discussão dos resultados.

Para o tratamento dos dados coletados através da entrevista, ou seja, após a transcrição das falas dos/das participantes, em busca de respostas às perguntas, seguimos como referencial a ATD (Moraes; Galianzi, 2007 e 2011) com o suporte do software Iramuteq.

Os autores da ATD a compreendem como um processo auto - organizado de construção de novos significados em relação a determinados objetos de estudo, a partir do corpus referente a esses fenômenos.

A análise textual propõe-se a descrever e interpretar alguns dos sentidos que a leitura de um conjunto de textos pode suscitar. Sempre parte do pressuposto de que, toda leitura já é uma interpretação e que não existe uma leitura única e objetiva. [...] os textos são assumidos como significantes em relação aos quais é possível exprimir sentidos simbólicos. Pretende-se construir compreensões a partir de um conjunto de textos, analisando-os e expressando a partir dessa investigação alguns dos sentidos e significados que possibilitam ler. Os resultados obtidos dependem tanto dos autores dos textos quanto do pesquisador (Moraes e Galianzi, 2011, p.14).

Assim, utilizando o software buscou-se organizar os discursos por categorias e expressar em gráficos e estruturas oferecidas pelo próprio Iramuteq, para expressar compreender a percepção dos/das estudantes quanto a sua educação financeira.

4 ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS

Esta seção compreende a apresentação, análise e discussão dos resultados, assim, buscamos uma organização seguindo os objetivos propostos, iniciando-se pela identificação do tema educação financeira nas matrizes curriculares dos cursos técnicos; seguindo para a identificação dos conhecimentos prévios dos/das estudantes sobre o tema e, finalizando com a percepção deles/delas quanto à relação educação e consciência financeira.

4.1 A proposta dos cursos técnicos integrados e identificação da educação financeira na matriz curricular

A proposta para criação dos cursos, além de atender a transversalidade entre os diferentes níveis de cursos ofertados pelo IFMG-GV, foi motivada por uma demanda social da região do Médio Rio Doce com a finalidade de oportunizar a formação técnica e profissional à população, principalmente para aqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo assim para a transformação do modelo de desenvolvimento social vigente.

Os cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFMG- *campus* Governador Valadares, destinados a estudantes que concluíram o ensino fundamental, possuem uma carga horária distribuída entre disciplinas técnicas e de base comum conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, no Decreto Federal nº 5154/04, no Parecer CNE-CEB nº 11/2012, na resolução CNE-CEB nº 06/2012 e suas alterações posteriores e demais normas vigentes. (IFMG, 2016^a, p.221-226).

A oferta desses cursos se dá por meio de processo seletivo, na modalidade presencial e com oferta anual de 40 vagas em turno integral. O tempo para integralização varia entre 3 e 6 anos, sendo que a formação profissional em cada um dos cursos segue os eixos tecnológicos constante no quadro 1, abaixo.

Quadro 1 - Eixos tecnológicos dos cursos técnicos integrados

Curso	Eixo tecnológico	Carga horária base comum	Carga horária base técnica
Curso Técnico em Edificações	Infraestrutura	2433	1200
Técnico em Meio Ambiente	Ambiente e Saúde	2920	1440
Técnico em Segurança do Trabalho	Segurança	2433	1200

Fonte – IFMG (2016)

Diante disso, as especificidades dos eixos tecnológicos nortearam a criação do projeto pedagógico de cada curso. O curso Técnico em Meio Ambiente, que teve como uma de suas demandas os graves problemas ambientais, visou a formação de profissionais capazes de contribuir para a melhoria da condição de vida da população e para a preservação dos recursos naturais. A concepção filosófica e pedagógica do curso está baseada na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando a formação multilateral dos sujeitos. Além disso, no projeto pedagógico é apresentado um diagnóstico da realidade socioeconômica e cultural da região de Governador Valadares, marcada por grandes desigualdades sociais e por

um modelo de desenvolvimento que causou impactos ambientais significativos à região IFMG (2016a).

Em relação ao curso Técnico em Segurança do Trabalho, sua criação é destacada como estratégica para a formação de profissionais com competências éticas, técnicas e de comunicação e com habilidades para trabalhar em equipe e atuar em um ambiente multidisciplinar, sendo capaz de compreender e aplicar as normas de segurança do trabalho, avaliar riscos ambientais e promover a prevenção de acidentes IFMG (2016b).

Já a criação do curso Técnico em Edificações foi estratégica, pois além da formação de mão de obra qualificada para o setor da construção civil, que representava um dos setores mais importantes da economia brasileira (IBGE, 2017), o curso também atende a uma demanda espontânea da comunidade local, contando com o apoio de entidades da sociedade civil ligadas à indústria da construção conforme consulta realizada à época da construção do projeto pedagógico do curso pelo IFMG-GV.

Diante disso, os documentos que nortearam a criação dos cursos técnicos integrados destacam a importância da educação como meio de transformação social, enfatizando a missão e os objetivos do IFMG e do câmpus Governador Valadares. Além disso, tiveram como foco o atendimento das demandas regionais para formação de profissionais que buscassem uma atuação holística, com emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo e que pudessem atuar em diversos setores da sociedade em demandas políticas, sociais e econômicas.

4.2 Identificação da educação financeira nos currículos dos cursos técnicos integrados

A partir da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPC) dos três cursos, identificamos uma similaridade entre eles na questão da abordagem da educação financeira nos seus currículos.

Não identificamos disciplina com o nome igual ou parecido com educação financeira no ementário da base comum do primeiro e segundo ano dos cursos, no entanto, nos PPC dos três cursos, o tema educação financeira é trabalhado de forma implícita na disciplina de matemática em todo o ensino médio. Especificamente no terceiro ano, há referência ao tema na disciplina de matemática, cuja ementa tem como objetivo geral levar o estudante a compreender os conceitos, procedimentos e estratégias matemáticas relacionadas aos temas mencionados, de modo que ele consiga aplicar esses conhecimentos em situações diversas relacionadas à matemática, a outras áreas do conhecimento e da atualidade e também esteja habilitado a desenvolver estudos posteriores e adquirir uma formação científica geral. E nos objetivos específicos, calcular porcentagens e juros simples e compostos em problemas reais e de situações de compra e venda, empréstimos e investimentos, compreendendo a questão da variação do valor do dinheiro no tempo.

Percebe-se ainda que os documentos do CONEF, versão 2013 são citados nas referências bibliográficas, mas não é explícito como ele se integra ao currículo de forma substancial.

Há também na Base Técnica dos primeiros anos dos três cursos, na disciplina de administração e empreendedorismo, a menção aos temas, noções de matemática financeira, contabilidade e custos cujos objetivos geral e específicos são voltados para a gestão e o planejamento de empresas e a administração e o empreendedorismo, o que indica uma abordagem mais ampla da gestão empresarial do que da Educação Financeira pessoal.

Ainda que a educação financeira seja importante, muitas vezes não é ensinada de forma direta nas escolas. É preciso que esse tema tenha uma atenção maior, pois a educação

financeira é uma habilidade essencial para lidar com as questões orçamentárias tanto no âmbito profissional como no pessoal.

O que se mostra após a análise dos dados gerados é que há uma necessidade de adequação do currículo escolar dos cursos do IFMG à nova realidade exigida pela BNCC, pois, tanto das informações extraídas das ementas dos cursos quanto do relato dos alunos não é possível identificar o tema Educação Financeira sendo ministrado com vistas a consciência financeira dos jovens, preparando-os para tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes e indo ao encontro dos anseios dos estudantes e as exigências constantes na introdução da BNCC,

Ensino Médio deve atender às necessidades de formação geral indispensáveis ao exercício da cidadania e construir “aprendizagens sintonizadas com **as necessidades, as possibilidades e os interesses** dos estudantes e, também, com os **desafios da sociedade contemporânea**”. (BNCC, p. 14; 2018, ênfases adicionadas).

Conforme relatório de 2008, complementar ao elaborado em 2005 e denominado Recomendações sobre Princípios e Boas Práticas de Educação Financeira e Consciência, que propôs a inserção da Educação Financeira nos currículos escolares nos seguintes termos:

O ideal seria que a Educação Financeira fosse integrada ao currículo escolar como parte de uma estratégia nacional sobre essa questão, de modo que toda criança de um dado país ou jurisdição seja exposta ao assunto na escola. A introdução da Educação Financeira deve ser precedida de, e baseada em uma avaliação e análise do estado e nível dessa Educação Financeira oferecida por intermédio do currículo existente e o nível atual da Literacia Financeira das crianças e jovens. (OECD/INFE, 2011, p.6).

4.2.1 Paralelo entre a abordagem da educação financeira encontrada nos currículos dos cursos técnicos integrados e a análise bibliográfica

Na análise a proposta da OCDE, nota-se um viés explicitamente comercial de Educação Financeira seguida também pelo Governo brasileiro, que prioriza a formação de mercado consumidor para os produtos financeiros disponíveis; além disso a composição das equipes e grupos de trabalho das organizações responsáveis pela elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira que é majoritariamente composta por instituições financeiras e bancárias, segundo Britto (2012, p. 33), “figuram como estratégias do capital, iniciativas neoliberais de produção/constituição de consumidores de produtos financeiros”.

A abordagem da educação financeira nos currículos dos cursos técnicos faz referência ao material elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira, “Educação Financeira nas Escolas: ensino médio, edição de 2013”.

Além disso, autores como Savoia, Saito e Santana (2007), Matta (2007) e Wisniewski (2011) apontam a educação financeira como um tema muito importante, tendo em vista os desafios econômicos e sociais do Brasil. Eles argumentam que a Educação Financeira é fundamental para lidar com esses problemas e para promover o crescimento econômico sustentável, inclusive para capacitar os indivíduos a tomar decisões nas esferas pessoal e familiar.

E é nesse sentido, que os Projetos Políticos Pedagógicos (PPC) dos cursos técnicos integrados traz a inserção socioeconômica dos estudantes como profissionais éticos e comprometidos como forma de superar as desigualdades sociais e econômicas o que pode também gerar endividamento da população e falta de conscientização sobre investimentos.

Diante disso, podemos notar algumas consonâncias com autores como Buaes (2011), Sant Ana (2014) e Wisniewski (2011) que ressaltam a importância da educação como meio de transformação social, que possui grande potencial para contribuir com a capacitação de pessoas, inclusão, crescimento pessoal e social, especialmente para aquelas em situações de desigualdade.

Encontramos também outros autores como Kistemann (2020), que consideram limitada a abordagem da Educação Financeira nos currículos dos cursos técnicos (Kistemann 2020; Pessoa et. al, 2018) e, portanto, com pouco relevância prática. Além da crítica que se dá mais ênfase na gestão empresarial, visto que a abordagem do tema Educação Financeira no currículo parece mais ligada a isso.

Como corolário, observamos que os documentos norteadores dos cursos técnicos integrados do IFMG/GV, apesar de limitados no que tange à educação financeira, compartilham algumas ideias e objetivos que se assemelham a de alguns autores sobre a importância do tema, mas também apresentam diferenças de perspectivas quando se trata da finalidade que enfoca mais as questões empresariais do que a formação financeira do indivíduo.

4.3 Educação financeira como conhecimento prévio de estudantes a partir do ensino médio e/ou fundamental.

Para atingir o terceiro objetivo da nossa pesquisa, a saber, investigar se os alunos do IFMG, câmpus Governador Valadares, vivenciaram situações de ensino aprendizagem envolvendo a Educação Financeira em suas formações no ensino fundamental e/ou médio, foram analisados os dados extraídos do questionário aplicado.

De modo geral, ocorreu uma boa receptividade pelos (as) estudantes, mas com retorno de 53,3%. Durante a aplicação dos questionários nos laboratórios do câmpus, foram observadas as dificuldades para responder a algumas perguntas, não exatamente pela complexidade do questionamento e sim por conhecerem conceitos, hábitos/comportamentos e informações relacionados a seu grupo familiar.

O questionário contemplou um total de vinte e uma perguntas, sendo dezoito perguntas fechadas (algumas delas com opções para comentários) e três abertas, assim, para a análise dos resultados, foram organizadas em quatro categorias sendo elas:

- Influências familiares e planejamento financeiro;
- Uso de produtos/serviços financeiros e hábitos de consumo;
- Conhecimentos de Educação Financeira e gerenciamento e
- Percepções e opiniões sobre Educação Financeira.

Essa categorização nos possibilitou identificar os diferentes aspectos abordados nas perguntas, nos permitindo agrupar as respostas e identificar padrões ou tendências relacionadas aos comportamentos, nível de conhecimento em finanças, influências familiares e percepções em relação à Educação Financeira, buscando uma melhor análise e interpretação dos dados coletados na pesquisa.

4.3.1 Categoria: Influências familiares e planejamento financeiro

Nesta categoria serão abordados os aspectos pertinentes ao ambiente familiar e como ele pode influenciar as finanças pessoais dos participantes. As perguntas mencionadas nessa categoria fornecem insights sobre a dinâmica financeira familiar e a influência que ela pode ter no indivíduo. Foram relacionadas à escolarização, renda, instrumentos de controle de orçamento, planejamento financeiro e participação na dinâmica familiar.

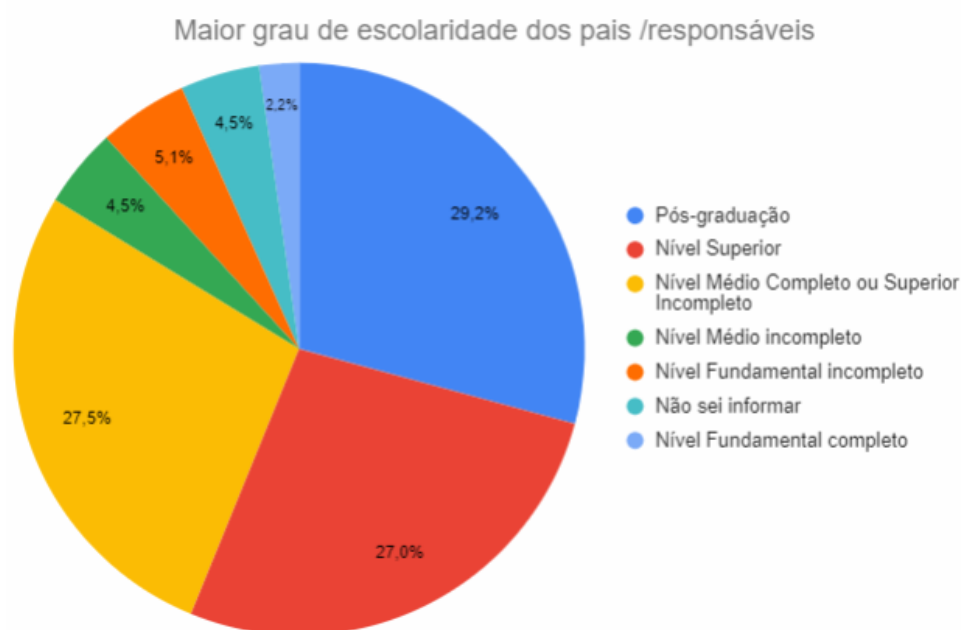


Gráfico 1 – Escolaridade de pais/responsáveis

Os dados expressos no gráfico 1 mostram que 27,00% dos pais ou responsáveis possuem ensino superior, 29,20% são pós-graduados. Há também um número significativo de famílias com nível médio completo ou superior incompleto (27,50%). E ainda, verifica-se um número menor de famílias com nível médio incompleto (4,50%), fundamental incompleto (5,01%), e fundamental completo (2,20%) é menor.

É possível que um maior nível de escolarização dos pais ou responsáveis pode impactar positivamente no apoio da educação dos filhos, além de maior suporte às necessidades acadêmicas dos filhos. Além da possibilidade de possuírem mais conhecimento financeiro e habilidades para gerir suas finanças.

Na pesquisa de Carlim (2022) foram encontradas características familiares similares, com 41,07% dos pais ou responsáveis possuindo ensino superior completo, 30,95% com ensino médio completo e com menores porcentagens, 4,16% ensino médio incompleto, 8,90% com ensino fundamental incompleto e 4,16% com fundamental completo.

Comparando os dados das duas pesquisas, verificamos uma prevalência de pais ou responsáveis com ensino superior completo, com maior percentual no município de Governador Valadares ligeiramente maiores em relação aos resultados de Carlim que foi realizada em uma escola federal no município de Florianópolis, SC.

Quanto à renda familiar, buscamos entender a situação financeira geral da família considerando que eventos externos podem afetar a renda familiar (pandemia, recessões, crises e etc.) impactando de forma significativa as finanças pessoais, afetando a capacidade de economizar, investir ou enfrentar desafios financeiros.



Gráfico 2 – Expressão da Renda familiar

Podemos observar, analisando o perfil das famílias (gráfico 2), que a maioria (32,40%) se enquadram na faixa de renda entre 2 e 4 salários mínimos (R\$ 1.302,00 salário mínimo de referência), que 18,40% até 2 salários mínimos, 17,90% possuem renda mensal entre 4 e 10 salários mínimos e que os salários mais elevados (10 e 20 salários) encontram-se em uma pequena parcela (9,50%). Uma parcela significativa dos participantes (17,90%) não soube responder à pergunta, isso pode indicar falta de conhecimento sobre a renda total da família ou falta de clareza sobre as faixas de renda mencionadas.

Houve uma ocorrência indicando renda por comissão, o que sugere que a renda familiar pode variar de acordo com as vendas realizadas ou comissões sobre serviços prestados e uma ocorrência de 1 salário mínimo e um com nível de renda mais baixo, inferior a 1 salário mínimo. Também há famílias (1,00%) com renda acima de 20 salários mínimos, o que sugere um perfil de renda mais alto, porém são dados de menor expressão no geral.

Esses dados fornecem uma visão geral da distribuição de renda entre o grupo familiar e o perfil social dos alunos do IFMG, caracterizando, de forma geral, um perfil com renda familiar superior a 2 salários mínimos.

Comparando com a pesquisa de Carlim (2022), percebemos que as faixas intermediárias de 2 a 4 salários mínimos é também a predominante, bem como a expressão de famílias que recebem até 2 salários mínimos, em relação à frequência percentual com valores próximos dos que encontramos.

Atkinson e Messy (2012, p.11), afirmam que nos resultados do estudo piloto da OCDE, ao medir a alfabetização financeira: “A análise de regressão confirma que os inquiridos com rendimentos mais elevados têm maior probabilidade de obter pontuações mais altas do que seus pares de renda mais baixa” (tradução livre). Já Xavier et al. (2021, p. 78), descreve que “os resultados demonstram que gênero e renda não exercem influência na Educação Financeira dos estudantes, mas o grau de instrução dos pais interfere”.

Quanto à utilização pela família de algum instrumento de controle de orçamento ou planejamento financeiro (tabela 1), como planilha de controle de gastos, orçamento familiar, poupança, seguro, etc., procuramos explorar se a família possui hábitos saudáveis de gerenciamento financeiro, como o uso de orçamentos, ferramentas de planejamento, controle de gastos entre outros. O contexto atual, com maior conscientização sobre a importância do planejamento financeiro e a disponibilidade de aplicativos e tecnologias para ajudar no controle financeiro, pode ter influenciado a resposta a essa pergunta.

Tabela 1- Controle de orçamento ou planejamento familiar e participação dos estudantes

Alternativas	Percentual
Planejamento e controle	
Sim	46,90%
Não	25,10%
Não respondeu	0,60%
Não sabe responder	27,40%
Participação	
Participa ativamente	7,82%
Conversam sobre o assunto	56,43%
Não participam	35,75%

Fonte – Elaborada pela autora

De acordo com as respostas dos alunos constatamos que uma parcela considerável de famílias, 84 delas (46,90%), fazem algum tipo de controle de gastos (semanal ou mensal), indicando que a família acompanha e controla de alguma forma organizada seus gastos. Isso pode demonstrar uma preocupação com a organização financeira e a capacidade de analisar os padrões de gastos ao longo do tempo. Por outro lado, observa-se um número expressivo, 45 (25,10%) respostas de “Não fazem uso de instrumentos de controle financeiro/orçamentário”, o que pode indicar algumas destas razões: falta de práticas de controle financeiro na família, indício de despreparo para novas oportunidades e até mesmo imprevistos que possam vir a acontecer; falta de acesso a recursos ou informações como planilhas de controle de gastos, aplicativos disponíveis gratuitamente, dificuldades em lidar com os diversos instrumentos disponíveis. Além disso, o fato de não utilizarem nenhum tipo de instrumento de controle pode sugerir que estas famílias estejam enfrentando dificuldades financeiras significativas, fazendo com que estejam ocupando seu tempo e recursos priorizando necessidades imediatas.

Observamos um número expressivo de estudantes que não souberam responder, totalizando 27,40%. Algumas possíveis razões para isso seriam: a pouca familiaridade com alguns conceitos de controle de orçamento ou planejamento financeiro, pouca interação e diálogo familiar sobre finanças e planejamento ou mesmo desinteresse pelo assunto.

Referente a participação do estudante nas finanças familiares (receitas, despesas, planejamento e objetivos), buscamos avaliar o grau de envolvimento e responsabilidade financeira dos participantes na família. Procuramos refletir se os alunos e as alunas estão envolvidos na tomada de decisões financeiras, como gerenciar as despesas, definir metas financeiras e contribuir para a renda familiar. Apenas 14 participantes (7,82%) responderam, "Participo ativamente". Esses reconhecem que estão envolvidos de forma ativa nas finanças familiares, participando das discussões sobre receitas, despesas, planejamento e objetivos financeiros. É provável que contribuam com ideias, ou mesmo financeiramente, tomem decisões financeiras, e estejam cientes da situação financeira da família.

Com participação moderada, 101 (56,43%) deles (as) responderam "Conversamos sobre nossas finanças, mas não participo ativamente", isso indica que estão cientes das discussões financeiras familiares, mas não assumem um papel ativo na tomada de decisões ou no planejamento financeiro, nem contribuem de forma significativa nas decisões, planejamentos ou mesmo financeiramente com seu grupo familiar.

Por fim, 64 (35,75%) disseram não participar nas finanças familiares de nenhuma forma. Esta resposta pode estar associada ao pouco conhecimento ou falta de domínio sobre finanças, foco em outras áreas do conhecimento, pouco interesse sobre o assunto, pouca

comunicação com o grupo familiar, ou dependência dos pais ou responsáveis, que assumem a responsabilidade principal pelas finanças, todos esses.

Esses achados podem ser comparados com a pesquisa de Quintana e Pacheco (2018) que constataram que, de acordo com as respostas dos alunos da sua amostra, 82,00% das famílias fazem algum tipo de planejamento ou controle do orçamento, enquanto 18,00% não fazem. E apenas 25,00% dos alunos afirmam participar do planejamento do orçamento familiar, enquanto 75,00% não participam. A pesquisa menciona que muitos alunos não sabiam o que era fazer o planejamento do orçamento.

Estes dados se distanciam dos que encontramos, um dos fatores para isto pode ter sido por uma parcela significativa de nossa amostra não saber responder à pergunta e ao fato dos dados de Quintana e Pacheco terem sido influenciados por esclarecimentos antes das respostas. Os autores destacam,

Os alunos apresentaram grande dificuldade em responder à questão, pois a maioria não sabia o que era fazer o planejamento do orçamento. Teve-se que explicar, várias vezes, para mais da metade dos alunos. No caso dessa questão, não ficou clara a atuação dos alunos no planejamento, ou até mesmo se as famílias o realizam de fato (Quintana; Pacheco, 2018, p.130-150).

Ambas as pesquisas revelam uma participação relativamente baixa dos alunos no planejamento financeiro familiar. Isso levanta questões sobre a Educação Financeira e a importância de envolver os filhos nesse aspecto desde cedo.

Em suma, a categoria "Influências familiares e planejamento financeiro" apontam para a necessidade de promover a Educação Financeira nas famílias e nas escolas, incentivando uma abordagem mais proativa e consciente em relação ao planejamento financeiro. Vale destacar que a participação ativa nas finanças familiares pode promover uma melhor compreensão da situação financeira e ajudar a alcançar objetivos comuns. De acordo com Cerbasi (2012, apud Quintana, 2018, p. 134), os filhos devem fazer parte da elaboração do orçamento familiar, não necessariamente em sua íntegra, mas em partes que envolvam sua “mesada”, viagens e festas de família, para que já possam ter noção de Educação Financeira para o futuro. No entanto, Lucena e Marinho (2013, p.2) relatam que “[...] o conhecimento dos pais quanto às finanças, quando existe, é bastante limitado e muitas vezes acabam passando para os filhos hábitos errados quanto à maneira de lidar com o dinheiro”.

4.3.2 Categoria: Uso de produtos/serviços financeiros e hábitos de consumo

No que se refere a possuir alguma fonte de renda, obtivemos as respostas como as apresentadas a seguir.

Analisando os dados, identificamos que dos 179 respondentes, a maioria possui algum tipo de fonte de renda (58,70%) e enquanto que 41,30% não a possuem. Podemos ainda destacar que foram mencionadas as diferentes fontes de renda, como da assistência estudantil (por 32); mesada (por 58); atividade remunerada (por 12); pensão (por 2) e, somente 1 recebe dinheiro de seus pais de forma esporádica.

É possível comparar estes resultados de alguns autores que também correlacionaram a fonte de renda nas suas pesquisas, sendo que os resultados se distanciam ou se aproximaram dos que encontramos. Na pesquisa de Campos (2014) constatou-se que 43,00% dos participantes afirmaram receber mesada e outros 57,00% não recebiam ou recebiam as vezes. Por outro lado, Carlim (2022) relatou que apenas 27,00% da sua amostra exerce atividade remunerada e recebe mesada.

Enquanto outros autores apresentaram indicadores mais próximos aos que encontramos, como Andrade e Lucena (2018) que obtiveram 50,80%, da sua amostra, declararam atividade remunerada. Quintana e Pacheco (2018) encontraram 50,00% que possuíam fonte de renda proveniente de mesada e 50,00% não a recebem.

De acordo com Lellis, Magalhães e Leite (2011) a mesada é um instrumento mediante o qual os pais têm influenciado a socialização econômica dos filhos no qual a criança, desde cedo, entra em contato com o dinheiro.

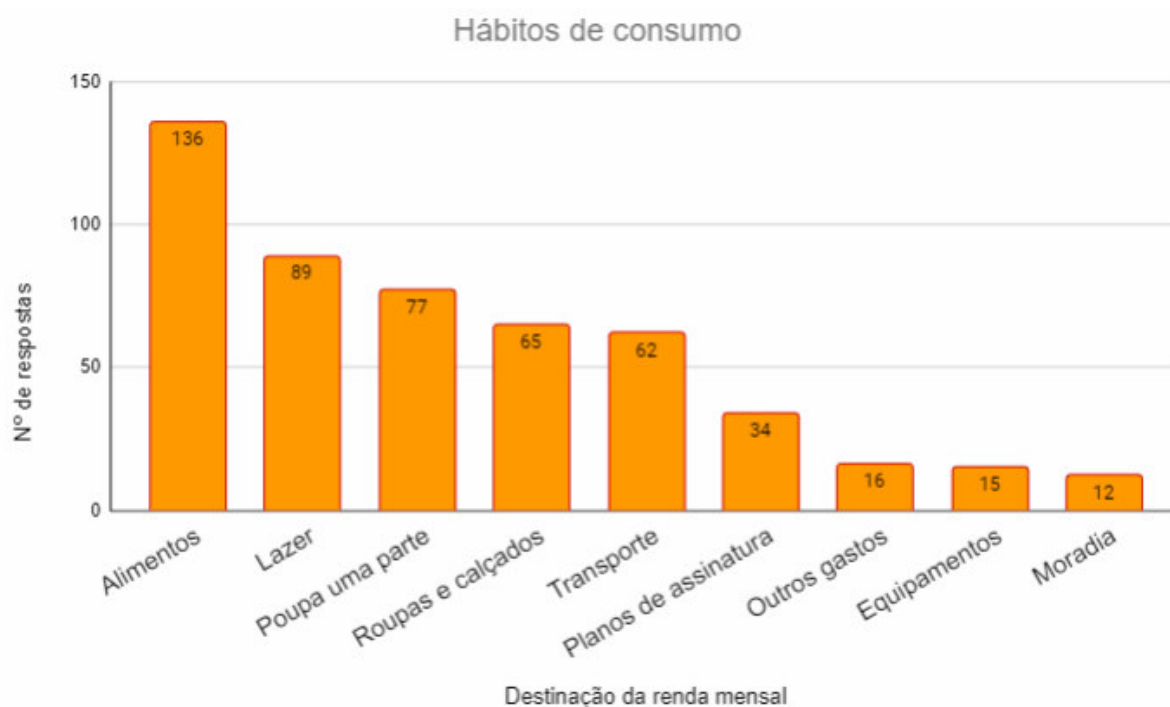


Gráfico 3 – Hábitos de consumo dos alunos do IFMG/GV

O gráfico 3 que se refere aos hábitos de consumo, ou seja, qual a destinação dada a valores recebidos em dinheiro, nas 178 respostas obtidas, é possível observar que foi elencada uma ordem decrescente nas prioridades de consumo: alimentos (76,40%); lazer (50%); poupa uma parte (43,30%); roupas e calçados (36,50%) e transporte (34,80%). Isto indica que são necessidades básicas. Vale destacar, que a posição obtida para o indicador “poupar uma parte do dinheiro recebido” (43,30%) é expressiva, revelando que eles reservam uma parte do seu dinheiro para economias. Os demais itens como equipamentos, moradia, planos de assinatura e outro, são mencionados, mas com menor frequência.

Os resultados podem ser considerados como um consumo mais consciente devido aos itens apontados com maior expressão de gasto. E apresentam similaridade quando comparados aos itens de gastos apresentados por Andrade e Lucena (2018), que apresentaram sobre os *hábitos de consumo*: 28,92% gastam a maior parte com alimentação, 16,87% gastam a maior parte com roupas, sapatos e acessórios, 9,64% ajuda aos pais, e 8,43% com despesas de casa. Quintana e Pacheco (2018) trouxeram sua contribuição com destaque também para o item alimentação, onde após participação de alunos em uma atividade prática para avaliar seus comportamentos diante de situações cotidianas, 36% gastaram a maior parte do dinheiro com alimentação, 29% não gastaram nenhum dinheiro, 1% gastou a maior parte em vestuário e 34% gastaram a maior parte em outras coisas que não eram importantes. Finalizando temos a pesquisa de Ribeiro (2022), que também mostra que os estudantes destinam a maior parte da sua renda com alimentação e lazer.

Hábito de comparar preços antes de realizar uma compra

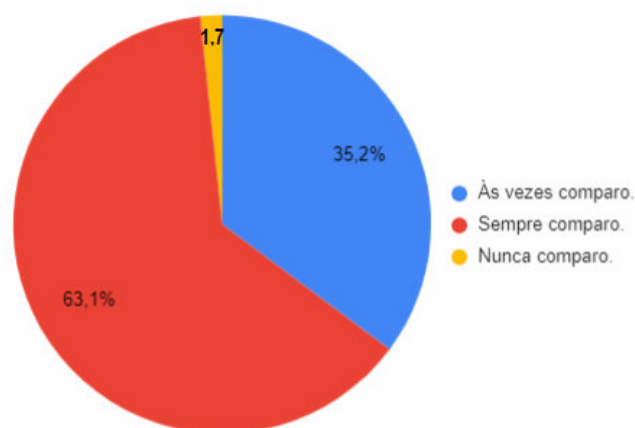


Gráfico 4 - Hábitos de consumo

Ainda sobre hábitos de consumo, no que se refere ao hábito de comparar preços antes de realizar uma compra, os dados apresentados no gráfico 4 indicam que a maioria (63,10%) fazem comparação de preços antes de realizar uma compra, 35,20% as vezes comparam e apenas 1,70% não fazem comparação de preços.

Diversas razões podem ter contribuído para este resultado, entre elas podemos destacar o crescimento do comércio eletrônico e a grande disponibilidade de informações online, o que facilita a pesquisa e comparação de preços em diferentes plataformas de comércio eletrônico além de sites e aplicativos específicos que fazem este processo, vale destaque ainda para a popularização dos smartphones que possibilitam uma pesquisa de preços rápida por parte dos consumidores.

Contribuindo com os resultados que encontramos, Ferreira (2007), relata que 91,57% dos respondentes que fazem pesquisa de preços, ou seja, comparam previamente os preços, o resultado do autor é ainda mais expressivo, e 8,43% não fazem pesquisa de preços.

O último item desta categoria, buscou apurar se os/as participantes já utilizavam alguma ferramenta do sistema financeiro, assim, obtivemos as seguintes respostas, conforme demonstrado no gráfico 5.

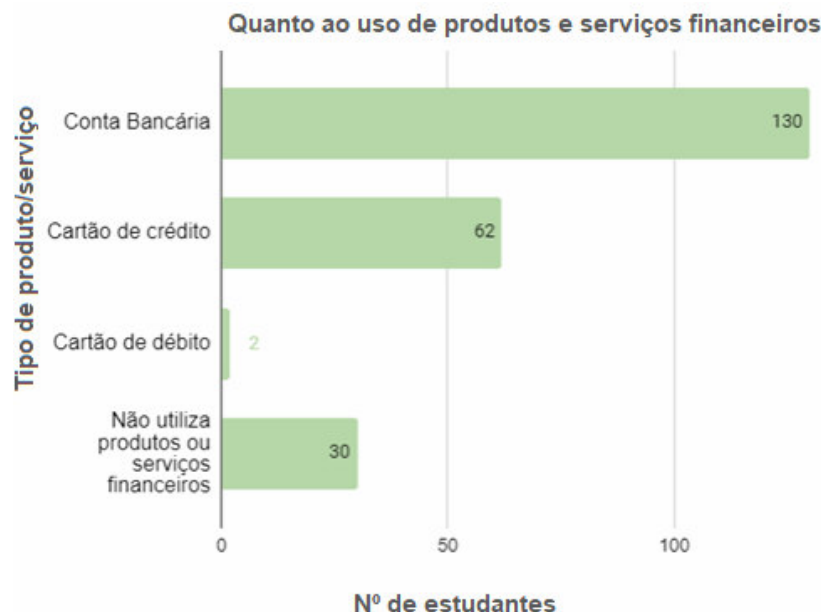


Gráfico 5 – Uso de produtos/serviços financeiros

Apenas 16,76% de participantes não fazem uso de produtos/serviços financeiros e 83,24% fazem uso desses produtos e serviços (cartão de crédito ou débito, conta bancária), com prevalência das contas bancárias (72,63%), seguidas do uso do cartão de crédito (16,76%), ou seja, têm experiência com os serviços oferecidos por agentes financeiros, corroborando com outras pesquisas que indicam que os jovens têm essa experiência.

Na pesquisa de Pereira e Zdanowicz (2015), 46,00% possuem conta bancária, 19,00% possuem caderneta de poupança, 9,00% possuem cartão de crédito. E ainda Santos Junior (2022), em seus resultados traz em ordem de predominância de uso, o dinheiro, do cartão de crédito e de débito, consecutivamente como as formas mais tradicionais de pagamento de compras de bens e serviços pelos seus pesquisados.

Tais achados nos mostram que uma boa parcela dos (as) estudantes pesquisados (as) tem acesso a bens e serviços financeiros, Kiyosaki (2000) faz um alerta para esse quadro:

Muitos dos jovens de hoje têm cartão de crédito antes de concluir o segundo grau e, todavia, nunca tiveram aula sobre dinheiro e a maneira de investi-lo, para não falar da compreensão do impacto dos juros compostos sobre os cartões de crédito. Simplesmente, são analfabetos financeiros e, sem o conhecimento de como o dinheiro funciona, eles não estão preparados para enfrentar o mundo que os espera, um mundo que dá mais ênfase à despesa do que à poupança (KIYOSAKI, 2000, p. 13).

No geral, sobre esta categoria, os dados revelam insights importantes dos comportamentos financeiros dos respondentes. Podemos destacar que a maioria dos estudantes possuem alguma fonte de renda, sendo a mesada a mais comum. Além disso, é possível observar que os hábitos de consumo estão voltados para as necessidades básicas, como alimentação e transporte, mas que há uma preocupação em poupar uma parte do dinheiro recebido. Destacamos também que a maioria dos participantes faz comparação de preços antes de realizar uma compra, o que indica uma maturidade no uso dos recursos financeiros. Por fim, mas não menos importante é possível notar que a grande maioria dos participantes faz uso de produtos e serviços financeiros, principalmente contas bancárias e cartões de crédito.

4.3.3 Categoria: Conhecimentos financeiros e Educação Financeira

Nesta categoria buscamos informações sobre o nível de experiência e conhecimento financeiro dos alunos, bem como conhecer seus interesses em relação a novos saberes e à gestão de suas finanças pessoais.

Analizamos as duas primeiras perguntas da categoria de forma conjunta, a fim de relacioná-las. Perguntados se já haviam em algum momento de sua escolarização, acessado conhecimentos sobre Educação Financeira e se já haviam tido contato “na escola” com alguns temas sugeridos e que eram relacionados a essa temática, e obtivemos os seguintes dados.

Dos 179 alunos, apenas 64 (35,75%) afirmaram ter tido contato com a temática de Educação Financeira durante sua formação escolar, quer seja no ensino fundamental ou no ensino médio, enquanto 115 (64,24%) não tiveram esse contato. No entanto, dos 115 alunos que responderam não ter tido contato com o tema Educação Financeira, 49 (27,37%) afirmaram ter estudado um ou mais temas como: consumo consciente, previdência, economia doméstica, poupança, investimentos, variação cambial, juros de cartão de crédito, valor do dinheiro no tempo, financiamentos, contudo eles não conseguiram fazer correlação dos temas com a Educação Financeira, o que está bem explicitado no gráfico 6.

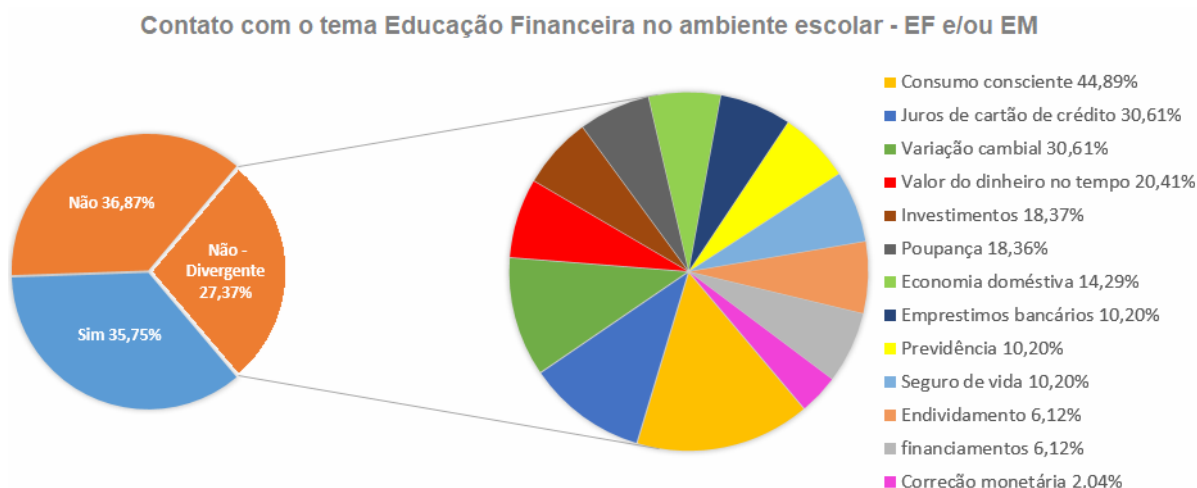


Gráfico 6 - Contato com a Educação Financeira e temas relacionados

Esses resultados indicam que além de haver uma lacuna na abordagem da Educação Financeira nas escolas, há uma divergência nas respostas da pergunta (contato com a temática Educação Financeira na formação) com as respostas da pergunta (contato na escola com temas específicos), a análise dos dados revela que alguns alunos que afirmaram não ter recebido educação financeira na escola também mencionaram ter tido contato com temas relacionados à Educação Financeira, no ambiente escolar.

Os principais motivos para esta divergência podem estar ligados à metodologia com que os temas de Educação Financeira foram ministrados nas escolas, não relacionando os temas citados com a Educação Financeira e em especial com a gestão financeira pessoal, ou mesmo devido à falta de aplicação prática dos conteúdos na gestão financeira pessoal e a pouca familiaridade dos alunos com os temas relacionados à Educação Financeira.

Os resultados da nossa análise contrastam com os relatos de outros autores como os de Carlim (2022) que, em sua pesquisa encontrou que 73,00% de sua amostra, possui conhecimento do significado da Educação Financeira. Assim como Sales (2018) verificou-se que do total de respondentes, 84,00% afirmaram que conheciam ou já ouviram falar em Educação Financeira e, apenas 16,00% disseram não conhecer, nunca ouviram falar ou

tiveram acesso ao assunto. Santos Junior (2022), relata que os alunos compreendem que a escola se constitui como principal fonte de aquisição de informações sobre Educação Financeira, sendo majoritária a resposta destes (54,00%), e indicaram com menor frequência os livros, revistas e jornais, internet, televisão e rádio com (26,00%), assim, a escola é a principal fonte para este conhecimento.

Para a pergunta: "Hoje, como você se sente com relação à seus conhecimentos para gerenciar seu dinheiro?", buscamos por uma autoavaliação dos participantes em relação aos seus conhecimentos financeiros, com a intenção de levá-los a pensar sobre a confiança que eles têm em suas habilidades para lidar com suas finanças, como também identificar lacunas de conhecimento e áreas em que se sentem mais ou menos confiantes.

Segurança em relação aos conhecimentos já adquiridos

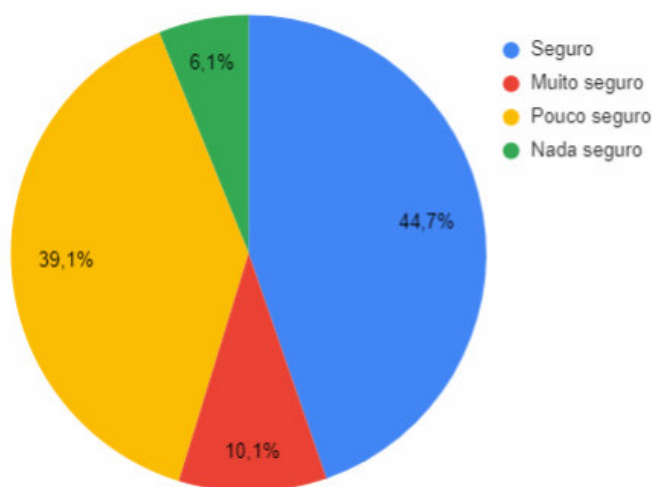


Gráfico 7 - Grau de segurança na gestão financeira

Observamos, no gráfico 7, um número significativo de participantes que expressaram confiança em lidar com suas finanças (54,80%), identificando-se como “muito seguros” ou “seguros”, o que pode indicar que consideram ter conhecimentos sólidos sobre o tema. No entanto, tivemos também uma parcela expressiva que se sentem “pouco seguros” (39,10%), e ainda os “nada seguros” em menor proporção (6,10%). Esta insegurança pode estar relacionada ao pouco conhecimento sobre o assunto, ou mesmo ser um reflexo das incertezas e desafios para o futuro.

Na pesquisa realizada por Vidal; Da Silva e Valdevino (2019), com universitários, 8,77% responderam que se sentem “Nada seguro, eu gostaria de possuir um nível melhor de Educação Financeira”; 26,90% se sentem “Não muito seguro, eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças”; 53,41% dos respondentes se sentem “Razoavelmente seguro, eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto”, 10,92% se sentem “Muito seguro, eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças”. Percebemos que, os (as) estudantes da nossa pesquisa apresentam maior segurança quanto a lidar com suas finanças, ou seja, eles possuem segurança na gestão financeira pessoal, algo necessário antes mesmo da fase adulta. Para Lizote, Camozzato e Aguirre (apud Gilligan, 2012) os indivíduos devem estar preparados para cuidar de suas finanças antes mesmo de entrar para a universidade, já que nessa fase é comum que eles entrem para o mercado de trabalho e comecem a planejar seu futuro.

Savio, Saito e Santana (2007, p.1121) relatam que a Educação Financeira é entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de

habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais.

Na categoria seguinte trataremos sobre a percepção dos estudantes sobre a Educação Financeira nas escolas, o que pode ajudar a compreender os resultados encontrados aqui.

4.3.4 Categoria - Percepções e opiniões sobre Educação Financeira

Ao que se refere aos temas que os alunos desejavam obter mais conhecimento para gerir suas finanças pessoais, na intenção de identificar as áreas específicas nas quais os participantes desejam aprimorar seus conhecimentos financeiros, obtivemos as seguintes respostas descritas na tabela 2.

Tabela 2- Temas que desejam obter mais conhecimento para gerir as finanças pessoais

Tema	Respostas
Investimentos	62
Formas de economizar dinheiro	53
Renda passiva	47
Inflação	47
Como usar o cartão de crédito de maneira consciente	45
Criptomoedas	42
Aposentadoria	38
Tesouro Direto	01
Economia mundial	01

Fonte – Autor – dados obtidos do questionário

Estas respostas foram dadas com diferentes combinações, algumas sugeridas no questionário e outras espontâneas, podemos notar que os temas mais comuns estão relacionados diretamente à gestão das finanças pessoais no que se refere à formas de aumentar o patrimônio, estratégias para economizar, geração de renda passiva, impacto da inflação nos investimentos e a popularização das Criptomoedas.

Buscamos saber se os alunos concordavam que o ensino da Educação Financeira na escola pode contribuir para sejam mais conscientes em suas decisões que envolvem o uso do dinheiro, obtivemos como resposta que 167 concordavam totalmente, 8 não tinham opinião formada e 4 deles discordavam totalmente.

Esses resultados revelam que a maioria dos alunos concorda que o ensino da Educação Financeira na escola é importante e teria um impacto positivo em sua conscientização nas decisões relacionadas ao uso do dinheiro, contribuindo para uma vida financeira mais saudável.

Somando a esse pensamento em pergunta aberta sobre a concordância com a obrigatoriedade da Educação Financeira no currículo escolar 95,00% (170 estudantes), disseram concordar, trouxemos alguns relatos para melhor ilustrar a opinião dos participantes: A8 contribui - “*Sim. Esse tema é importantíssimo para os alunos que estão se formando, por conta das responsabilidades da "vida adulta"*”; A18 relata: “*Sim, acho que a gestão financeira*

faz falta nos ensinamentos escolares, ensinar como gerenciar, economizar e agir com seu próprio dinheiro, principalmente no ensino médio, onde os estudantes se preparam para morar fora em busca de uma faculdade e tem a necessidade do conhecimento financeiro para alugar uma casa, IPTU, IPVA, compras etc.”; A23 afirma: “Sim, concordo completamente. Muitos de nós não temos controle do que gastamos e essa matéria sendo obrigatória nos ajudará e nos orientará para o futuro”; A93 relata: “Sim, muitas das famílias não têm conhecimento do assunto, portanto com os filhos aprendendo na escola, iriam ajudar em casa”.

Os demais, 5,00% (9 estudantes) ficam entre os que não tem opinião formada ou concordam com ressalvas (quanto à obrigatoriedade ou à efetividade do aprendizado ou a metodologia) como relatam: A144 *“Ainda não. A obrigatoriedade deve ser acompanhada de capacitação acadêmica e material apropriado, que ainda não é presente”* e A147, *“Mais ou menos, pois são abordados diversos temas, mas nenhum efetivamente é ensinado... E mesmo assim continuam a afirmar que algo é ensinado, sendo que não é”*.

Estas respostas destacam a importância percebida da inclusão dessa temática de forma efetiva nas escolas, não nos moldes de uma educação conteudista e sim de forma mais problematizadora, para estimulá-los a refletir sobre os temas abordados de maneira crítica, preparando-os para os desafios da vida adulta. No entanto, os que discordam podem ter opiniões que se baseiam na percepção de que o ensino atual não é eficiente ou que existem obstáculos para a implementação bem-sucedida da Educação Financeira no currículo.

No geral, nossos participantes revelam uma visão bastante favorável em relação ao ensino da Educação Financeira na escola, do mesmo modo que Batista e Amorim (2022) mostram que 53,60% dos respondentes da pesquisa consideram que o ensino de Educação Financeira na escola é muito útil, 36,90% consideram algo “útil” para aprimorar o conhecimento, 8,30% acreditam que esse ensino nas escolas é “indiferente” para a vida estudantil e 1,20% dos alunos julgam essa possibilidade de ensino nas escolas como “inútil”. E ainda, os resultados encontrados por Carlim (2022), sobre a importância do ensino de Educação Financeira no ensino médio 96,40% concordam, ou seja, os (as) estudantes são favoráveis a este componente de ensino. E ainda, os nossos (as) estudantes, apresentaram uma concordância de 95,30% quanto ao ensino do uso do dinheiro na escola.

No que se refere à capacidade dos (as) estudantes serem multiplicadores do conhecimento sobre Educação Financeira, por se tratar de questão aberta, foi possível identificar algumas tendências que emergem das respostas.

Assim, verificou-se que para alguns alunos, existe falta de conhecimento ou insegurança em relação à Educação Financeira, como o Aluno 71 diz: *“Atualmente não pois não sei o suficiente para me tornar esse multiplicador, mas se tivesse aulas de Educação Financeira com certeza sim, se eu tivesse filhos eu passaria pra eles o conhecimento e no meu dia a dia eu provavelmente acabaria passando para amigos”* e o aluno 89 relata: *“Não possuo conhecimento sobre o assunto, ou seja, me considero completamente ignorante, portanto infelizmente não posso partilhar meus conhecimentos”*.

Já o aluno 130 responde: *“Não, eu não tenho total domínio sobre o assunto, entendo ele de forma mais rasa”*, e ainda os alunos 141 e 167, respectivamente: *“Acredito eu não tenho capacidade de compartilhar esse tipo de conhecimento”*, *“Eu acredito que não. Eu não sei muito coisa sobre Educação Financeira e acho que não conseguiria ajudar em muita coisa com o pouco que sei”*. Estes alunos afirmam não possuir conhecimento suficiente sobre o assunto ou ter um conhecimento limitado. Essa tendência revela uma lacuna na formação desses alunos em relação à Educação Financeira.

No entanto, a maior tendência identificada (mais da metade dos alunos) é a crença na capacidade de compartilhar conhecimentos sobre Educação Financeira. Como podemos perceber nos relatos a seguir: Aluno 13: *“Sim, mesmo tendo um conhecimento não muito aprofundado sobre Educação Financeira eu consigo conversar sobre e ajudar a resolver*

problemas". Aluno 22: "Sim, a partir do momento em que eu obtiver conhecimento posso transmiti-lo através de redes sociais, e em meu meio social, familiar, igreja, e acredito muito que quando as pessoas veem outras agindo de forma segura em tudo na vida, elas podem se inspirar e buscar também o conhecimento". Aluno 77: "Sim, porque muitas pessoas gastam dinheiro de forma desordenada e sem planejamento, e eu tenho um pouco de conhecimento nesta área". Aluno 81: "Sim, pois os meus conhecimentos podem ser compartilhados com outras pessoas ajudando elas a saber sobre Educação Financeira". Aluno 82: "Na parte econômica eu posso compartilhar, pois eu penso muito antes de gastar o dinheiro". Aluno 93: "Sim. Como minha família não possui muito conhecimento nessa área, seria importante a minha ajuda em relação a isso. Portanto eu iria auxiliar meus pais nas compras, de como investir, nos planejamentos e etc.". Aluno 101: "Sim, eu ajudo as pessoas ao meu redor acerca de gastos necessários e/ou supérfluos e como isso impacta na nossa vida". Aluno 102: "Sim, pois esses meus conhecimentos adquiridos vão ser percebidos pelas pessoas que irão procurar saber mais sobre". Aluno 113: "Porque com meus conhecimentos sobre finanças, posso ajudar outras pessoas a poupar dinheiro e gastar de forma consciente". Aluno 120: "Sim, ajudo em questão de economizar e ajudar em planejamento de contas a serem pagas e economia da casa no geral".

Esses alunos expressam confiança em sua capacidade de transmitir conhecimentos sobre o tema. Isso demonstra a disposição desses alunos em compartilhar o que sabem e ajudar outras pessoas a entender e lidar com questões financeiras.

Uma característica que se destaca nas respostas dos estudantes é a importância que atribuem à Educação Financeira em benefício do indivíduo e da sociedade. Alunos como o Aluno 47: "Acredito que sim, quando somos conscientes sobre uma pauta ou assunto, e conseguimos desenvolver um aprendizado, podemos compartilhar o conhecimento com pessoas próximas e familiares, quando se trata de economia e assuntos financeiros isso se torna muito importante, saber como administrar dinheiro é essencial pra uma sociedade mais consciente e um futuro financeiro melhor, para o futuro, é importante transmitir o que sabemos sobre isso pra tentar mudar positivamente a visão popular em relação ao que é a economia e a vida financeira", Aluno 85: "A Educação Financeira hoje em dia na vida principalmente dos jovens é um pilar importante para uma boa gestão tanto de seus ganhos quanto de seus despesas", Aluno 140: "Sim, porque dinheiro é algo muito importante para nosso dia a dia, e sem conhecimento básico de como gerenciar seu dinheiro, você pode ter dificuldades", e o Aluno 152: "Sim. Porquê da mesma forma que por um determinado período eu não tinha conhecimento do assunto, considero importante que outros também o compreendam. Além de tudo é uma forma de se ter uma economia mais consciente e sustentável", Aluno 108: Sim. Porque a questão financeira é muito dinâmica e necessária. Assim ter conhecimento nessa área e poder repassá-lo é um dever mínimo de cada cidadão". Eles reconhecem a importância de ter conhecimentos sólidos em Educação Financeira para uma vida mais consciente e para contribuir para um futuro financeiro melhor. Essa categoria revela a consciência dos alunos sobre os impactos positivos que a Educação Financeira pode ter tanto em suas vidas pessoais quanto na sociedade.

Considerando que outros temas podem ter expressão importante na educação de jovens, ao serem questionados sobre quais deles deveriam ser inclusos no currículo escolar da sua formação no ensino médio e/ou fundamental, eles/elas indicaram os temas que consideram relevantes e que de igual modo, deveriam ser obrigatórios no currículo. Algumas das respostas apontam para temas importantes para uma formação educacional completa e relevante, entre os temas mais citados estão: primeiros socorros, educação sexual, Libras, segurança, política entre outros. É interessante notar que muitos alunos destacam a importância de abordar temas que ajudem na formação de cidadãos mais conscientes e preparados para lidar com situações do cotidiano.

No geral, a análise das respostas mostra uma consciência crescente da importância de um currículo mais abrangente, que aborde não apenas o conhecimento acadêmico, mas também habilidades práticas, cidadania, saúde mental, relacionamentos interpessoais e outros.

Após a análise dos dados obtidos o que se mostra é que há uma lacuna na abordagem da Educação Financeira nas escolas, a percepção dos estudantes sobre a inclusão da Educação Financeira no currículo escolar não é algo consolidado, muitos deles não identificam ou relacionam conteúdos já estudados no ambiente escolar com a temática Educação Financeira.

O que se propõe não é sobrecarregar os professores nem mesmo o currículo escolar, mas como defende Villa (2017, p.24) “sinalizar a possibilidade de conferir outra perspectiva à abordagem do dinheiro no currículo tendo em vista a formação do estudante. Para isso, é fundamental assumir pressupostos teóricos que nos possibilitem fazer uma leitura dos processos de ensino e aprendizagem”.

4.4 Contribuições do ensino da Educação Financeira na consciência financeira de estudantes do IFMG, câmpus Governador Valadares

Na elaboração do roteiro da entrevista, partimos de uma categorização prévia, visando a organização das perguntas. Passamos então, para um processo de identificação e compreensão dos significados presentes nas interações linguísticas do corpus das entrevistas. Este processo foi realizado por meio da leitura cuidadosa e exaustiva dos discursos e a familiarização com os dados, na busca por identificar temas e padrões.

O tratamento do corpus das entrevistas passou por três etapas principais: **desconstrução**³¹ dos textos, examinando-os em seus detalhes, “fragmentando-os no sentido de atingir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados” (Moraes; Galianzi, 2007, p. 11); **categorização**³² dos fragmentos de textos, nesta etapa comparamos as unidades de sentido encontradas e as agrupamos por suas similaridades estabelecendo relações: e na terceira etapa de **comunicação**³³, criamos conexões entre as categorias buscando expressar novas compreensões. O estabelecimento de novas relações entre os elementos unitários de base possibilita a construção de uma nova ordem, representando novas compreensões [...] (Moraes; Galianzi, 2011, p. 21).

O processo de desconstrução dos textos ou unitarização resultou em unidades de significados³⁴ que, reunidas foram agrupadas por pergunta e entrevistado - pelo método indutivo, artesanal - buscando por segmentos que carregassem um sentido completo e coeso e com isto aspectos relevantes do discurso. Posteriormente, estas unidades de significado foram

³¹ Desconstrução - ou unitarização consiste num processo de desmontagem ou desintegração dos textos, destacando seus elementos constituintes.

³² Categorização - envolve a classificação e organização dos dados em categorias temáticas. No processo de categorização podem ser construídos diferentes níveis de categorias. Em alguns casos, elas assumem as denominações de iniciais, intermediárias e finais, constituindo, cada um dos grupos, na ordem apresentada, categorias mais abrangentes e em menor número. Moraes (2003, p. 197).

³³ Comunicação - Da união de todos os sentidos achados, chega-se a uma escrita final que será a comunicação dos dados que emergiram da análise.

³⁴ Unidade de significado - Refere-se a um segmento de texto que carrega um sentido completo e que pode ser analisado isoladamente. A unidade de significado pode ser uma palavra, uma frase, um parágrafo ou até mesmo uma seção inteira de um texto, dependendo do contexto da pesquisa e da unidade de análise adotada.

reagrupadas por semelhança e dessemelhança lexical com apoio do software Iramuteq³⁵ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), com o objetivo de criar, definir e nomear possíveis categorias e subcategorias abrangentes.

As entrevistas foram integralmente transcritas, sendo submetidas, em seguida, a adaptação aos critérios requeridos pelo software Iramuteq, realizou-se a classificação hierárquica descendente (CHD) por meio de análise lexicográfica dos segmentos de textos de modo a dar origem a classes lexicais caracterizadas pelo vocabulário e por segmentos de textos que compartilham o mesmo vocabulário (Mutombo, 2013). Desta forma as diferentes classes que emergem do corpus do texto representam o sentido das palavras narradas que podem confirmar as categorias pré-estabelecidas ou sugerir outras categorias. Importante registrar que a análise do programa não dispensa o papel do pesquisador que fica incumbido de “explorar o material de texto, interpretar os resultados apresentados pelo software, considerando inclusive aqueles dados que não foram diretamente expressos pelo processamento informático” (Camargo; justo, 2013a, p. 517).

Assim, nesta pesquisa no que se refere à expressão quantitativa dos dados, na análise do corpus geral foram consideradas as palavras com frequência igual ou superior a nove e qui-quadrado igual ou superior a 2.2 ($\chi^2 > 2.20$). A redução dos vocábulos às suas raízes originou 865 lematizações³⁶, que resultaram em 693 palavras ativas analisáveis e 166 formas suplementares.

O corpus foi constituído por 80 textos, separados em 245 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 186 STs (75,92%). Emergiram 8321 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 1225 palavras distintas (formas) e 383 com única ocorrência. O conteúdo analisado foi categorizado em duas classes: Classe 1, com 33 ST (19.89%); Classe 2, com 69 ST (81,00%).

Para a relação das palavras que compuseram as falas dos/das participantes, seguindo a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) deu origem a duas classes (categorias) compostas por segmentos de texto diferentes entre si e 2 subclasses (subcategorias). Dentre as palavras consideradas, compuseram as classes 1: sentimento, culpa, arrependimento, compra, distinção, decisão, sim, influência, necessidade, perceber, desejo, hora, sentir, costume, propaganda, mesmo, procurar, tão, calçado, pensar, bom, bastante, quando, roupa, comprar, tênis, principalmente, influenciar, produto, artista, olhar e ser; da classe 2 na subclasse 2.1 foram consideradas as palavras – achar, ainda, ano, vida, lugar, continuar, também, aprender, importante, escola, menos, chegar, ambiente, pouco, mais, dia, gosto, ajuda, longo prazo, sair, acabar, como, pensar, lá, porque, lidar, bonito, certo, dois, tempo e ter; e por último compõem a subclasse 2.2 – deixar, precisar, gasto, igual, estar, mês, senão, juntar, agora, depois, dinheiro, guardar, investir, imóvel, planejar, noção, dividir, pé, já, ajudar, normalmente, mal, torno, perder, conseguir, começar, pai, algo, ficar, preciso, separar, pagar, bem, então, valor, trabalhar, e poder.

Desse processo emergiram as seguintes categorias e subcategorias:

Categoria 1. Relação com o dinheiro e valores pessoais: Valores e prioridades relacionados às finanças, liberdade, consumo, bem-estar, segurança. Atitudes em relação ao dinheiro, como valorização, despreocupação ou preocupação excessiva.

Categoria 2. Autoconsciência financeira: Esta categoria trata da percepção dos (as) estudantes sobre sua própria consciência financeira e se eles consideram que as vivências de Educação Financeira escolar contribuíram para o desenvolvimento dessa consciência.

³⁵ O IRAMUTEQ é um software gratuito e desenvolvido sob a lógica do open *source*, licenciado por GNU GPL (v2). Ele ancora-se no ambiente estatístico do software R e na linguagem python (www.python.org).

³⁶ Lematizações - é o processo, efetivamente, de flexionar uma palavra para determinar o seu lema (as flexões chamam-se lexemas) - Manual Iramuteq, p. 12

Envolve a reflexão sobre o entendimento de seus próprios gastos, a capacidade de gerenciar seu dinheiro de forma eficiente e o planejamento de metas financeiras a curto e longo prazo.

Subcategoria 2.1 - Conhecimentos e barreiras na aprendizagem: Conhecimentos sobre o tema e barreiras institucionais ou estruturais para a Educação Financeira, dificuldades em compreender conceitos financeiros, obstáculos para poupar ou investir.

Subcategoria 2.2 - Atitudes e comportamentos financeiros: Hábitos de consumo e gastos pessoais, uso de estratégias para economizar dinheiro, planejamento financeiro a curto e longo prazo.

Tema: Influências socioeconômicas e culturais: Efeitos de fatores socioeconômicos na Educação Financeira, como classe social, renda, acesso a recursos, cultura do endividamento, tradições.

Tema: Barreiras e desafios na Educação Financeira: Barreiras institucionais ou estruturais para a Educação Financeira, dificuldades em compreender conceitos financeiros, obstáculos para poupar ou investir.

Ilustramos na figura 1, que apresenta o Dendograma com a frequência das palavras e sua representação por classes.

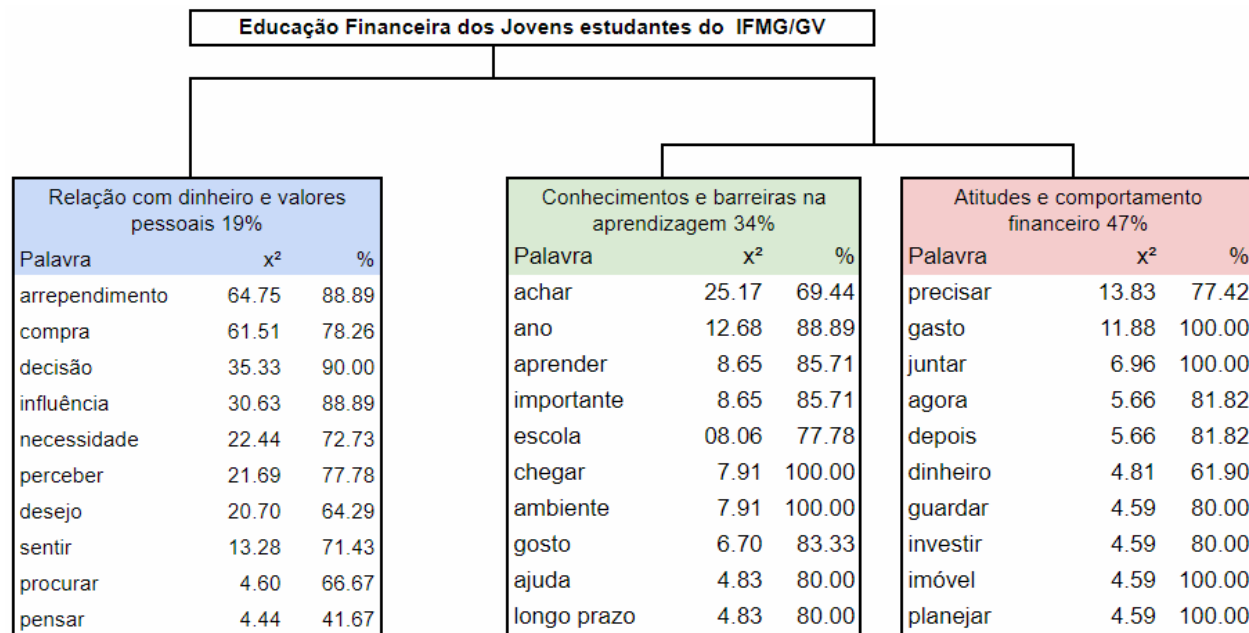


Figura 1- Dendograma de Classificação Hierárquica Descendente das repartições em classes, grau de significância (χ^2)³⁷ das palavras analisáveis e porcentagem (%)³⁸ de segmentos que expressam ideias da consciência financeira dos jovens, estudantes do IFMG-GV. Governador Valadares
 Fonte - Dados da entrevista obtidos da análise no software IRAMUTEQ.

³⁷ χ^2 : Exprime a força de ligação entre a forma e a classe.

³⁸ Porcentagem: Representa a % de segmentos de texto que contém a forma e aparecem nessa classe.

Da leitura do Dendrograma percebemos que a maior parte do texto está concentrado na classe 2 “Autoconsciência financeira”, representando 47,00% da frequência. Vale ressaltar que a classe 2 se encontra dividida em duas ramificações (A e B) do corpus total em análise.

As unidades de significado foram agrupadas relacionadas e distribuídas nas categorias correspondentes para melhor contextualização, como apresentadas nos itens abaixo.

4.4.1 Categoria 1 - Relação com o dinheiro e valores pessoais

Esta categoria que apresentou uma representação mais baixa (19,00%) (figura 1), no entanto, possibilita verificar o processo de conscientização desses(as) jovens relacionado a sua relação com o uso do seu dinheiro, apontando a relação forte de arrependimento, frustração, tristeza e culpa quanto ao uso “indevido” ou “errado” e, ao mesmo tempo, relatam como melhorar a sua relação neste contexto como aprendizagem, motivação ao atender a um desejo, indicando amadurecimento e responsabilidade, e, por serem jovens, alguns ainda não estão muito preocupados com isso, como pode ser verificado nas transcrições abaixo que expressam essa relação com o dinheiro e os valores descrito pelo(a)s estudantes.

Arrependimento: “Então, bate um arrependimento a dorzinha daquele preço, entende? [...] eu tentei ajudar eles em tudo lá em casa assim tudo que foi possível fazer, mas ficou só o arrependimento[...]; [...] não me lembro de culpa não, arrependimento talvez...porque nunca arrependo quando é caro [...]”

Frustração, tristeza e culpa: Ah é meio tipo assim, frustrante né?; [...] ah, mas aí eu fico meio... eh, meio triste sabe?; [...] fico bem triste, mas eu tento revender depois [...]; [...] eu fico triste, mas tipo assim, ah eu posso doar a roupa, assim também não fico tão culpada assim; Agora eu voltei a usar realmente porque eu ter me culpado por ter comprado aí teve aquele peso na consciência [...]; Não sabia lidar; Comecei a dar crise. Comecei a chorar, pedi desculpa ao meu pai; Aí eu vou refletindo comigo mesma.

Aprendizado: “[...] eu acho que a melhor maneira da gente lidar com isso é aprender que são consequências e aprender com nossos erros; [...] acho que é isso nos nossos erros a gente tem que aprender com eles e também não chorar pelo leite derramado, por que já foi”.

Desejo e motivação: “[...] se eu tiver de boa e eu puder gastar com avulsa às vezes eu acho que é válido também comprar um desejo [...] é válido também comprar um desejo pra tipo manter motivado de querer continuar ganhando dinheiro [...]”.

Ainda não se preocupa: “[...] acho que pelo fato de eu não gerir a maior parte do meu dinheiro, acho que eu não me preocupo muito com isso; Eu sei que quando eu precisar me preocupar eu vou sair igual louca, mas por enquanto eu estou na comodidade ainda [...]”.

A relação entre erros financeiros e aprendizado é destacada por eles. Há uma disposição para reconhecer erros passados como oportunidades de aprendizado. Essa atitude é positiva, pois demonstra uma mentalidade que favorece o crescimento financeiro. No entanto, também sugere a importância de abordar erros financeiros de forma preventiva, por meio de uma Educação Financeira sólida. O aprendizado com erros é valioso, mas a capacidade de tomar decisões informadas pode minimizar a ocorrência desses erros.

De acordo com Martins (2004), a ausência de inteligência emocional para lidar com impulsos, vontades e hábitos, faz com que os indivíduos cedam aos seus desejos. Este comportamento de consumo muitas vezes pode ser uma maneira de fugir da realidade, das frustrações e decepções.

Muitos (as) estudantes mencionam sentimentos, frustração, tristeza, arrependimento e outros. Estes sentimentos podem ajudá-los a reconhecer seus sentimentos e comportamentos diante de situações desfavoráveis. Apontamentos do artigo “Against Financial Literacy Education” (Contra a educação para a alfabetização financeira) realizado por Willis (2008), sugerem que os programas de educação financeira devem abordar a influência de fatores comportamentais, como emoções e vieses cognitivos nas decisões financeiras. Willis argumenta que as decisões financeiras são influenciadas por diversos fatores, que por sua vez, podem levar até mesmo pessoas com conhecimentos financeiros a tomarem decisões erradas.

A Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner (1995) propõe que a inteligência não é uma única capacidade, mas sim um conjunto de habilidades e competências que podem ser desenvolvidas de diferentes maneiras. Uma dessas inteligências é a intrapessoal, que é a capacidade de compreender e gerenciar os próprios pensamentos, sentimentos e emoções, evitando compras desnecessárias e comportamentos compulsivos.

Na educação financeira, a inteligência intrapessoal pode ser desenvolvida através de atividades que promovam a autoconsciência, a autodisciplina e a tomada de decisão, o que pode levar a uma maior estabilidade financeira e qualidade de vida.

4.4.2 Categoria 2 - Autoconsciência Financeira

Esta categoria que busca descrever a autoconsciência financeira, ou seja, a compreensão do jovem sobre seus próprios gastos e sua capacidade de gerenciar seu dinheiro abarcou as duas subcategorias, sendo a primeira relacionada a conhecimentos e barreiras na aprendizagem com uma expressão de 34,00% e a segunda Atitudes e comportamentos financeiros foi mais expressiva com uma representação, 47,00% (figura 1).

4.4.2.1 Subcategoria – Conhecimentos e barreiras na aprendizagem

No que se refere às dificuldades dos estudantes quanto à aprendizagem e seus conhecimentos quanto ao seu dinheiro, podemos verificar que, de forma geral, eles conseguem identificar os conhecimentos sobre educação financeira na matemática e ainda aqueles que compreendem a componente de educação financeira, e ainda, buscam pelo conhecimento de diferentes formas, aprendendo a gerenciar seu dinheiro. No entanto, percebemos também nestes jovens a preocupação com o seu futuro, com relação às suas habilidades quanto ao uso do seu dinheiro. Assim abaixo encontram-se descritos seus relatos.

***Aprendendo com a matemática:** Então como eu estou no primeiro ano não há isso, não há essa matéria específica, porém, a matemática ela ainda me ajuda então sempre que eu tenho um dinheiro eu tento fazer render o máximo possível por mais que as vezes eu não tenha muito [...]; [...] é pouco abordado esse assunto de Educação Financeira nas escolas mesmo. Eu acho que não tem nenhuma matéria assim só matemática mesmo né.*

***Aprendendo na escola e nas aulas:** [...] até ano passado eu buscava saber mais porque eu tinha um professor de Educação Financeira no nono ano e ele falava um pouco sobre isso [...]; [...] Educação Financeira eu acredito que eu venho estudando, não necessariamente pegando um livro sobre Educação Financeira e numa aula específica de Educação Financeira, mas com a vida assim como um todo sempre estando aberta a aprender sobre isso; [...] aqui na escola quase nada tipo assim me faz pensar no meu financeiro [...]; [...] a única coisa que realmente aprendi como lidar com dinheiro foi calcular juros, [...] eu nunca aprendi mais nada sobre e relacionado a dinheiro; [...]“uma matéria que eu tinha que mais se aproximar disso por exemplo era administração que falava sobre juros então quando você vai investir é interessante você saber, saber onde vai render mais, saber onde vai*

render menos, o que é mais rentável, né! Pra você colocar o seu dinheiro, mas em questão de escola como o ambiente de convívio eu acho que é um lugar assim que você realmente aprende. Porque você está na escola, a cantina ali, você tem seus amigos às vezes vendendo alguma coisa. Então é um lugar que você vai aprendendo. E é onde eu como adolescente passo a maior parte do meu tempo, principalmente estudando em uma escola que tem um curso técnico, que é um curso técnico integrado, diversa com as pessoas e também o tempo que eu fico aqui é maior até mesmo do que as escolas normais. Então é um dos ambientes que eu mais passo meu tempo. Então eu aprendo aqui a como garantir e guardar meu dinheiro ou com o que gastar, com o que não gastar. Os meus momentos que eu estou sendo impulsiva, os momentos que eu tenho que ser impulsiva pra eu também não pirar, entendeu...”[...]; “Bom ele me ajuda muito em questões de separar as coisas, principalmente tipo, minha mãe quer comprar algo, aí falo, mãe deixa primeiro, deixa passar um tempinho aí a gente compra, tipo, me ajuda muito a evoluir em questão do meu financeiro e do financeiro dos meus pais.”

Conhecimento sobre Investimento: *Guardo o dinheiro não gasto, para investir a longo prazo, pois sou nova. Investi uma porcentagem do dinheiro em um imóvel junto com meu pai, visando lucro futuro.*

Buscando aprender ou não: *Eu gosto de ver muitos vídeos, vídeo aulas, que é muito bom também, eu procuro PDFs. [...] me ajuda muito a evoluir em questão do meu financeiro e do financeiro dos meus pais. Quando eu era mais nova, tipo não tinha nem noção assim do que era. Aí eu fui no primeiro emprego meu aí eu comecei a ver aquilo girando em torno ajudando em casa sendo uma nova pessoa sabe financeiramente. Tipo assim, buscar pra saber o quê que eu preciso... não, não busco tanto... eu acho tipo assim a gente sabe que a gente precisa ter, mas não é tão discutido na vida cotidiana. [...] eu não busco conhecimento. É, eu não busco pesquisar sobre, sobre educação.*

Uso do dinheiro sem conhecimento financeiro: *Aí eu gastei trezentos reais assim de uma vez, achando que seria algo bom. Foi muito sem pensar. Então é assim o meu obstáculo seria realmente ser uma pessoa que gosta de comprar muita coisa, gosta de sair, gosta se tipo assim se eu estiver com dinheiro eu vou gastar com alguma coisa que eu quero. Eu não tenho muito controle com o dinheiro vivo.*

Destaca-se a variação na autoconsciência financeira dos entrevistados. Enquanto alguns têm conhecimentos e buscam recursos para aprimorar suas habilidades financeiras, outros parecem menos preocupados com essa área. Muitos indicam a falta de Educação Financeira nas escolas e uma necessidade de adquirir conhecimentos por conta própria, o que sugere uma potencial lacuna na abordagem educacional formal em relação às finanças. A importância atribuída à Educação Financeira como uma ferramenta para entender e enfrentar desafios financeiros é clara, ressaltando a necessidade de uma maior inclusão de conceitos financeiros nos currículos escolares.

Silva e Valadão (2017) trazem na pesquisa sobre a percepção de jovens estudantes sobre a educação financeira, que aproximadamente 63,00% dos participantes afirmaram que controlavam melhor os gastos e conseguiam poupar parte da mesada após terem contato com a temática por meio de um mini curso ministrado no ambiente escolar, dos 37,00% que não aplicavam o que foi aprendido no minicurso, a maioria afirmou que não possuía motivo para gerenciar as finanças porque os pais garantiam suas respectivas necessidades.

4.4.2.2 Subcategoria - Atitudes e comportamentos financeiros

No que se refere às atitudes e comportamento financeiros dos/das estudantes, podemos verificar que, de forma geral, esses têm um comportamento financeiro amadurecido,

procurando fazer controle quanto aos seus gastos, pesquisa de preço, planejam o uso e forma de reservar algum recurso financeiro, analisam as necessidades de compra, por outro lado, ainda que seja uma forma amadurecida, utilizam-se de financiamentos de cartões de crédito, ou seja, contraem dívidas bancárias, ainda que sejam planejadas, como pode ser constatado nos relatos abaixo,

Controle do uso do dinheiro- *“Calculo quanto estou gastando [...]. Faço os cálculos na calculadora. Não temos controle sólido [...]. Tento economizar uma parte para investir. Controlo o dinheiro pelo extrato. Tenho uma lista de coisas que quero comprar [...]. Eu faço uma lista do que eu necessito mais tipo higiene pessoal essas coisas que demandam mais e compro só o que preciso. Eu tenho uma economia que é um pouquinho mais de duzentos.*

Planeja o uso e a reserva do dinheiro - *“Guardo dinheiro para investir [...]. Gasto uma parte pequena e junto a maioria [...]. Guardo notas grandes [...]. Guarda dinheiro reserva para emergências [...]. Destino aproximadamente 30% para gastos e os outros 70% para economizar. Eu gasto uma parte pequena e junto a maioria. Então eu faço uma distribuição ah, parte desse dinheiro vai ficar só pra conta, parte desse dinheiro pra economia e parte desse dinheiro eu vou gastar com uma coisinha ali pra mim [...].”*

Evita gastos não necessários- *“Gasto com o que quero, mas sempre sendo consciente e evitando gastos desnecessários. [...] aí eu guardo, os principais eu gasto pro almoço da escola e sair [...]. E quando eu ganho de algum familiar ou data assim eu junto todo o resto eu junto e deixo na carteira. [...] quando sobra eu guardo nessa emergência. Não utilizo para investimentos”.*

Planeja o investimento em uma compra fazendo pesquisa prévia: *“Primeiro eu comparo os preços por exemplo do produto que eu quero eu olho vários, em vários sites pra ver qual compensa mais [...]. [...] pesquisar, e eu vejo qual que é boa com o que que eu vou gastar, se vai sobrar dinheiro, se eu vou poder comprar outra coisa. [...] eu olhei quais tênis estavam em promoção e quais valem mais a pena [...] [...] eu olho o site de venda, promoção, sites de promoção”. [...] basicamente eu costumo olhar, claro que eu olho sempre o produto, né, a aparência dele, mas olho também, principalmente o preço [...]. [...] se for algo que foge muito da quantidade que eu tenho eu dou uma freada, né, eu prefiro não utilizar. [...] objetos é uma coisa que eu fico namorando um tempo eu fico olhando eu olho o preço eu avalio aí eu tento achar mais barato [...]. [...] às vezes a gente compra uma coisa muito no impulso e eu não quero gastar dinheiro meu dinheiro meu dinheiro mesmo com isso, com coisas impulsivas [...]”.*

Faz parcelamento da compra- *“Eu compro, parcelo. [...] essa questão já que eu tenho cartão de crédito às vezes dividir, só que eu também não vou dividir muita parcela senão vou me endividar [...]. [...] eu tento pagar as coisas tudo em uma parcela só ou senão tipo umas duas parcelas ou três [...]. Eu fico namorando bem antes de eu comprar alguma coisa e gastar o dinheiro com isso. [...] já fui fazer esse planejamento que esse presente é valor X então eu vou dividir ele em duas vezes então tal mês eu vou gastar menos”.*

Identifica necessidades e prioridades antes de comprar- *Eu vejo se eu preciso, se eu necessariamente preciso, aí eu compro. [...] procuro saber o que eu estou precisando mais, o que é mais urgente e faço uma lista do que eu preciso mais pra poder olhar preço [...]. Se passar uma vez ou outra até uns dezoito reais, uns dezenove reais, uns vinte reais sem problemas, mas eu tento na maioria das vezes não fazer com que esse valor passe sempre. [...] eu geralmente já olho melhor a qualidade eu vou olhando comentários pra ver se é bom ou não, eu já vou tipo fazendo uma avaliação mais profunda [...]. [...] se eu já estou mais apertado eu falo assim é realmente eu não estou precisando disso agora. [...] avaliar como eu vou encaixar isso dentro do dinheiro que eu tenho com a renda que eu tenho. [...] sempre*

tento buscar alguns lugares que as coisas são mais em conta. [...] isso eu percebi assim, não é só eu olhar essa questão de ficar namorando olhar questão de valor também olhar questão de qualidade [...]. [...] foi uma coisa mais impulsiva, eu falei que iria comprar e comprei [...].

Uso de produtos/instrumentos financeiros - cartão de crédito é o mais usado “*Eu costumo utilizar o cartão. Divido as despesas do cartão com o dinheiro que recebo. Uso o cartão de crédito. [...] eu tenho o meu cartão que é o cartão da minha mãe só que ela deixa pra eu usar [...]. Controlo o dinheiro pelo extrato. Recebo renda semanal e uso o cartão de crédito. Fora o cartão de crédito que eu também posso usar [...]. (Uso de cartão) mas não meu, mas é tipo, mas faço a gestão das parcelas. [...] o cartão de crédito eu uso no supermercado e geralmente também quando eu vou pedir alguma coisa por exemplo no iFood é isso eu uso pra pessoal, lazer né [...]. Recebo renda semanal e uso o cartão de crédito”.*

Influências socioeconômicas e culturais – redes sociais e familiares - “*Vou fazendo a distribuição, tipo lá em casa eu ajudo o meu pai. Eu olho sempre o preço pra falar assim, se vai ser possível vai deixar o bolso dos meus pais numa situação ruim [...]. Que a gente vê nas redes sociais pessoas apresentando o produto, acaba querendo ou não fazer a gente comprar, mas eu penso bastante. [...] tudo que eu compro ou faço é pra mim mesma. Eu gostei. Não um artista tem, um influencer tem. Tenho mais controle com a conta do que com o dinheiro vivo. Porque a gente gosta de ter o que eles estão usando por que eles de uma certa forma são as pessoas assim que vão estar inspirando a gente são “hypados39”[...]. Fico querendo ter o que eles querem e o que eles usam. [...] alguma marca nova que as pessoas tão usando aí eu me interessei mais nela [...]. [...] tipo, eu tenho uma opção, uma rede de opções e eu reconheço algo que alguém já comprou, que alguém que eu admiro já comprou e eu vou nisso porque eu admiro e confio na pessoa [...]. Tipo assim uma pessoa que você gosta muito ou que você admira muito tem, e você quer ter também. [...] porque nunca fui muito influenciado por isso, de propaganda [...]. [...] algo que eu comprar que eu sei que vai me ajudar tanto na escola por exemplo ou fora quando eu for sair.*

A análise das respostas das entrevistas revela uma ampla gama de atitudes e comportamentos financeiros, destacando tanto a influência de fatores externos quanto a importância da Educação Financeira. Essa diversidade reflete a complexidade das decisões financeiras individuais e as várias influências que moldam essas escolhas.

A presença das redes sociais e a influência de celebridades e influenciadores emergem como fatores significativos nas escolhas de consumo. Muitos entrevistados mencionam a vontade de ter produtos que outras pessoas usam ou que são promovidos nas redes sociais.

Esse fenômeno destaca a crescente interseção entre mídia social e comportamento de compra, onde o desejo de pertencer a um grupo ou seguir tendências pode influenciar decisões financeiras. Isso ressalta a necessidade de maior senso crítico em relação às influências externas e da Educação Financeira como uma ferramenta para avaliar racionalmente essas influências.

A literatura apresenta diversas abordagens entre os autores em relação aos fatores que podem influenciar o comportamento financeiro e a tomada de decisão. Além de fatores econômicos, muitos autores concordam que há influências midiáticas, comportamentais, psicológicas, idade, personalidade, sociais, etc. (Kenski, 2012; Moura, 2005; Panchio, 2006; Kotler; Keller, 2006; Trindade, Vieira, Ceretta; Cavaleiro, 2010).

Muitos revelam a utilização de estratégias para gerir suas finanças, como calcular despesas, analisar preços e dividir gastos em parcelas. Esses comportamentos refletem a

³⁹ Hypados – O que está no auge.

conscientização sobre a importância de controlar as finanças pessoais e otimizar gastos. No entanto, a análise também aponta para o desafio de lidar com o dinheiro vivo e de evitar gastos impulsivo.

No que se refere aos produtos e ou instrumentos financeiros usados, assim como as influências socioeconômicas e culturais, verificamos que o cartão de crédito é o produto de maior frequência, enquanto que as redes sociais são fortemente influenciadoras no comportamento financeiro dos jovens, no entanto a família mantém um elo forte na orientação e modelo de consumo de produtos, conforme descrito pelos estudantes.

Esses resultados reforçam a ideia de que as atitudes e comportamentos financeiros são moldados por uma variedade de influências, desde mídias sociais até Educação Financeira, destacam-se a importância de uma abordagem holística para melhorar a conscientização financeira e promover escolhas informadas. Isso inclui a implementação de uma Educação Financeira abrangente nas escolas, o incentivo à busca de conhecimento financeiro por iniciativa própria e a conscientização sobre a influência de fatores externos nas decisões financeiras. No cenário atual, onde as informações financeiras são amplamente acessíveis, a capacidade de discernir entre influências externas e necessidades financeiras individuais é fundamental para construir um futuro financeiro estável.

4.4.3 Conexidade entre as palavras e articulação de significados por meio da Análise de similitude

Na busca por interpretar os significados das palavras para compreender melhor as vozes, passamos para a análise de similitude. Nesse processo podemos visualizar a interconexão, e o nível de relação entre as palavras, que podem ser mais fortes ou mais fracas. O software facilita a classificação dos termos dos discursos em categorias.

A análise de similitude se baseia na teoria dos grafos, estudando as relações de objetos de um dado conjunto. Com a análise de similitude é possível identificar a estrutura da construção dos textos e dos temas de relativa importância, e também como estas palavras se relacionam entre um discurso e outro, bem como as que se opõem, identificando as co-ocorrências, que são as possibilidades de unidades ocorrerem umas em combinação com outras, e seu resultado traz indicações da complexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura do conteúdo de um corpus textual (Flament, 1981 apud Camargo; Justo, p.16, 2018), permite ainda identificar as partes comuns e as especificidades em função das variáveis descritivas identificadas na análise (Marchand; Ratinaud, 2012 apud Camargo; Justo, p.16-17, 2018).

Neste processo, eliminamos as palavras com frequências muito altas uma vez que estão ligadas às questões ou consignas nas coletas de dados que geraram o corpus textual, eliminamos também as palavras com frequências muito baixas, buscando uma melhor visibilidade e comunicabilidade do gráfico.

Na figura 2 apresentamos a Árvore de similitude com as co-ocorrências das formas lexicais e conexão entre elas, que foi elaborada a partir das entrevistas usando o software Iramuteq.

Observa-se que as palavras que mais se destacam nos discursos como: querer, comprar, estar, dinheiro e achar, representam diferentes comunidades e delas saem ramificações com diferentes espessuras e conectadas a outras expressões ao seu redor as espessuras dos ramos nos mostram a força da conexão entre as palavras das comunidades, bem como a conexão das comunidades entre si. Quanto mais espesso o ramo, maior a conexão entre as palavras ou comunidades.

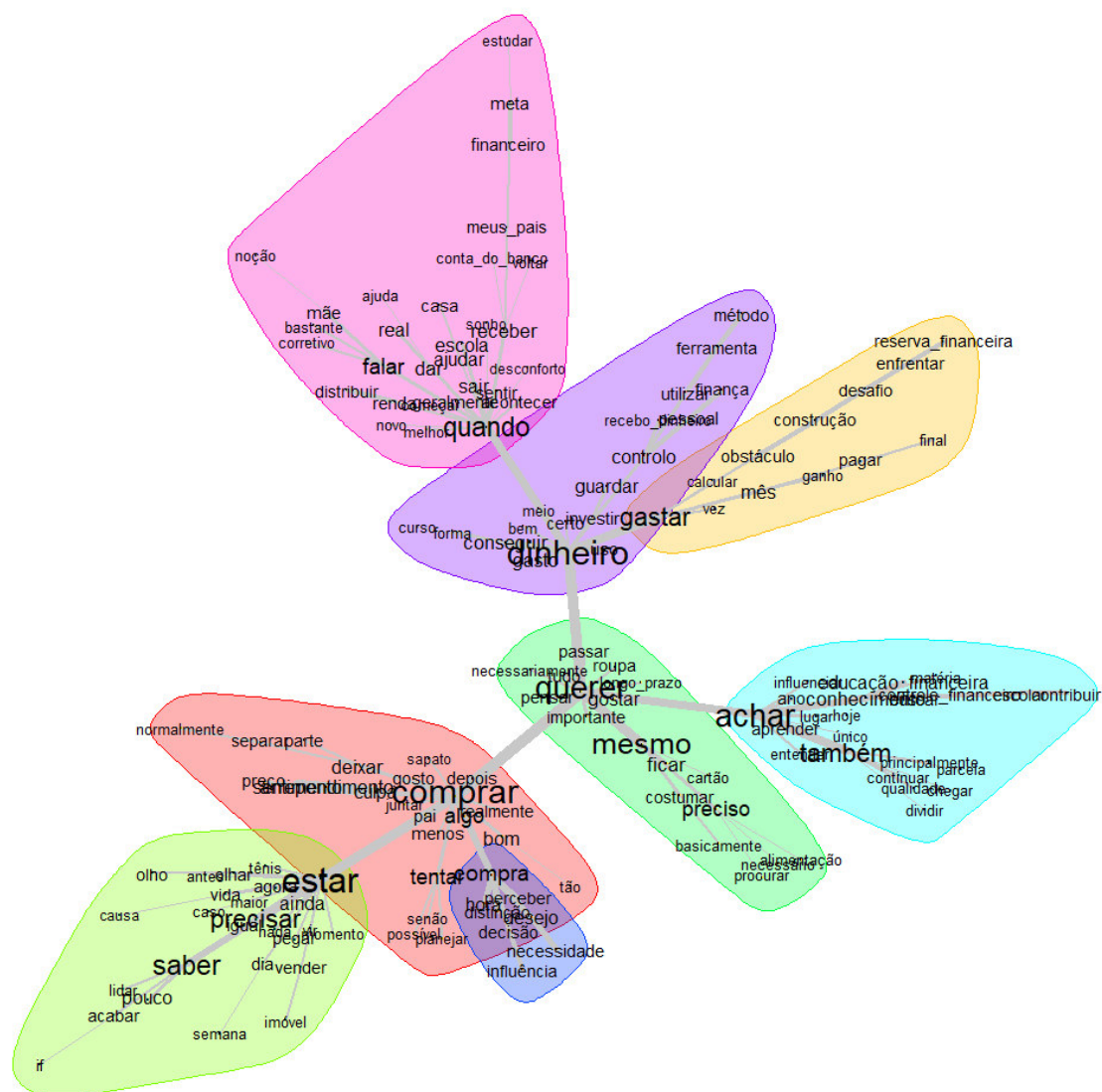


Figura 3 - Representação das comunidades de palavras – Extraído do Software IRAMUTEQ.

A figura 3, gerou o leque semântico de palavras mais frequentes no texto, agrupando-as em zonas centrais e zonas periféricas. Nota-se 8 zonas, formadas pelas palavras mais frequentes no discurso dos sujeitos. Destacamos os 3 eixos principais que correspondem a: Eixo 1, Desejos e necessidades – marcado pela palavra principal, “querer”; Eixo 2, Planejamento financeiro – marcado pela palavra principal, “dinheiro” e Eixo 3, Hábitos de consumo – marcado pela palavra principal, “comprar”. Estes eixos apresentam relações de maior e menor força com eixos periféricos, mostrando que as palavras identificadas como principais não são independentes e podem se sobrepor em certos contextos.

Os principais pares de associação surgem entre os elementos: Eixo 1, **querer-achar**; querer-mesmo; querer-gostar; querer-tudo; querer-importante; querer-necessidade e outros. Eixo 2, **dinheiro-gastar**; dinheiro-certo; dinheiro-conseguir; dinheiro-investir; dinheiro-controle; dinheiro-guardar e outros. Eixo 3, **comprar-estar**; comprar-algo; comprar-depois; comprar-juntar; comprar-arrepentimento; comprar-culpa e outros.

Percebemos que as maiores conexões ocorrem entre os binômios: querer-achar; dinheiro-gastar e comprar-estar. Isto ocorre pois, nas entrevistas estes aspectos foram mais fortemente marcados na fala dos participantes, o binômio “querer-achar” refere-se ao sentido de buscar e encontrar, indicando uma busca por algo desejado, neste caso, entre outras coisas, refere-se ao desejo de aprender e melhorar as habilidades financeiras. Citamos as falas de

alguns entrevistados, A4 *“O que eu quero com aquele dinheiro. Se eu quero economizar pra eu conseguir uma coisa melhor no próximo mês ou se eu quero já gastar porque eu estou precisando de uma roupa ou um corretivo mesmo alguma coisa assim.”*; *“eu achei bonito nele, eu vou querer pra mim, mas tipo eu também consigo distinguir se não é tudo que eles (que) tem, que eu acho bonito que eu vou querer ter, isso vai de personalidade”*. E ainda A2 *“[...] mas essa outra parte do valor eu sempre guardo tentando achar alguma coisa para eu investir e vou fazendo assim, tipo, para tanto eu investir uma parcela dele e a outra eu gastar [...]”*; *“Eu acho que é a questão também de quanto dinheiro eu estou podendo gastar com coisas se eu estou achando, estou em dúvida se é um desejo ou uma necessidade com coisas avulsas”*.

O binômio “dinheiro-gastar” demonstra que o planejamento financeiro envolve, em grande parte, decisões de gastos. Percebemos nitidamente na fala de E1 *“[...] sempre que eu tenho um dinheiro eu tento fazer render o máximo possível por mais que as vezes eu não tenha muito o pouco que eu tenho eu tento fazer render, eu gasto, eu gasto com o necessário, não vou gastar em coisas superficiais, supérfluas [...]”*; e E7 *“saber administrar, separar em partes para deixar a emergência, conseguir gastar o que eu tenho e não o que não tenho, para não ficar devendo pessoas”*.

E por fim no binômio “comprar” que se conecta com “estar” trazendo o comportamento dos alunos (as) a respeito de compras impulsivas ou não, considerando a situação financeira ou necessidade atual (estar). Ex. A4 *“Então é assim, o meu obstáculo seria realmente ser uma pessoa que gosta de comprar muita coisa, gosta de sair, gosta se tipo assim se eu estiver com dinheiro eu vou gastar com alguma coisa que eu quero”* e A6 *“Eh esse ano eu estou começando a realizar bem o controle, porque eu estou com alguns objetivos de coisas de comprar e quase todo o dinheiro assim que eu ganho eu gasto uma parte pequena e junto a maioria”*.

Esta análise nos permitiu ter uma visão estruturada das principais áreas temáticas presentes no discurso dos sujeitos, nos ajudando a entender melhor o conteúdo e os padrões de pensamento subjacentes aos dados analisados, especialmente em contextos relacionados às finanças pessoais, desejos e hábitos de consumo.

Segundo Layard (2008), “Querer” mantém-nos mais motivados do que “Ter” o autor aponta que depois que temos nosso desejo atendido, perdemos o interesse e passamos a querer outras coisas. Desta forma precisamos comprar cada vez mais para sentir a mesma gratificação.

Ariely e Kreisler (2019), autores de “A psicologia do dinheiro”, relatam que nossas decisões financeiras são afetadas por armadilhas psicológicas que se valem do funcionamento do nosso cérebro e nas relações com o marketing.

Diante disso, a educação financeira pode propiciar uma nova mentalidade em relação ao uso do dinheiro e a comportamentos saudáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio abordaremos algumas limitações encontradas durante o processo de investigação e coleta de dados. A primeira dessas dificuldades diz respeito à disponibilidade de literatura acadêmica consolidada a respeito do tema e quantidade significativa, visto serem ainda recentes as legislações sobre o tema e sua obrigatoriedade nas escolas públicas. A segunda dificuldade está relacionada ao momento que o tema se torna obrigatório nas escolas públicas do país, 2020, em que passamos por uma pandemia (Covid-19) que dificultou a continuidade do ensino (alterando o calendário escolar) e por consequência as adaptações necessárias ao currículo escolar e sua aplicação.

Outra dificuldade encontrada e que já havíamos previsto, seria a resistência dos pais em consentir na participação de seus filhos na pesquisa, bem como o receio dos próprios alunos, visto se tratar de informações sobre finanças pessoais gerando desconfiança ou medo por parte de alguns em expor sua vida, família e até mesmo o receio que fossem de alguma forma prejudicados em algum auxílio que recebessem ou eventualmente pudessem vir a receber. E por último, mas não menos importante, o viés de resposta por parte dos alunos, em especial quando tratamos de comportamento e finanças pessoais.

Neste estudo, exploramos a relação entre as políticas públicas de educação e a influência dos organismos internacionais, como a OCDE e o Banco Mundial, na reformulação do sistema de ensino brasileiro. Também investigamos os caminhos que levaram à obrigatoriedade da Educação Financeira nas escolas de educação básica no Brasil, bem como o marco legal que sustenta essa iniciativa.

Ao longo deste trabalho, observamos como a internacionalização das políticas educacionais e a visão da educação como uma ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico ganharam destaque, desde os anos 1930 até as iniciativas mais recentes de inclusão e democratização do acesso à Educação Financeira, levando a mudanças significativas nas políticas públicas de educação ao longo dos anos.

Em relação ao objetivo geral da pesquisa, o que se mostra após a análise dos dados gerados é que a proposta de promover a Educação Financeira nas escolas tem o potencial de impactar significativamente o futuro dos estudantes. Porém, desde que leve em consideração não apenas a formação do indivíduo-consumidor, mas também do indivíduo em sua integralidade e complexidade, como ser social, com desejos, anseios, necessidades, medos e incertezas.

Ao final desse percurso, sugerimos ajustes no currículo dos cursos Técnicos Integrados do IFMG à nova realidade dos estudantes, considerando além das lacunas de aprendizagem, as necessidades específicas destes, e o desenvolvimento de estratégias eficazes para integrar a Educação Financeira de forma abrangente e significativa no currículo dos cursos. Essa adequação se justifica pois vai ao encontro dos anseios dos estudantes e das exigências constantes na introdução da BNCC para o ensino médio, visando “atender às necessidades de formação geral indispensáveis ao exercício da cidadania e construir “aprendizagens sintonizadas com **as necessidades, as possibilidades e os interesses** dos estudantes e, também, com os **desafios da sociedade contemporânea**”. (BNCC, p. 14; 2018, ênfases adicionadas).

Em resumo, apesar dos obstáculos encontrados, acreditamos que a conscientização financeira é fundamental para empoderar indivíduos a tomar decisões financeiras informadas e promover uma gestão financeira mais saudável, focada não no consumismo, mas no consumo consciente e sustentável.

Por ser ainda incipiente a implementação da Educação Financeira nas escolas, bem como os trabalhos publicados após a obrigatoriedade da temática no currículo escolar, entendemos que pesquisas futuras trarão novos recortes dos resultados dessa obrigatoriedade

nas instituições de ensino, bem como poderão aprofundar a discussão do tema considerando outros aspectos de relevância como, a eficácia de estratégias específicas de ensino de Educação Financeira; como lidar com as barreiras encontradas na implementação da ENEF; resultados de longo prazo dessa implementação, e outros atores que afetam o comportamento financeiros.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, J.P.; LUCENA, W. G. L., **Educação Financeira: uma análise de grupos acadêmicos**, Revista E&G Economia e Gestão, Belo Horizonte, v.18, n.49, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/10121>>. Acesso em 10 ago. 2023.

ATKINSON, Adele; MESSY, Flore-Anne. **Measuring financial literacy: Results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) pilot study**. 2012.

AUGUSTINIS, Viviane Franco; COSTA, Alessandra de Sá Mello da; BARROS, Denise Franca. **Uma análise crítica do discurso de Educação Financeira: por uma educação para além do capital**. Revista ADM. MADE, v. 16, n. 3, p. 79-102, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasil: **Implementando A Estratégia Nacional de Educação Financeira** [versão em português]. In: OCDE (org.). Advancing National Strategies for Financial Education, Paris, 2013. [Versão em português] disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf> Acesso em: 13 nov. 2021.

_____. Comunicado BACEN nº 34.201, DE 12.09.2019 – **Divulga princípios para a promoção da Educação Financeira por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil**. Disponível em <<https://www.editoraroncarati.com.br/v2/Diario-Oficial/Diario-Oficial/COMUNICADO-BACEN-N%C2%BA-34-201-DE-12-09-2019.html>> Acesso em: 08 mar. 2022.

BATISTA, Francisco Sávio Bernardo; AMORIM, Domingos Isaias Maia. **Percepção dos estudantes do ensino médio profissionalizante de Iguatu-CE sobre da Educação Financeira**. Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho, v. 11, n. 02, 2022.

BERNUSSI, Mariana Medeiros. **Instituições internacionais e educação: a agenda do Banco Mundial e do Education for All no caso brasileiro**. 2014. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.101.2014.tde-13102014-170412. Acesso em: 14 dez.2022

BM&FBOVESPA. **Resultados da Avaliação de Impacto do Projeto Piloto de Educação Financeira nas Escolas, 2012**. Disponível em <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/avaliacao_educacao_financeira_escolas.pdf> Acesso em: 28 out. 2021

BRANCO, A. C. C. **Matemática financeira aplicada: método algébrico, HP-12C, Microsoft Excel**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 15 set. 2022.

_____. Decreto Federal nº 10.393 de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.

_____. Decreto Federal nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Seção 1, p. 7-8

_____. Decreto nº 10.087, de 2019. Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos.

_____. Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006. Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC).

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2022.

BUAES, Caroline Stumpf. **Sobre a construção de conhecimentos: uma experiência de Educação Financeira com mulheres idosas em um contexto popular**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CALAMATO, Maria Paula, "**Learning Financial Literacy in the Family**" (2010). Master's Theses. 3849. DOI: <<https://doi.org/10.31979/etd.4e8a-5y4r>> Acesso em: 06 abr. 2022.

CAMARGO, B. V., & JUSTO, A. M. (2013). **IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais**. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. doi: 10.9788/TP2013.2-16

CAMARGO, B. V., & JUSTO, A. M. (2018). **Tutorial para uso do software IRaMuTeQ** (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). Santa Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição - UFSC. Disponível em < <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-portugais-22-11-2018>>.

CAMPOS, Celso Ribeiro et al. **Reflexões Sobre A Educação Financeira E Suas Interfaces com a Educação Matemática e a Educação Crítica (Reflections On Financial Education And The Interface With Math Education And Critical Education)**. *Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática*, v. 17, n. 3, p. 556-577, 2015.

CAMPOS, J. L. A Percepção de Alunos do Ensino Fundamental sobre Educação Financeira. 2014.

CARLIM. Gabrielly Amanda Vidal. *Educação Financeira: Percepção De Alunos Do Ensino Médio De Uma Escola Federal*. SC, 2022.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**. São Paulo: Elsevier, 2009.

_____. **Como organizar sua vida financeira: inteligência pessoal na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 3º Ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CLAUDINO, L. P. NUNES, M. B. SILVA, F. C. **Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos**. In SemeAd Empreendedorismo e inovação, 12, 2009.

CONEF – Comitê Nacional de Educação Financeira. **Educação Financeira nas escolas: ensino fundamental**. Brasília: CONEF, 2014.

DAVIS, Gerald F.. *Managed by the markets: How finance re-shaped America*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

DE AZEREDO, Luciana Aparecida Silva; URIAS, Guilherme Muniz Pereira Chaves; CABRAL, Noelle Cristina Alves. **Educação Financeira: programa de Educação Financeira nas escolas à luz da governamentalidade**. Horizontes, v. 36, n. 3, p. 217-230, 2018.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. - **Handbook of qualitative research**. London, Sage Publication, 1994.

DIAS, Elton Pereira; DOS SANTOS, Marcelo. **A importância da Educação Financeira nos conteúdos curriculares dos cursos**. Revista Eletrônica Gestão e Serviços, v. 11, n. 2, p. 3167-3188, 2020.

DOS SANTOS, Laís Thalita Bezerra; DOS SANTOS PESSOA, Cristiane Azevêdo. **Educação Financeira na perspectiva da educação matemática crítica uma reflexão teórica à luz dos ambientes de aprendizagem de Ole Skovsmose**. Revista BOEM, v. 4, n. 7, p. 23-45, 2016.

DUTRA, P. A. **Racionalidade econômica, Educação Financeira e consumo consciente**. Curitiba: UFSC, 2018.

ENEF. *Estratégia Nacional de Educação Financeira. Orientação para Educação Financeira nas escolas*. 2017. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/DOCUMENTO-ENEF-Orientacoes-para-Educ-Financeira-nas-Escolas.pdf>> Acesso em: 27 jun. 2022.

_____. **Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013**. Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo.

_____. **Deliberação nº 13, de 21 de novembro de 2013**. Institui a Semana Nacional de Educação Financeira, destinada a promover a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e a divulgar as ações desenvolvidas pelos órgãos e entidades representadas no Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF).

_____. Deliberação nº 15, DE 27 DE AGOSTO DE 2014 Divulga as entidades escolhidas para representar a Sociedade Civil no Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF).

_____. Deliberação nº 18, de 28 de dezembro de 2017 Comitê Nacional de Educação Financeira. Divulga as entidades escolhidas para representar a Sociedade Civil no Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF).

_____. Deliberação nº 19, de 16 de maio de 2017. Comitê Nacional De Educação Financeira. Estabelece diretrizes para o Programa Educação Financeira nas Escolas, durante a vigência do programa e ações de Educação Financeira no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

_____. Deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho com o propósito de propor estratégia nacional de Educação Financeira. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Secretaria de Previdência Complementar, Brasília, DF, 06 jul. 2007. Seção 1, p. 60.

_____. Deliberação nº 5, de 26 de junho de 2008. Estabelece diretrizes e objetivos para a Estratégia Nacional de Educação Financeira e prorroga o prazo para o Grupo de Trabalho, constituído pela Deliberação Coremec nº. 3, de 31 de maio de 2007. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Ministério da Fazenda, Brasília, DF, 08 jul. 2008. Seção 1, p. 32.

_____. Deliberação nº 8, de 18 de abril de 2012. Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de prover o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de apoio técnico para proposição de ações de Educação Financeira e previdenciária para a população em situação de pobreza e extrema pobreza.

_____. Estratégia Nacional de Educação Financeira. Coordenação e Execução dos Programas. Orientações para Educação Financeira nas Escolas. 2018.

_____. Plano Diretor da Enef. Pesquisa Nacional Do Grau de Educação Financeira da População Brasileira. (Anexos), 2008, p.32. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/PlanoDiretorENEF1.pdf>>. Acesso em 5 jan. 2022.

EVANAGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. **Professor: protagonista e obstáculo da reforma**. 2006. Universidade de Santa Catarina. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.3, p. 531-541, set./dez. 2007.

FERREIRA, M. T.L. **O nível de Educação Financeira e finanças pessoais dos alunos da universidade federal de Uberlândia – MG**, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19485>> Acesso em: 10 ago. 2023.

FIMYAR, O. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. *Educação & Realidade*, v. 34, n. 2, 2009.

Fiorentini, D., et al. **Investigação Em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas, SP, Editora Autores Associados Ltda., 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educ. Soc., Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr.2003.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

GIL, Antônio Carlo. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. [2008]. 220 p. ISBN 978-85-224-5142-5. Disponível em: https://issuu.com/conexoes/docs/m_todos_e_t_cnicas_de_pesquisa_so/153. Acesso em: 1 set. 2021.

HOFMANN, R. M.; MORO, M. L. F. **Educação matemática e Educação Financeira: perspectivas para a ENEF**. Zetetike, Campinas, SP, v. 20, n. 2, p. 37–54, 2013. DOI: 10.20396/zet.v20i38.8646609. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646609>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

IBGE. Agência IBGE Notícias - **Síntese de Indicadores Sociais, 2022**, Atualizado em 05/12/2022 – Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>> Acesso em 07 ago. 2023.

_____. Indicadores IBGE: **Contas Nacionais Trimestrais**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201701caderno.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023

IFMG. Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, 2009.

_____. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações, Integrado Governador Valadares – MG. Janeiro de 2019.

_____. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente, Integrado Governador Valadares – MG. Março de 2016a.

_____. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, Integrado Governador Valadares – MG. Maio de 2016b.

KISTEMANN, Marco; DE QUEIROZ, Cileida; FIGUEIREDO, Auriluci Carvalho. **Cenários e desafios da Educação Financeira com a Base Curricular Comum Nacional (BNCC)**: Professor, livro didático e formação. EM TEIA-Revista de Educação Matemática e Tecnológica Ibero-americana, v. 11, n. 1, p. 1-26, 2020.

KIYOSAKI, Roberto T. **Pai rico pai pobre**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

KUMAR, Anjali. **Brasil: acesso a serviços financeiros**. 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LANGLEY, P. **The Everyday Life of Global Finance**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LAURELL, Ana Cristina (org.) (1995). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo, Cortez/CEDEC.

LELLIS, I. L., MAGALHÃES, C. M. C., & LEITE, I. D. L. (2011). **O significado da mesada para pais de crianças e adolescentes**. *Gerais (Univ. Fed. Juiz Fora)*, 4(1), 12–25.

LIZOTE, Suzete Antonieta; CAMOZZATO, Elen Sauer; AGUIRRE, Douglas Schwolk Fontan Ayres de. **Relação entre Educação Financeira e intenção empreendedora: um estudo com estudantes universitários**. São Paulo: Anpand, 2019.

LUCENA, W. G. L., MARINHO, R. A. L. **Competências financeiras: uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante as finanças pessoais**. XVI SEMEAD FEAUSP 2013, São Paulo.

MAIA, E. **A reforma do Ensino Médio em questão**. São Paulo: Biruta, 2000.

MARTIN, Randy. **Financialization of daily life**. Philadelphia: Temple University Press, 2002.

MATTA, R. C. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. 2007. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Ciência da Informação – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. *Ciência & Educação*, v.9, n2, p.191-221, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2007.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 2ª edição revisada, Unijuí (Coleção Educação em Ciências), Unijuí, 2011.

MUTOMBO, E. **A bird's-eye view on the EC environmental policy framing. 10 years of Impact assessment at the commission: The Case of DG ENV: ICPP 2013**. 1st International Conference on Public Policy; Grenoble, p. 26-28, 2013.

NEGRI, A. L. L. **Educação Financeira para o Ensino Médio da Rede Pública: uma proposta inovadora.** 73 f. Dissertação (Mestrado em educação). Centro Universitário Salesiano de São Paulo: UNISAL, Americana, 2010.

OCDE. **Improving Financial Literacy. Analysis of Issues and Policies.** Paris, 2005a. Disponível em <<https://doi.org/10.1787/9789264012578-en>> Acesso em: 13 jun. 2023.

_____. **Recomendação do Conselho de Alfabetização Financeira.** OECD/LEGAL/0461, 2020, p. 10.

_____. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness.** 2005. Disponível em <<http://www.oecd.org/finance/financialeducation/35108560.pdf>>. Acesso em 7 ago 2023.

PEREIRA, Elizete da Silva; ZDANOWICZ, José Eduardo. **A Educação Financeira nas escolas de Santo Antônio da Patrulha – RS.** *Revista de Administração de Empresas Eletrônica*, n.1, p.1-24, 2015.

PESSOA, Cristiane Azevedo dos Santos; MUNIZ, Ivail; KALINKE, Marco Aurélio. **Cenários sobre Educação Financeira escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de Matemática.** EM TEIA-Revista de Educação Matemática e Tecnológica Ibero-americana, v. 9, n. 1, 2018.

PETRAS, James (1999). **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa.** Blumenau, FURB.

PINTO, M. B., PARENTE, D. H., & MANSFIELD, P. M. (2005). **Information learned from socialization agents: its relationship to credit card use** (Informação aprendida de agentes de socialização: sua relação com o uso de cartão de crédito). *Family and Consumer Sciences Research Journal*, 33(4), p. 357- 367.

QUINTANA, Alexandre Costa; PACHECO, Katiani Velleda. **Percepção dos estudantes do ensino fundamental sobre a Educação Financeira e o consumo consciente.** *Educação Online*, v. 13, n. 27, p. 130-150, 2018.

RIBEIRO, Bárbara Aparecida Carlos. **Percepção de estudantes quanto aos conhecimentos e comportamentos relacionados à Educação Financeira.** 2023.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALES, V. K. de O. **A Educação Financeira no contexto do aprendizado escolar: um estudo com alunos do ensino fundamental II em uma escola particular no interior de Pernambuco.** P.58. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.

SANT ANA, Marcus Vinicius Sousa. **Educação Financeira no Brasil: Um estudo de caso.** Belo Horizonte, 2014.

SANTOS JUNIOR, Ângelo Teixeira. **Estudo da percepção dos conhecimentos sobre Educação Financeira e gestão das finanças pessoais para uma turma do Ensino Médio de uma escola pública de Fortaleza - CE.** 2022.

SANTOS, Pablo Giordano Giraldo dos. **Análise do conhecimento financeiro dos alunos de ensino médio.** 2011.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da Educação Financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 41, n. 6, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6620>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

SILVA, Amarildo Melchiades da.; POWELL, Arthur Belford. **Um programa de Educação Financeira para a matemática escolar da educação básica.** In: Encontro Nacional de Educação Matemática, 11, Curitiba - PR *Anais....*Curitiba, PR, PUCPR, 2013.

SILVA, Felipe Deodato da; VALADÃO, Natália. **Percepções de jovens estudantes sobre a educação financeira: um estudo em Barra do Garças-MT.** Educação Matemática Pesquisa, v. 19, n. 1, p. 179-196, 2017.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação matemática crítica: a questão da democracia.** Campinas, SP: Papirus, 2001.

SOARES, Fabrício Pereira. **Os debates sobre a Educação Financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira.** 2017. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. PPGCS/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

TIC Kids Online Brasil, 2020 – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/indicadores/>>. Acesso em 23 out. 2021.

TOMAZ, V. S.; DAVID, M. M. M. S. **Interdisciplinaridade e aprendizagem da Matemática em sala de aula.** Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2008.

VERAS, Lília Ladeira. **Matemática financeira: uso de calculadoras financeiras, aplicações ao mercado financeiro, introdução à engenharia econômica, 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VERGARA, S.C. (2009) **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 11th Edition, Atlas, Sao Paulo.

VIDAL, Yollanda Débora Rocha Lopes; DA SILVA, Kennedy Paiva; VALDEVINO, Rosângela Queiroz Souza. **Percepção Dos Discentes De Ciências Contábeis Sobre Educação Financeira.** Revista Conhecimento Contábil, v. 10, n. 01, 2020.

VIEIRA, Evaldo. **As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Ano XVIII, n.º 53, março de 1997, p. 68.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Estrutura e funcionamento da educação básica – 2. ed. atual. –** Fortaleza: EdUECE, 2015, p.13.

VILLA, Laercio et al. **Educação Financeira no ensino médio: uma análise a partir da aprendizagem significativa de David Ausubel.** 2017.

WISNIEWSKI, Marina Luiza Gaspar. **A importância da Educação Financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro.** Revista Intersaberes, v. 6, n. 11, p. 155-170, 2011.

WILLIS, Lauren. E. (2008). **Against financial literacy education.** Iowa Law Review, 94, 197.

XAVIER, Beatriz Ribeiro et al. **Educação Financeira: Influência dos fatores demográficos e socioeconômicos na atitude e comportamento financeiro de estudantes do ensino médio.** Revista Estudos e Pesquisas em Administração, v. 5, n. 2, p.78. 2021.

7 APÊNDICES

Apêndice A – Carta de anuência da instituição

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

Prezado Sr. Diretor do câmpus Governador Valadares do IFMG,

Solicitamos autorização institucional para a realização da pesquisa intitulada: “Educação Financeira e Aprendizagem – Contribuições para a consciência financeira dos jovens”, a ser realizada no *campus* pela estudante Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva, sob orientação da Prof. Dra. Sandra Regina Gregório. Nesta pesquisa busca-se *Avaliar de que forma a Educação Financeira, no contexto escolar, contribui para o desenvolvimento da consciência financeira dos estudantes dos cursos Técnicos do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) campus Governador Valadares.*

Para realizarmos a pesquisa utilizaremos de pesquisa documental, através de dados do setor de registro acadêmico, aplicação de questionário e realização de entrevistas com os estudantes dos cursos técnicos.

Ao mesmo tempo pedimos autorização para que os setores mencionados acima nos forneçam os dados para a pesquisa, além de autorização para que o nome e a imagem desta instituição possam constar na dissertação desse mestrado, bem como em futuras publicações na forma de artigo específico.

Ressaltamos que os dados coletados serão tratados de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 466/12, que versa sobre a pesquisa envolvendo seres humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados tão somente para a realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho do estimado Diretor, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Governador Valadares, _____ de _____.

Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva
Mestranda responsável pela pesquisa

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – (Modelo Virtual)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Seção 1 de 5

Convite

Olá, somos pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ e convidamos você a participar da pesquisa Educação Financeira e Aprendizagem – Esta pesquisa é do tipo acadêmica, não existe resposta certa ou errada, e nosso objetivo é saber de que forma a inserção da Educação Financeira no contexto escolar, contribui para a consciência financeira dos jovens, estudantes dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), câmpus Governador Valadares. As informações prestadas aqui são sigilosas e sua participação é anônima.

Obrigada por sua participação!

Se possuir interesse em nosso convite, primeiro será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que poderá ser baixado, para sua anuência. *

Abrir o Termo de Consentimento

Não tenho interesse em participar

*Obrigatória

Após a seção 1

Continuar para a próxima seção

Seção 2 de 5

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) aluno (a)! Você está sendo convidado para participar da pesquisa “Educação Financeira e Aprendizagem – Contribuições para a consciência financeira dos jovens”, coordenado por mim Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva. O objetivo dessa pesquisa é Avaliar de que forma a inserção da Educação Financeira no contexto escolar, contribui para a consciência financeira dos jovens, estudantes dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), câmpus Governador Valadares. Gostaria de contar com sua participação, uma vez que buscamos compreender o percurso que levou o ensino da Educação Financeira se tornar obrigatório no Brasil, investigar, se os alunos do IFMG, *campus* Governador Valadares, vivenciaram situações de ensino aprendizagem envolvendo a Educação Financeira em suas formações no ensino fundamental e/ou médio e analisar se essas vivências contribuíram para sua consciência financeira.

Caso aceite participar dessa pesquisa será necessário responder ao questionário virtual e posteriormente participar de uma entrevista presencial que ajudará a alcançar os objetivos propostos na pesquisa, saliento que o questionário poderá ser respondido nas dependências do IFMG (laboratórios de informática) sem que lhe acarrete nenhum custo e a entrevista será realizada em local adequado no auditório do *campus* IFMG/GV em espaço reservado e individualizado; com tempo estimado de trinta minutos, em data agendada de acordo com sua disponibilidade e de forma a não prejudicar suas atividades escolares.

Esclarecemos que a pesquisa pertence à área da educação, não apresentando qualquer risco à sua vida, saúde ou à saúde de outros participantes ou pessoas próximas, por outro lado, podem ocorrer possíveis desconfortos e outros riscos decorrentes do estudo, constrangimento e/ou desconforto ao responder às perguntas, medo de exposição de seus dados e da perda da confidencialidade. Por isso, serão adotadas medidas para reduzir tais riscos como: perguntas com opções de respostas pré-definidas no questionário, opção de não responder, esclarecimento de que não há respostas certas ou erradas e que seus valores éticos, sociais, religiosos, morais e culturais serão respeitados, além de medidas de segurança adequadas para manter a confidencialidade e a inviolabilidade dos seus dados.

As questões abordadas no questionário e posteriormente na entrevista são de cunho pessoal, como por exemplo: preferências de consumo, hábitos financeiros pessoais e familiares, histórico escolar com temas de Educação Financeira, entre outros relacionados ao tema Educação Financeira.

Informamos ainda que, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, o identificar, será mantido em sigilo e ao serem publicados serão utilizados códigos/nomes fictícios para manter o sigilo e a confidencialidade dos mesmos, caso participe da entrevista, esta será individual e privada.

Alertamos que, a pesquisa a se realizar, não trará benefícios diretos a você, mas sim benefícios indiretos (coletividade) com as contribuições que os resultados que a pesquisa retornará após a sua realização.

Sua participação é voluntária, e em decorrência dela você não receberá qualquer valor em dinheiro. Você não terá nenhum gasto por participar nesse estudo, pois qualquer gasto que você tenha por causa dessa pesquisa lhe será ressarcido.

Você pode recusar a participar do estudo, ou se retirar a qualquer momento, sem que haja qualquer prejuízo acadêmico, para isso basta informar ao pesquisador que lhe enviou este formulário/documento, através dos contatos abaixo e te enviaremos resposta de ciência da sua desistência. A qualquer momento, você pode obter quaisquer informações sobre a sua participação nesta pesquisa, diretamente com os pesquisadores ou por contato com o CEP.

Sua identidade não será revelada para ninguém, ela será de conhecimento somente dos pesquisadores da pesquisa, seus dados serão publicados em conjunto sem o risco de você ser identificado, mantendo o seu sigilo e privacidade. Você tem direito a requerer indenização diante de eventuais danos que você sofra em decorrência dessa pesquisa.

Os dados obtidos de você: questionário, gravações em áudio, entrevista serão utilizados somente para os objetivos dessa pesquisa e serão destruídos ou descartados (deletados os arquivos digitais e queimados os arquivos físicos) após cinco anos do término da pesquisa. Caso haja interesse, por parte dos pesquisadores, em utilizar seus dados em outro projeto de pesquisa, você será novamente contatado para decidir se participa ou não dessa nova pesquisa e se concordar deve assinar novo TCLE.

Nestes termos, agradecemos sua colaboração.

Contato

Pesquisador Responsável: Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva

Endereço: Rua Juiz Fulgêncio Pimenta, 57, bloco 2, apto 301

E-mail: glaucia.martinsilva@gmail.com

Telefone/Celular: (31) 98617-1938

Orientadora:

Prof. Dra. Sandra Regina Gregório

E-mail: gregorio.sandra@gmail.com

*Dúvidas ou denúncia em relação a esta pesquisa, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Vale do Rio Doce/ Fundação Percival Farquhar - FPF, pelo e-mail: cep@univale.br, pelo telefone (33) 3279-5575, ou diretamente no endereço Rua

Israel Pinheiro 2000, Bloco B-4, Salas 01 e 06, Bairro Universitário – Governador Valadares – MG.

É importante que você guarde uma cópia do documento eletrônico. Para baixar este TCLE em formato PDF clique no link abaixo:

https://docs.google.com/uc?export=download&id=17bDvmYjnvI6Vuw8R-5guxtDrFnduR_oI

Consentimento após esclarecimento

Eu li o esclarecimento acima referente a pesquisa Educação Financeira e Aprendizagem – Contribuições para a consciência financeira dos jovens, coordenado pela pesquisadora Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva. Compreendi para que serve a pesquisa e quais procedimentos serei submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios da pesquisa. Entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não acarretará em nenhuma penalidade. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para participar da pesquisa. Concordo em participar da pesquisa, Educação Financeira e Aprendizagem – Contribuições para a consciência financeira dos jovens.

Você leu e concorda em participar de livre e espontânea vontade com a pesquisa? *

☐

Sim. Eu concordo em participar da pesquisa.

☐

Não concordo.

*Obrigatória

Política de Privacidade

Este formulário visa avaliar de que forma a inserção da Educação Financeira no contexto escolar, contribui para a consciência financeira dos jovens. Os dados coletados serão de propriedade da pesquisadora Gláucia Filomena Martins dos Santos durante a pesquisa, protegidos em documento online com senha e posteriormente salvos, para maior segurança, em arquivo físico. As respostas serão divulgadas na publicação da pesquisa. O usuário está ciente que a pesquisa é de cunho acadêmico.

Aceito os termos deste formulário

☐

Sim

☐

Não

Enviar formulário

APÊNDICE C - Convite a participante menor idade/incapaz para indicação de contato dos responsáveis legais (Modelo Virtual)

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

Convite

Olá, somos pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ e convidamos você a participar da pesquisa Educação Financeira e Aprendizagem – Esta pesquisa é do tipo acadêmica e nosso objetivo é compreender de que forma a inserção da Educação Financeira no contexto escolar, contribui para a consciência financeira dos jovens, estudantes dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), câmpus Governador Valadares. As informações prestadas aqui são sigilosas e sua participação é anônima.

Obrigada por sua atenção!

Se possuir interesse em nosso convite, por favor, indique o e-mail de seus pais ou responsáveis ou solicite o formulário físico para que concordem com sua participação.

Indicar e-mail/telefone de contato.

Continuar para a próxima seção

Solicitar formulário físico.

Enviar formulário

Não tenho interesse em participar.

Enviar formulário

Informações de contato (pais/responsável legal)

Indique o e-mail e telefone de seus pais ou responsáveis para que concordem com sua participação na pesquisa. *

Texto de resposta curta

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Responsável participante menor de idade – (Modelo Virtual)

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

Prezado (a) seu (sua) filho (a), estudante do IFMG câmpus Governador Valadares está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa que tem como título: “Educação Financeira e Aprendizagem – Contribuições para a consciência financeira dos jovens”. A pesquisa em questão tem como objetivo Avaliar de que forma a Educação Financeira, no contexto escolar, contribui para o desenvolvimento da consciência financeira dos estudantes dos cursos Técnicos do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) câmpus Governador Valadares e será realizada pela servidora do câmpus Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva, mestranda em programa de pós-graduação da UFRRJ.

A participação do (a) seu (sua) filho (a) consiste no preenchimento de um questionário virtual, com perguntas fechadas e abertas sobre o tema da pesquisa e também através da participação em uma entrevista individual e presencial (nas dependências do *campus*), onde também serão tratadas questões voltadas para o tema da pesquisa. O tempo médio gasto para responder às perguntas do questionário será de 10 minutos e o tempo médio de duração da entrevista será de 0h40m.

Durante a execução da pesquisa será possível investigar, se os alunos do IFMG, *campus* Governador Valadares, vivenciaram situações de ensino aprendizagem envolvendo a Educação Financeira em suas formações no ensino fundamental e/ou médio e analisar se essas vivências contribuíram para sua consciência financeira.

A participação do (a) seu (sua) filho (a) na pesquisa envolve uma previsão de risco de desconforto ou constrangimento por não saber responder às perguntas, e medo da exposição de meus dados e da perda da confidencialidade. Por isso, serão adotadas medidas para reduzir tais riscos como: perguntas com opções de respostas pré-definidas no questionário, esclarecimento de que não há respostas certas ou erradas na entrevista e que os valores éticos, sociais, religiosos, morais e culturais de seu filho (a) serão respeitados. Esclareço que a privacidade do seu filho (a) será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, será mantido em sigilo e que quando publicados serão utilizados códigos para manter o sigilo e a confidencialidade dos mesmos, caso ele (ela) participe da entrevista, esta será individual, privada e gravada, mas sua divulgação só ocorrerá mediante seu sentimento. Todas as informações deste estudo são confidenciais. Seu nome, ou de seu filho (a) ou qualquer dado que possam identificá-los não serão publicados na divulgação dos resultados.

A participação do (a) seu (sua) filho (a) na pesquisa não envolve nenhum gasto ou ganho financeiro e ele (a) é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou coação. No entanto, em caso de danos diretamente decorrentes da pesquisa. O participante poderá requerer indenização por eventuais danos decorrentes da participação no estudo, que serão pagos conforme previsto em lei.

Você tem a liberdade de desistir ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de dar qualquer explicação. A desistência não lhe causará nenhum prejuízo, nem a seu/sua filho (a).

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com:
Pesquisadora Responsável: Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva
Telefone: (31) 9 8617-1938 e e-mail: glaucia.martinsilva@gmail.com

Endereço: Rua Juiz Fulgêncio Pimenta, 57 – Grã-Duquesa

Governador Valadares/MG CEP: 35.057-430

Orientadora Prof. Dra. Sandra Regina Gregório

E-mail: gregorio.sandra@gmail.com

*Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Vale do Rio Doce/ Fundação Percival Farquhar - FPF, pelo e-mail: cep.@univale.br, pelo telefone (33) 3279-5575, ou diretamente no endereço Rua Israel Pinheiro 2000, Bloco B-4, Salas 01 e 06, Bairro Universitário – Governador Valadares – MG.

Obrigada por sua compreensão!

Para baixar este TCLE em formato PDF clique no link abaixo:

<https://docs.google.com/uc?export=download&id=1xaJJamlbN0-3jRZT6zw8ppbCeWaaBtIL>

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, autorizo a participação do (a) meu (minha) filho (a), estudante do IFMG câmpus Governador Valadares na pesquisa e declaro que fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre o tema e procedimentos envolvidos na pesquisa, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da mesma. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

☐

Autorizo a participação.

☐

Não autorizo.

Enviar formulário

APÊNDICE E – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Modelo Virtual)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) PARTICIPANTE MENOR DE IDADE

Caro aluno, sua participação nesta pesquisa: Educação Financeira e Aprendizagem foi devidamente autorizada, neste sentido gostaríamos de contar com você! Temos por objetivo compreender que forma a inserção da Educação Financeira no contexto escolar, contribui para a consciência financeira dos jovens, estudantes dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), câmpus Governador Valadares. As informações prestadas aqui são sigilosas e sua participação é anônima.

Se possuir interesse em nosso convite, por favor, leia e caso esteja de acordo, consinta o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido a seguir:

☐

Abrir o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

☐

Não tenho interesse em participar

Enviar formulário

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) estudante você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada: “Educação Financeira e Aprendizagem – Contribuições para a consciência financeira dos jovens”. A pesquisa em questão tem como objetivo: Avaliar de que forma a Educação Financeira, no contexto escolar, contribui para o desenvolvimento da consciência financeira dos estudantes dos cursos técnicos do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) câmpus Governador Valadares, será realizada pela servidora do câmpus Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva, mestranda em programa de pós-graduação da UFRRJ.

Sua participação na pesquisa envolve uma previsão de risco de desconforto ou constrangimento por não saber responder às perguntas, e medo da exposição de meus dados e da perda da confidencialidade. Por isso, serão adotadas medidas para reduzir tais riscos como: perguntas com opções de respostas pré-definidas no questionário, esclarecimento de que não há respostas certas ou erradas na entrevista e que seus valores éticos, sociais, religiosos, morais e culturais serão respeitados. Esclareço que sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, o identificar, será mantido em sigilo e que quando publicados serão utilizados códigos para manter o sigilo e a confidencialidade dos mesmos, caso participe da entrevista, esta será individual, privada e gravada, mas em nenhum momento da pesquisa sua identidade ou imagem será revelada ou divulgada sem o seu consentimento.

O tempo médio gasto para responder às perguntas do questionário será de 10 minutos e o tempo médio de duração da entrevista será de 40 minutos. A entrevista será gravada, mas em nenhum momento da pesquisa sua identidade ou imagem será revelada ou divulgada.

Durante a execução da pesquisa será possível identificar a importância que a Educação Financeira e suas contribuições.

A sua participação na pesquisa não envolve nenhum gasto ou ganho financeiro e você é livre para deixar de participar a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou coação. No entanto, caso ocorra algum dano decorrente da sua participação no estudo, você será devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva (endereço, telefone e e-mail para contato no fim da página). Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética, que aprovou a realização da pesquisa.

Contato

Pesquisador Responsável: Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva

Endereço: Rua Juiz Fulgêncio Pimenta, 57, bloco 2, apto 301

E-mail: glaucia.martinsilva@gmail.com

Telefone/Celular: (31) 98617-1938

Orientadora:

Prof. Dra. Sandra Regina Gregório

E-mail: gregorio.sandra@gmail.com

*Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Vale do Rio Doce/ Fundação Percival Farquhar - FPF, pelo e-mail: cep.@univale.br, pelo telefone (33) 3279-5575, ou diretamente no endereço Rua Israel Pinheiro 2000, Bloco B-4, Salas 01 e 06, Bairro Universitário – Governador Valadares – MG.

Para baixar este TALE em formato PDF clique no link abaixo:

https://docs.google.com/uc?export=download&id=12ICMY5Wcbmq25CDipyWgo_u8rAMVLUb9

Assentimento após esclarecido

Eu li o esclarecimento acima referente a pesquisa Educação Financeira e Aprendizagem – Contribuições para a consciência financeira dos jovens, coordenado pela pesquisadora Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva. Compreendi para que serve a pesquisa e quais procedimentos serei submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios da pesquisa. Entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não afetará minha vida acadêmica. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para participar da pesquisa. Concordo em participar da pesquisa, Educação Financeira e Aprendizagem – Contribuições para a consciência financeira dos jovens, e receberei uma via assinada deste documento.

Você concorda em participar de livre e espontânea vontade com a pesquisa? *

☐

Eu concordo em participar da pesquisa

☐

Não concordo

APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE) - Responsável participante menor de idade – (Modelo físico – se for necessário)

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
RESPONSÁVEL PARTICIPANTE MENOR DE IDADE**

Prezado (a) seu (sua) filho (a) _____ (nome), estudante do IFMG câmpus Governador Valadares está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa que tem como título: “Educação Financeira e Aprendizagem – Contribuições para a consciência financeira dos jovens”. A pesquisa em questão tem como objetivo Avaliar de que forma a Educação Financeira, no contexto escolar, contribui para o desenvolvimento da consciência financeira dos estudantes dos cursos Técnicos do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) câmpus Governador Valadares e será realizada pela servidora do câmpus Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva, mestranda em programa de pós-graduação da UFRRJ.

A participação do (a) seu (sua) filho (a) consiste no preenchimento de um questionário virtual, com perguntas fechadas e abertas sobre o tema da pesquisa e também através da participação em uma entrevista presencial, onde também serão abordadas questões voltadas para o tema da pesquisa. O tempo médio gasto para responder às perguntas do questionário será de 10 minutos e o tempo médio de duração da entrevista será de 0h40m.

Durante a execução da pesquisa será possível investigar, se os alunos do IFMG, *campus* Governador Valadares, vivenciaram situações de ensino aprendizagem envolvendo a Educação Financeira em suas formações no ensino fundamental e/ou médio e analisar se essas vivências contribuíram para sua consciência financeira.

A participação do (a) seu (sua) filho (a) na pesquisa envolve uma previsão de risco de desconforto ou constrangimento por não saber responder às perguntas, e medo da exposição de meus dados e da perda da confidencialidade. Por isso, serão adotadas medidas para reduzir tais riscos como: perguntas com opções de respostas pré-definidas no questionário, esclarecimento de que não há respostas certas ou erradas na entrevista e que os valores éticos, sociais, religiosos, morais e culturais de seu filho (a) serão respeitados. Esclareço que a privacidade do seu filho (a) será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, será mantido em sigilo e que quando publicados serão utilizados códigos para manter o sigilo e a confidencialidade dos mesmos, caso ele (ela) participe da entrevista, esta será individual, privada e gravada, mas sua divulgação só ocorrerá mediante seu sentimento. Todas as informações deste estudo são confidenciais. Seu nome, ou de seu filho (a) ou qualquer dado que possam identificá-los não serão publicados na divulgação dos resultados.

A participação do (a) seu (sua) filho (a) na pesquisa não envolve nenhum gasto ou ganho financeiro e ele (a) é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou coação. No entanto, em caso de danos diretamente decorrentes da pesquisa. O participante poderá requerer indenização por eventuais danos decorrentes da participação no estudo, que serão pagos conforme previsto em lei.

Você tem a liberdade de desistir ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de dar qualquer explicação. A desistência não lhe causará nenhum prejuízo, nem a seu/sua filho (a).

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva (endereço, telefone e e-mail para

contato no fim da página). Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética, que aprovou a realização da pesquisa.

SENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, autorizo a participação do (a) meu (minha) filho (a) _____ (nome do (a) adolescente), estudante do IFMG câmpus Governador Valadares na pesquisa e declaro que fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da mesma. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Governador Valadares, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Responsável legal pelo Participante da Pesquisa

Eu, Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva, declaro que forneci, de forma apropriada, todas as informações referentes à pesquisa ao responsável por participante.

Governador Valadares, ____ de _____ de ____.

Assinatura da Pesquisadora

CONTATOS

Pesquisadora Responsável: Gláucia Filomena Martins dos Santos Silva

Telefone: (31) 9 8617-1938 e-mail: glaucia.martinsilva@gmail.com

Endereço: Rua Juiz Fulgêncio Pimenta, 57 – Grã-Duquesa

Governador Valadares/MG CEP: 35.057-430

Orientadora Prof. Dra. Sandra Regina Gregório

E-mail: gregorio.sandra@gmail.com

Apêndice G – Questionário Diagnóstico

Questionário Diagnóstico

Prezado aluno,

Após ler e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, responda às questões abaixo. Em caso de dúvidas, entre em contato a qualquer momento com o pesquisador responsável.

1 - Você concorda em participar de livre e espontânea vontade com a pesquisa?

- ☐ Eu concordo em participar da pesquisa
- ☐ Não concordo

2 – Nome Completo:

3 - Gênero

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro

4 - Idade

- ☐ 14 anos
- ☐ 15 anos
- ☐ 16 anos
- ☐ 17 anos
- ☐ 18 anos
- ☐ Acima de 18 anos

5 - Escola de origem (Onde você estudava antes do IFMG)

- ☐ Escola Pública
- ☐ Escola Privada

6 - Em qual curso você está matriculado no IFMG?

- ☐ Técnico Integrado em Meio Ambiente
- ☐ Técnico Integrado em Segurança do Trabalho
- ☐ Técnico Integrado em Edificações

7 - Série

- ☐ 1ª série ☐ 2ª série ☐ 3ª série

8 - Quais desses serviços bancários você utiliza?

- ☐ Cartão de crédito
- ☐ Conta bancária (Banco digital ou tradicional)
- ☐ Não utilizo serviços bancários
- ☐ Outros: _____

9 - Você possui alguma fonte de renda?

- ☐ Sim. Mesada
- ☐ Sim. Desenvolvo atividade remunerada
- ☐ Sim. Assistência estudantil

☐ Não.

Outro: _____

10 – Quando você recebe algum valor em dinheiro, como gasta a maior parte?
(Marque uma ou mais alternativas)

☐ Alimentos

☐ Equipamentos

☐ Planos de assinatura (internet, streamings, jogos, etc.)

☐ Transporte

☐ Roupas e calçados

☐ Lazer

☐ Moradia

☐ Poupa uma parte

Outro:

11 - Você tem o hábito de comparar preços antes de realizar uma compra?

☐ Sempre comparo ☐ Nunca comparo ☐ Às vezes

12 - Hoje, como você se sente com relação a seus conhecimentos para gerenciar seu dinheiro?

☐ Nada seguro

☐ Pouco seguro

☐ Seguro

☐ Muito seguro

13 - Qual é o maior grau de escolaridade de seus pais/responsáveis?

☐ Nível Fundamental incompleto

☐ Nível Fundamental completo

☐ Nível Médio incompleto

☐ Nível Médio completo ou Superior Incompleto

☐ Nível Superior

☐ Pós-graduação

☐ Não sei informar

14 - Somando todos os rendimentos de sua família, em qual destas opções ela se encaixa?

Até R\$ 2.604,00 (até 2 salários mínimos)

Entre R\$ 2.604,00 e R\$ 5.208,00 (entre 2 e 4 salários mínimos)

Entre R\$ 5.208,00 e R\$ 13.200,00 (entre 4 e 10 salários mínimos)

Entre R\$ 13.200,00 e R\$ 26.400,00 (entre 10 e 20 salários mínimos)

Acima de 26.400,00 (acima de 20 salários mínimos)

Não sei responder

Outro _____

15 - Sua família utiliza algum instrumento de controle de orçamento ou planejamento financeiro? (Planilha de controle de gastos, orçamento familiar, poupança, seguro, etc.)

☐ Sim. Controle mensal de despesas.

☐ Sim. Controle semanal

☐ Não.

☐ Não sei responder.

☐ Outros.

16 - Como é a sua participação nas finanças familiares (receitas, despesas, planejamento e objetivos)?

☐ Não participo

☐ Conversamos sobre nossas finanças, mas não participo ativamente.

☐ Participo ativamente.

17 - Na sua formação (Ensino fundamental ou médio), você teve contato Educação Financeira?

☐ Sim. No ensino fundamental.

☐ Sim. No ensino médio.

☐ Não.

18 - Você já teve contato NA ESCOLA com algum destes temas? Marque 1 ou mais opções.

☐ Juros de cartão de crédito

☐ Empréstimos bancários

☐ Financiamentos

☐ Valor do dinheiro no tempo

☐ Correção monetária

☐ Poupança

☐ Seguro de vida

☐ Previdência

☐ Investimentos

☐ Consumo consciente

☐ Endividamento

☐ Economia doméstica

☐ Variação cambial (ex.: cotação do Dólar)

19 - Quais desses temas você deseja obter mais conhecimento para gerir suas finanças pessoais?

☐ Aposentadoria

☐ Investimentos

☐ Como usar o cartão de crédito de maneira consciente

☐ Formas de economizar dinheiro

☐ Renda passiva

☐ Inflação

☐ Criptomoedas

☐ Outros _____

20 - Você concorda que ensinar Educação Financeira na escola irá contribuir para que você seja mais consciente em suas decisões que envolvam o uso do dinheiro? (Ex. compras, investimentos, gestão e planejamento financeiro)

☐ Concordo totalmente. ☐ Discordo totalmente. ☐ Não tenho opinião formada.

21 - Você acredita que pode ser um multiplicador de conhecimento sobre Educação Financeira? (Seus conhecimentos podem ser compartilhados com outras pessoas?) Por quê/Como?

Se desejar comente:

22- Desde 2020, a Educação Financeira se tornou tema obrigatório no currículo escolar. Você concorda com a obrigatoriedade do ensino de Educação Financeira na escola?

23- Na sua opinião, há algum outro tema que também deveria ser obrigatório no currículo escolar? Por quê?

Apêndice H – Roteiro de Entrevistas

O objetivo da entrevista é conhecer e compreender de que forma a Educação Financeira, no contexto escolar, contribui para o desenvolvimento da consciência financeira dos estudantes dos cursos Técnicos do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) câmpus Governador Valadares os alunos fazem a sua gestão financeira.

Categoria: Orçamento e Controle de Gastos

1. Como você realiza o controle das suas finanças pessoais? Quais métodos ou ferramentas você utiliza para isso?
2. Como você distribui sua renda atualmente? Quanto você destina para gastos, investimentos ou economias?"
3. Você costuma fazer um planejamento prévio antes de realizar uma compra? Como você se prepara para tomar essa decisão financeira?"

Categoria: Controle de Gastos - Gestão de Dívidas - Economia

4. Você já experimentou sentimento de culpa ou arrependimento após efetuar uma compra? Como você lida com essas emoções?"
5. Como você distingue entre o que é um desejo e o que é uma necessidade ao fazer uma compra? Você tem algum método específico para tomar essa decisão?"
6. Você percebe influências da mídia ou de artistas ao tomar decisões de compra? Essas influências afetam suas escolhas?"

Categoria: Planejamento Financeiro - Mentalidade de Longo Prazo

7. Você tem metas financeiras específicas que gostaria de alcançar? Pode compartilhar algum exemplo?"
8. Você enfrenta algum obstáculo ou desafio na construção de uma reserva financeira? Quais são as principais dificuldades que você encontra?"
9. Você busca conhecimento sobre Educação Financeira?"
10. Sendo um estudante, como os conhecimentos adquiridos na escola têm contribuído para o seu controle financeiro pessoal? Você consegue identificar alguma disciplina ou conteúdo específico que tenha sido especialmente útil nesse sentido?"